



RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009/2010



Brasil Ponto a Ponto: consulta pública



RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2009 /2010

Brasil Ponto a Ponto: consulta pública

Brasília 2009

Realização

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Kim Bolduc

Coordenadora-residente da ONU no Brasil e representante-residente do PNUD

Maristela Baioni

Representante-residente assistente do PNUD e Coordenadora de Programa

Carlos Dario Arboleda Bayer

Representante-residente assistente para Operações

Equipe Relatório de Desenvolvimento Humano

Coordenador Geral: **Flavio Comim**

Equipe Técnica: **Moema Dutra Freire, Anna Davison, Sabrina Galeno, Ana Carolina Vieira Ribeiro, Pedro Vasconcelos Maia do Amaral**

Consultor: **Alexandre Frediani**

Operações: **Carolina Vilalva**

Comunicação: **Percival Caropreso**

Assessoria de Imprensa: **Amélia Whitaker, Gilmara Oliveira, Kelly Schwarz**

Assessoria Internet: **Wilton Rossi, Flavio Hideo Mikami**

Produção Editorial

Tradutor: **David Pettigrove**

Revisão: **Leticia Féres**

Projeto gráfico: **Marilda Donatelli**

Infográficos: **Mario Kanno**

Fotos: **Gustavo Pelizon**

Relatório de desenvolvimento humano, 2009-2010: Brasil ponto a ponto; consulta pública. – Brasília: PNUD, 2009.
p. 72

ISBN: 978-85-88201-06-4

1. Desenvolvimento Humano 2. Participação Social 3. Análise de Pesquisas 4. Brasil I. PNUD

Apresentação

O Desenvolvimento Humano é mais do que uma maneira de medir o progresso das sociedades. É uma maneira de olhar a vida. Ele reconhece a cada pessoa os mesmos direitos. Considera que somos todos diferentes: jovens, idosos, mulheres, homens, brancos, negros, indígenas, de qualquer religião ou orientação sexual, cada qual com suas habilidades e deficiências. E, ao mesmo tempo, pressupõe que somos todos iguais: seres com dignidade, direitos, sonhos e ambições. O respeito à essa visão foi o que fez com que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criasse a Campanha Brasil Ponto a Ponto para escolher o tema do seu próximo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano (RDH) – o quarto em sua história. Relatamos aqui, neste primeiro caderno desse relatório, os principais resultados da campanha, registrando sua trajetória e seus fundamentos metodológicos.

Em uma iniciativa inédita no Brasil e no mundo, o PNUD resolveu sair às ruas para perguntar às pessoas: “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” Cada pessoa teve a liberdade para responder o que sentia que era mais importante para sua vida. A pergunta foi estruturada para estimular uma reflexão nos indivíduos a partir dos fatos concretos de suas vidas. Para que essa proposta fosse viável, o PNUD contou com o apoio de uma ampla coalizão de organizações e instituições parceiras, que se uniram para incentivar e mobilizar milhões de brasileiros durante o final de 2008 e começo de 2009.

A Campanha Brasil Ponto a Ponto foi, em vários sentidos, um projeto piloto. Novas formas de trabalhar tiveram que ser inventadas para levar o princípio da consulta ao seu máximo potencial de uma consulta ampla e aberta. Novos desafios logísticos tiveram que ser enfrentados. O princípio da diversidade, tão caro ao paradigma do Desenvolvimento Humano, foi usado para que a comunicação pudesse ser pensada de uma maneira mais rica, composta por instrumentos e linguagens distintos para chegar a públicos também diferenciados. A preocupação com os mais vulneráveis na sociedade motivou o PNUD a montar uma expedição aos municípios de Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo do país para escutar pessoas que normalmente passam despercebidas a pesquisas de opinião. Também motivou um conjunto de parcerias para escutar mulheres, estudantes moradores em regiões pobres do país e pessoas com necessidades especiais.

Mais do que comemorar o resultado surpreendente de uma campanha que levou a pergunta “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” para um número estimado de 100 milhões de pessoas, das quais mais de 500 mil pessoas efetivamente responderam a consulta, o PNUD vê nessa experiência a evidência de que as pessoas anseiam por espaços de participação e determinação de seus próprios destinos. Elas mostram isso sempre que as oportunidades surgem.

Os resultados dessa campanha mostraram também que a busca pelo Desenvolvimento Humano é indissociada do respeito à voz e à deliberação humana, em toda sua diversidade, riqueza e privações. De fato, o grande pano de fundo da realização da Campanha Brasil Ponto a Ponto é uma visão de desenvolvimento humano mais inclusiva, mais par-

ticipativa, na qual a comunicação tem o papel fundamental de redescobrir os indivíduos e os coletivos, gerando uma proposta de trabalho menos repetitiva em relação aos paradigmas de desenvolvimento passados.

Mas esta campanha e o primeiro caderno marcam apenas o princípio, e não o fim do trabalho do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil. Com o tema agora escolhido, centrado na perspectiva dos valores de vida e nas questões da educação e violência, começaremos os estudos para entender melhor o que são esses valores, como são formados, como moldam nossas instituições e nossas vidas. O compromisso do relatório é buscar soluções concretas e boas práticas que possam contribuir para uma melhoria efetiva de vida de todos nós em nome daqueles que nos honraram com sua opinião nessa consulta.

O PNUD é extremamente grato pela acolhida e apoio recebidos nessa caminhada por um melhor entendimento do Brasil e de seu povo



Kim Bolduc

*Coordenadora-residente da ONU no Brasil
e representante-residente do PNUD*

Agradecimentos

A todos que participaram da consulta

O nosso primeiro agradecimento vai para cada uma das mais de 500 mil pessoas que respondeu a consulta feita através da Campanha Brasil Ponto a Ponto. Sem elas não teríamos o que discutir nesse Caderno.

Aos parceiros

A realização da consulta só foi possível graças a parceria de 25 instituições, empresas e organizações, nessa empreitada, que juntas levaram a mensagem da Campanha a milhões de indivíduos no Brasil. Este relatório faz menção a cada uma das parcerias no escopo do texto como forma de agradecimento à contribuição dada por cada uma delas. No entanto, além do esforço institucional, gostaríamos de registrar as contribuições dadas por muitas pessoas que foram decisivas para o sucesso do projeto dentro as quais cabe destacar: Francisco Gaetani, Octavio Florisbal, Albert Alcouloumbre, Mariano Boni, Maria da Glória Ganem Rubião, Caio Piza, Susy Midori Yoshimura, Gabrielle Oliveira Silva, Mauro Dahmer, Nilce Rosa da Costa, Mariana Migliari, Pedro Parente, Lara Elena Ramos Simielli, Sergio Malta, Rosa Maria Corrêa, Núbia Gonçalves, Angélica Nascimento, Bianca Furtado, Fausto Silva, Jayme Praça, Izete Bagolin, Monica Yukie Kuwahara, Camila Sande, Soraya Pessino da Rosa, Paulo de Tarso Pinheiro Machado, Paulizena Carmo, Carlos Eduardo Gomes Macedo, Valéria Sartori Bassani, Mario Ameni, Brigida Sacramento, Karen Worcman, Sônia London, Sarah Faleiros, Janaína Pena, Marcelo Schulman, Denise Fidalgo, Ricardo Baumstein, Fernanda Mayrink, Juliana Oliveira, Roberto Ortega, Ione Mendes, Gustavo de Lima Cezário, Ludmila Jesus da Silva, Fabiana Marchezi, Ivani Schütz e Alexandre Mansur.

Aos Voluntários

Além das parcerias, contamos muito com a participação de voluntários de todas as partes do Brasil que foram capacitados para fazer a tabulação das respostas das pessoas. Foram vários grupos montados através de contatos com universidades, mas não somente. Dentre esses gostaríamos de agradecer aos voluntários articulados através das parcerias com a PUCRS, UNB, Universidade Mackenzie, Unijorge e Católica de Brasília: Aladya Ellery Araújo Porto, Cilane Rosa Vieira, Renato de Oliveira Brito, Mariane Borges, Francieli Martinazzo, Rosinethe Soares, Dalva Barbosa, Cristiane Messias, José Tadeu de Oliveira, Mônica Concha Amin, Luis Davi Siqueira, Esmeralda Correa Macana, Margarete Leniza Gonçalves, Alberto Ayres, Luiza Martins Costa, Diego Soares Ribeiro, Camila Santos Andrade, Isabela Moreno Alves, Mariana Almeida, Flavia Mariane, Silvia Helena Rodrigues, Ítalo Pereira Gomes, Catarina Malheiros da Silva, Andyara Santis, Ligia Ramos, Pedro Santos Tavares da Silva, Ycleda de Oliveira dos Santos, Patricia Vasconcellos Comim, Isadora Romancini Costa, Flavia Mariane Marra, Laura Oliveira Pereira, Katuska Xavier Mendez, Luanna de Souza Ribeiro, Paulo Raphael Feldhues, Renato Goulart de Almeida, Leandro Santos Bulhões de Jesus, Catarina Malheiros da Silva, Silvia Helena Rodrigues, Rafael Haddad, Alice Rodrigues Hayer, Aline Nascimento Sacramento, Rosane Andrade Silva, Thayana Amorim Pereira, Camila Reis, Murilo de Alencar Leite Costa, Natália Simões Araújo, Maria Emilia Gândala, Adailton Muniz, Daniane Afonso, Lorena de Matos, Ana Paula Duarte, Thiago Lopes, Alexander López Ruiz, Carla Michele Coberti, Eduardo Teixeira, Gustavo Campolina Diniz, Rodrigo Assis, Silvana Longo, Aline Pedrassolli de Jesus, Ana Carolina Aguiar Penha, Ana Fernanda Nascimento, André Costa Cardoso, Caio Henrique Gomes Modesto, Anelise

Manganelli, Douglas Mesquita, Volnei Picolotto, Mayana Ribeiro de Almeida, Letícia Nunes, Larissa Magalhães Ataíde, Christian Eckert, Nadjane Freitas, Carolina Torres, Paula Matoso Nunes, Lissa Varjão, Caroline Araújo, G Machado, Cesar Resende, Cynthia Cunha, Felipe Paku, Guilherme H. Yamamoto, Guilherme Salado, Jonathas de Melo, Cristovão Silva, Marina Brito Ferraz, Matheus Asai Oliveira, Polyany Buranello, Raíssa Oliveira, Ruy de Paula, Salvatore Amato Neto, Mariana Melo, Aline Soares de Lima, Tania Aparecida Gomes Paes, Fabiano Gelanzauskas Haidar, Davi Souza, Anna Paula Lopes Almeida, Vanessa Rocha, Erich Maia, Priscila Nogueira Magalhães, Lais Haanwinckel, Antonio B. Aragão, Lorena Pena, Gabriela Lemos, Fernanda Chagas e Rodrigo Antonio.

Também gostaríamos de agradecer ao time formado pelo Cedeplar para a tabulação das respostas, na pessoa de seu diretor Professor Mauro Borges Lemos, que contou também com a coordenação de Rodrigo Simões, Pedro Amaral, Márcia Pereira e Verônica Lazarini, assim como com a ajuda dos seguintes voluntários acadêmicos: Bruno Pereira Gama, Aline Pereira Gomes, Ana Clara de Carvalho, Alice do Amaral Fonseca, Matheus de Souza Oliveira, Luiza Borges Dulci, João Paulo de Araújo, Lucas Oliveira Rodrigues, Carlos Eduardo Arantes, Leonardo de Abreu Etelvino, Kenyth Alves de Freitas, Julia Peracio Rezende Borges, Julia Schmidt Comitti, Yuri Hollerbach Silva, Marcos Campos Soares, Clarice Batista Farina, Adauton Machado Heringer, Cecília Ferreira Chaves, Anna Carolina Londe, Arnobio Alves Morelix, Vanessa Cardoso Ferreira, Fábio Weikert Bicalho, Camila Machado Soares, Rodrigo Costa de Andrade, Patrícia Vargas, Joana David Avritzer, Laísa Racheter de Dias, Marina Moreira de Aguiar, Bruna Atayde Signorini, Bárbara Freitas Paglioto, Carla Reis e Marcos Pires de Melo.

Aos participantes das consultas formais

Somos muitíssimo gratos também a todas as pessoas que participaram de consultas que foram feitas com Ministérios do Governo Federal, Parceiros do PNUD, Mídia, e Secretarias de Educação de todo o Brasil dentre as quais podemos citar Fernanda de Negri (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Antonio Claret Campos Filho (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), Cláudio de Almeida Machado (Ministério do Planejamento/Secretaria de Assuntos Internacionais), Márcia Camargo (Ministério do Meio-Ambiente), Ézio Gomes da Mota (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), Héilton Ribeiro Tavares (Ministério da Educação/INEP), Jorge Ruiz (Controladoria Geral/Secretaria de Portos), Roberta Alves de Oliveira (Ministério da Justiça/SENASP), Fernanda Alves dos Anjos (Ministério da Justiça/SENASP), Izabella Teixeira (Ministério do Meio-Ambiente), Aldenir Paraguassú (Ministério do Meio-Ambiente), Jaime Milman (Ministério da Defesa), Rosana Fragomeni (Ministério da Defesa), José Augusto de Almeida (Ministério das Comunicações), Teresa Cristina Sousa (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), Fábria Oliveira Martins de Souza (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres), Rosana do Carmo Nascimento Guiducci (Ministério da Integração Nacional), Pedro Pontual (Secretaria Especial dos Direitos Humanos), Frederico Carelli Brito (Ministério da Cultura), Rodrigo Fraga Massad (Ministério das Cidades), Celso Santos Carvalho (Ministério das Cidades), Sandra Bernardes Ribeiro (Ministério das Cidades), Eglaison Pontes Cunha (Ministério das Cidades), Daniel Ximenes (Ministério da Educação), Marcelo Bicollo Beher (Presidência da República), Ivan Marques (Presidência da República), Bruno Moretti (Ministério do Planejamento), Byron Prestes (Ministério da Justiça), Lúcio Santos (Ministério da Previdência Social), Maristela Gonçalves (Ministério do Esporte), Fernanda Caribe (Ministério da Justiça/PRONASCI), Leonardo Tortoriello Messias (Presidência da República), Marília Valle dos Reis (Ministério da Saúde),

Maíse Rodrigues de Souza (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), José Adelmar Batista (Ministério do Desenvolvimento Agrário), Alexandre Paiva da Conceição (Caixa), Catia Rezende (Ministério da Fazenda), Ana Lúcia Starling (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), Lauro Aguiar (Ministério da Justiça), Luiz Fabrício Vieira Neto (Ministério da Justiça), Antonio de Souza Lobo (ISPN) e Cleuza Rodrigues Repulho (Ministério da Educação).

O nosso muito obrigado vai também para Elizete Mello (Secretaria de Educação de Santa Catarina), Afonso Gomes Ferreira Filho (Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte), Maurício Nascimento Filho (Secretaria de Educação, Sergipe), João Almir Manes (Secretaria de Educação de Santa Catarina), Ângela Maria da Silva (Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul), Arlete Spinelli Pedrosi Faria (Secretaria de Educação de Roraima), Cantaluze Paiva de Barros Lima (Secretaria de Educação de Pernambuco), Vanja Orico do Nascimento Souza (Secretaria de Educação do Amapá), Maria de Fátima Soares da Silva (Secretaria de Educação da Paraíba), Beatriz Cardoso Cordero (Secretaria de Educação de São Paulo), Michelle Sena Rosa de Araújo (Secretaria de Educação do Maranhão), Denise Pereira da Silva (Secretaria de Educação do Espírito Santo), Marcos Antonio Santos de Pinho (Secretaria de Educação da Bahia), Juliana de Lucena Ruas Riani (Secretaria de Educação de Minas Gerais), José Nilton Nunes Alves (Secretaria de Educação de Alagoas), José Neilton Nunes Alves (Secretaria de Educação de Alagoas), José Luiz Domingues (Secretaria de Educação de Goiás), Margarete Maria Dias da Costa (Secretaria de Educação do Pará), Fátima Maria Solano de Andrade Leal (Secretaria de Educação do Piauí), Afonso Gomes Ferreira Filho (Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte), Mariza Abreu (Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul), Francisco Tadeu Bastos Correia (Secretaria de Educação do Rio de Janeiro), Arlete Spinelli Pedrosi Faria (Secretaria de Educação de Roraima), Maurício Nascimento Filho (Secretaria de Educação de Sergipe) e Thania Maria Fonseca Aires Dourado (Secretaria de Educação de Tocantins).

Contribuições importantes a consulta foram prestadas também por Eduardo Castro (Empresa Brasileira de Comunicação), Jorge Luiz Guerra (Imprensa Nacional), Ricardo Pedreira (Associação Nacional de Jornais), Zileide Silva (TV Globo), Lígia Formenti (Estado de São Paulo), Iuri Dantas (Folha de São Paulo), Johanna Nublat (Folha de São Paulo), Paula Cunha (Empresa Brasil de Comunicação), Alexandre Martello (Portal G1), Fabrício Fonseca Ângelo (Agência Envolverde), Fabiano Andrade (CBN/Rádio Globo), Ana Beatriz Magno (Correio Brasiliense), Juliana Cezar Nunes (Rádio Nacional) e Lídia Neves (TV Brasil/Canal Integración).

Nossos colegas de Nações Unidas também participaram das consultas aportando valiosas críticas e sugestões. Gostaríamos muito de agradecer a Cristina Montenegro (PNUMA), Fabio Eon e Paulo Vinícius Alves (UNESCO), Márcio Carvalho (UNICEF), Ricardo Bielschowsky e Carlos Mussi (CEPAL), Giovanni Quaglia e Carolina Gomma de Azevedo (UNODC), Marcelo Britto (UNFPA), José Moya e Luciana Chagas (OPAS/OMS) e a Jean Bernardini e Maria Guallar da coordenação das Nações Unidas no Brasil.

A Rede Esporte pela Mudança Social, apoiada pelo PNUD, também participou das consultas com sugestões e análises que muito enriqueceram esse Caderno. Nossos agradecimentos vão para Adolfo Vieira, Wagmar Ricardo, Sóstenes Brasileiro de Oliveira, Ângela Bernardes, Ana Moser, Adriano Rossetto Júnior, Maria Angélica Gonçalves, Guilherme Araújo, Joana Miraglia, Marcelo Moraes, Silvia Abranches, Eliana Custódio, Janeth Arcain, Karine Batista, Daniela

Castro, Fernando Borrielo, Roberta Dutra, Amália Fischer, Vanessa Fonseca, Priscila Accorsi, Ana Júlia Ferro, Leriana Figueiredo, Solange Tignola, Cláudia França, Joana Dutra, Gianne Neves, Fábio Gavião, Márcia Corrêa Castro, Ângela Aguiar, Silvana Silveira, Ricardo Vital e Johnson Sales.

Registramos também a consulta que foi feita em parceria com o grupo de Voluntários das Nações Unidas que responderam à Consulta do Brasil Ponto a Ponto com sugestões corajosas e originais.

Aos colaboradores desse Caderno

Tivemos o grande privilégio de contar com uma lista de colaboradores renomados que compartilharam suas reflexões sobre essa experiência nesse Caderno. Somos muito gratos aos nossos parceiros que contribuíram assim como aos Professores Eduardo Giannetti (INSPER), Ubaldo Crepaldi (ECA USP), Javier Iguiñiz e Catalina Romero (Pontifícia Universidade Católica do Peru), David Crocker (Universidade de Maryland, EUA), Des Gasper (Instituto de Estudos Sociais, The Hague, Holanda) assim como a Cláudia Gagher (TV Morena, Rede Globo).

E a todos que ajudaram

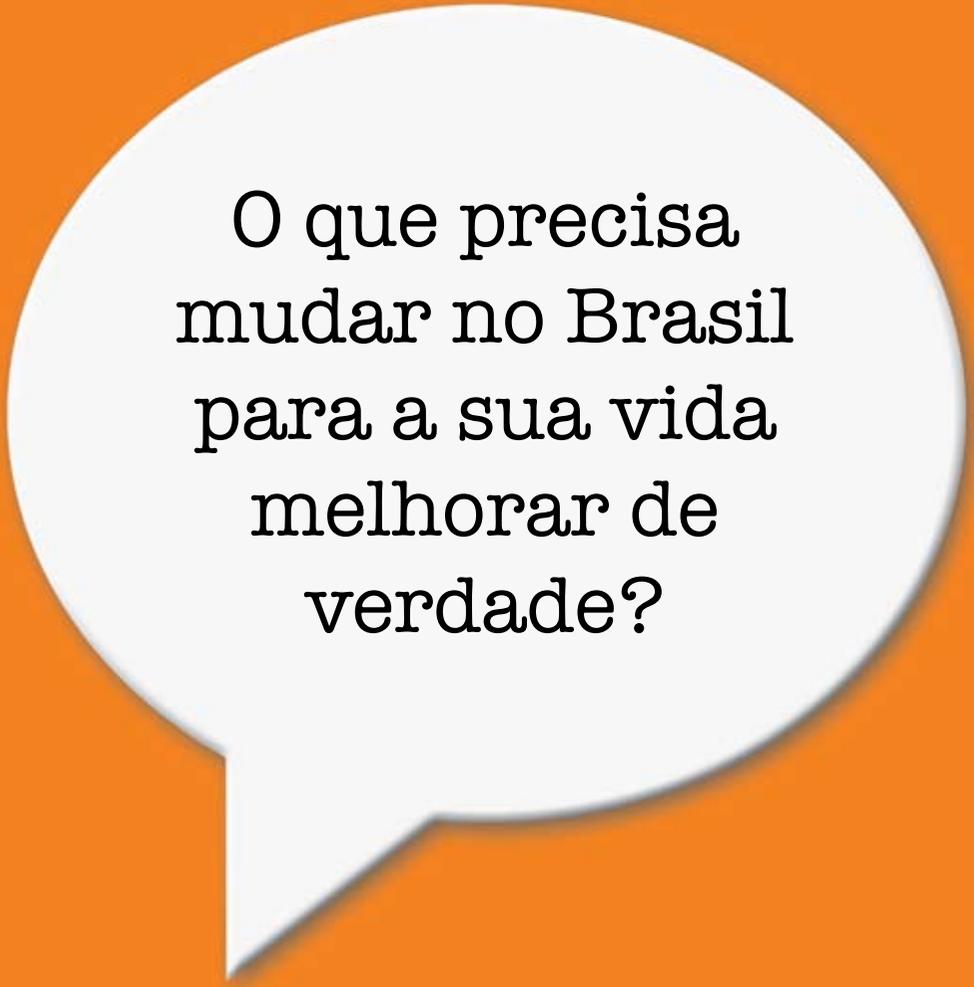
Gostaríamos de enfatizar nossos agradecimentos à Revista Época, Editora Abril e IG por todo o apoio recebido. Do mesmo modo, somos extremamente gratos a todas as pessoas que participaram nas Audiências Públicas que promovemos em sete cidades do país, muitas representando suas instituições de trabalho.

Merece também uma menção especial a consulta feita em parceria com a Professora Rosa Maria Corrêa, da Sociedade Inclusiva, que possibilitou escutarmos 100 pessoas com necessidades especiais (mentais, visuais, auditivas e físicas) que muito contribuíram com suas opiniões, sonhos e críticas.

Pedimos que todos que tenham contribuído mas que porventura não tenham sido citados que se sintam contemplados pelo nosso agradecimento e que nos informem para que possamos incluir seu nome na versão final do Relatório. Para concluir, gostaríamos de expressar nessa lista de agradecimentos toda nossa gratidão a muitos colegas do escritório PNUD Brasil que foram uma fonte inesgotável de boas idéias, contatos, trabalho voluntário e de tantas outras ajudas espontâneas que fizeram desse Caderno um produto de um grande time.

SUMÁRIO

Introdução: perguntas e respostas	11
1 Entendendo o processo de consulta	17
2 Resultados da primeira fase da consulta	21
3 Resultados da segunda fase da consulta	33
4 A estratégia de comunicação	43
5 Construção de parcerias e estratégias	49
6 Fundamentos conceituais e metodologia	57
Anexos	69



O que precisa
mudar no Brasil
para a sua vida
melhorar de
verdade?

INTRODUÇÃO: PERGUNTAS E RESPOSTAS

Este caderno apresenta o resultado de um amplo processo de consulta aberta à sociedade para escolha do tema do Relatório de Desenvolvimento Humano do Brasil – 2009/2010, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa consulta foi realizada por meio da Campanha Brasil Ponto a Ponto.

A Campanha Brasil Ponto a Ponto teve por objetivo estimular o debate em todo o país sobre o que precisa ser mudado no Brasil para melhorar a vida das pessoas. A campanha foi aberta a todos os brasileiros, que poderiam participar respondendo à pergunta: **O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?**

O PNUD estima que esta questão chegou a 100 milhões de pessoas em todo o Brasil, em duas etapas. Na primeira etapa, com duração de 3 meses, levamos essa pergunta aos municípios de pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), à Academia e a sete capitais do país. Na segunda etapa, que durou 6 semanas, levamos a questão ao grande público via TV, Internet, rádio, jornais e celular. No final, meio milhão de pessoas de todas as partes do Brasil responderam, levantando uma grande riqueza de temas e questões. O relato detalhado de como esta campanha foi idealizada e conduzida está descrito neste documento.

Mas por que essa campanha foi feita?

O objetivo principal da realização dessa campanha foi escolher o tema do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro, também conhecido, pelas suas iniciais, como um RDH.

Mas o que é um RDH? Quem faz esse relatório? Para que serve? E o que é *desenvolvimento humano*? Isso tem alguma coisa a ver com o *Índice de Desenvolvimento Humano*, o tal de IDH? E como essa consulta vai ser usada? No final das contas, isso vai resultar em alguma coisa?

As respostas a esta e a várias outras perguntas importantes serão explicadas a seguir.



Precisamos conscientizar as pessoas que o poder público é na realidade o poder do povo e que os recursos públicos têm dono, que é o povo. Há uma percepção generalizada do poder público como um ente separado e de que os recursos públicos, por não terem dono, podem ser objeto de toda sorte de esquema de apropriação indevida, desde aqueles que trocam a não emissão de uma nota fiscal por um desconto, até aqueles que se conjugam em quadrilhas visando o superfaturamento de obras públicas.
Judson Ferreira Valentim, Rio Branco, AC

Nossas leis. Eu não diria mudar, mas fazer valer nossas leis que são tantas e garantem o essencial a nossa vida, porém não são postas em prática e isso acarreta muitas desigualdades sociais, preconceitos e insatisfações à população.

Marcia Lima Rocha,
Tarauacá, AC

1 Sobre o Relatório de Desenvolvimento Humano

O QUE É UM RDH?

Um RDH é um relatório. Nele são registrados problemas e questões que são fundamentais para a vida de milhões de pessoas. O primeiro RDH foi feito em 1990. Foi um relatório internacional. O objetivo dele era mostrar que as condições básicas de qualidade de vida de um povo dependem não somente da produção de riquezas mas também daquilo que elas podem usufruir, como uma vida saudável, conhecimentos e oportunidades para serem felizes.

Depois disso, surgiram os primeiros relatórios nacionais, feitos por Bangladesh e Camarões em 1992. De lá para cá, já foram produzidos mais de 600 relatórios nacionais em todo o mundo, incluindo os do Brasil. Até hoje o Brasil fez três RDHs. O primeiro relatório foi feito em 1996. Ele não tinha um tema específico, mas dava um panorama geral sobre as questões sociais no Brasil. O segundo relatório foi, de fato, um Atlas: preparou os Índices de Desenvolvimento Humano para todas as cidades brasileiras em 2000. O terceiro, feito em 2005, tratou de questões relacionadas a racismo, pobreza e violência. Este caderno é parte do quarto relatório do Brasil.

QUEM FAZ ESSE RELATÓRIO?

O responsável por fazer esse relatório é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, conhecido também pelas suas iniciais, PNUD. O PNUD é a agência das Nações Unidas que trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo desenvolvimento humano. O PNUD colabora com governos, iniciativa privada e com a sociedade civil para ajudar as pessoas a construir uma vida mais digna¹. Na ONU, os países são representados, assumindo compromissos oficiais e coletivos pelo respeito aos direitos humanos das pessoas e por um mundo melhor para todos. E o PNUD busca ajudar os países no cumprimento de vários desses compromissos.



Para fazer esse RDH, o PNUD realizou parcerias com vários órgãos do governo, empresas e universidades. Todas elas ajudaram na Campanha Brasil Ponto a Ponto. Entre eles, podemos citar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Brasil, a Natura, a Rede Globo de Televisão, a TIM, o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED), a MTV, a Sociedade Inclusiva da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o Setor 2 1/2, a Visar, o Portal dos Voluntários, o UniGente da Unimed João Pessoa, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o Curso de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais, o Centro Universitário Jorge Amado, o Centro Universitário da Bahia (FIB), a Universidade Presbiteriana Mackenzie, o SEBRAE/RJ, a Agenda 2020 – RS, a Companhia Suzano, o Museu da Pessoa, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado de São Paulo, o Go-

1. Para maiores informações, visite <www.pnud.org.br>.

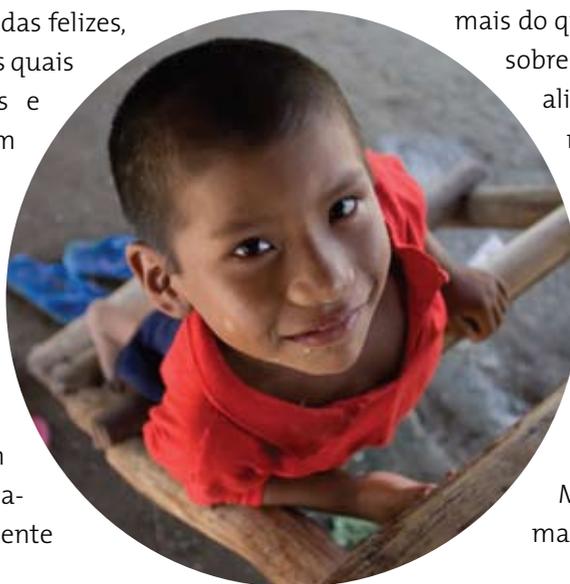
verno do Distrito Federal e a Vitaderm. Todos os parceiros ajudaram, pois apoiaram o princípio de que é importante escutar as pessoas e concordam que fazer um relatório escolhendo o tema através de uma consulta ampla e aberta é um sinal de respeito à opinião de cada um.

PARA QUE SERVE?

Um relatório serve, em primeiro lugar, para informar. Ele pode ser uma ferramenta importante não somente para governos mas para todos nós, porque com mais informação podemos estar mais conscientes e atuar mais, ajudando na solução dos problemas tratados pelo relatório. Isso depende de querermos usá-lo ou não. Um relatório pode ser apenas um monte de páginas rodeado por duas capas ou pode ser parte das nossas ideias. Para isso, é importante por um lado que o relatório seja escrito de maneira clara, objetiva, e, por outro, que nós possamos acreditar que o uso dele possa fazer alguma diferença nas nossas vidas. O fundamental é tirar o relatório da estante, dando a ele pernas, para que possa chegar a novas pessoas e novos lugares.

E O QUE É DESENVOLVIMENTO HUMANO?

Sim, vale lembrar que esse não é um relatório qualquer, mas um Relatório de Desenvolvimento Humano (um RDH). Essa ideia de *desenvolvimento humano* pode ser traduzida pela imagem de pessoas levando vidas felizes, produtivas e realizadas, nas quais elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem do desenvolvimento humano procura olhar diretamente



para as pessoas, suas experiências, seus problemas e a partir disso tentar enxergar o todo. O desenvolvimento humano é feito de baixo para cima e não de cima para baixo: ele é baseado na participação de todos e no amadurecimento dessa participação através do estímulo à razão pública², isto é, na busca de melhores argumentos que sejam compartilhados por todos.

Mas isso significa que a renda não é importante para o desenvolvimento humano? Pelo contrário. A renda é importante, sim, mas como um dos meios para o desenvolvimento e não como seu fim. É interessante ressaltar essa mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o do ser humano.

O desenvolvimento humano envolve escolhas. Envolve um debate sobre o que é mais importante, sobre o que é valorizado pelas pessoas para que suas vidas sejam melhores e mais felizes.

ISSO TEM ALGUMA COISA A VER COM O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, O TAL DE IDH?

O IDH é sempre publicado dentro de um Relatório de Desenvolvimento Humano. Ele é uma medida resumida das condições básicas de vida de uma população, centrada nas dimensões saúde, conhecimento e padrão de vida/renda. Geralmente, o IDH é o item que chama mais atenção dentro do relatório. Mas um RDH é bem mais do que o IDH. Ele é um relatório sobre um tema, sobre uma realidade que em geral é bem mais complexa do que pode ser captado apenas por um indicador. O IDH tem o grande mérito de resumir várias discussões em números, facilitando o entendimento, dando uma síntese da realidade discutida dentro do RDH. Mas o relatório trata de temas em mais profundidade.

Na minha opinião o maior problema, dentre outros, é o sucateamento da educação, em todos os aspectos. Pois só com uma valorização maciça da educação é que se constrói um estado mais igualitário e justo. Por isso defendo que se a educação não for colocada em prioridade tanto pelo governo quanto pela família o nosso país não irá proporcionar uma boa qualidade de vida para todos que aqui vivem. Ivan Senna Molina, Santana, AP

2. O conceito de razão pública é muito utilizado na discussão de liberdades constitucionais (por exemplo, ver Freeman, S. Rawls. London: Routledge, 2007), mas é aqui mais amplamente usado para referir-se a razões compartilhadas (políticas, filosóficas etc.) com outras pessoas na sociedade.

Acho que precisa mudar a política de Educação. Todos, sem exceção, devem ter acesso a escola, a uma educação de qualidade. O País precisa ser uma democracia com cidadãos bem educados. Uma educação que apareça em tudo, até mesmo em coisas simples como respeitar fila e um pedestre no trânsito. E claro, um país que permita acesso ao esporte ao seu povo, puxando para a minha área, é claro. Mas o esporte também é importante instrumento de educação e inclusão social.

*Cesar Cielo,
São Paulo, SP*

2 Sobre a Campanha Brasil Ponto a Ponto

O QUE FOI A CAMPANHA BRASIL PONTO A PONTO?

A Campanha Brasil Ponto a Ponto foi o nome dado à consulta pública para escolha do tema do Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2009/2010 do PNUD. O argumento desenvolvido parte de uma atitude de respeito à opinião dos indivíduos. Em sociedades tão desiguais como a brasileira, existe um abismo que separa os cidadãos especialistas daqueles cidadãos à margem dessa sociedade. A Brasil Ponto a Ponto se propôs a ouvir pessoas de todas as classes sociais, de todas as partes do país. Em particular, procurou ouvir grupos excluídos, como mulheres, jovens das grandes periferias, pessoas com algum tipo de deficiência e pessoas que vivem naqueles municípios que têm o Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH) mais baixo.

O grande desafio consistiu em ver todos esses pontos como parte de um mesmo conjunto, a partir das experiências das próprias pessoas. Além disso, a campanha foi positiva, pois foi propositiva. Ela não perguntou somente às pessoas o que está ruim, mas, positivamente, indagou sobre o que é necessário mudar para que suas vidas pudessem melhorar de verdade.

COMO FOI REALIZADA A CAMPANHA?

Na realidade, foram realizadas várias consultas, que formaram uma grande campanha. Enviamos pedidos de sugestões a acadêmicos de 4009 cursos de pós-graduação no Brasil. Visitamos as dez cidades brasileiras com o IDH mais baixo do Brasil, procurando a opinião das pessoas que vivem em áreas rurais, sofrem muitas privações e raramente são escutadas. Fizemos



sete audiências públicas em metrópoles brasileiras de todas as regiões (Belo Horizonte, São Paulo, Belém, Distrito Federal, Porto Alegre, João Pessoa e Rio de Janeiro) para escutar diretamente das pessoas suas opiniões. Recebemos a opinião das pessoas via mensagens de celular (SMS). Tivemos o envolvimento de secretarias de educação de vinte estados que ajudaram com a Brasil Ponto a Ponto nas escolas. Pedimos também a opinião de consultoras da Natura, espalhadas em 95% do território brasileiro. Isso sem falar, é claro, na consulta aberta via Internet, que se multiplicou em inúmeras entradas em *sites* de todo o Brasil. Foram assim várias consultas que, em conjunto, resumem a ideia de uma consulta única.

E COMO ESSA CONSULTA VAI SER USADA?

A consulta foi usada para mostrar o que é importante para as pessoas no Brasil e, assim,

É preciso um conjunto de medidas que aumentem o potencial de crescimento do país e permitam elevar o nível de emprego e renda. A lista dos desejos é conhecida: reformas tributária, trabalhista, previdenciária, da estrutura dos gastos públicos e política, que requerem complexas mudanças constitucionais.
Mailson da Nóbrega, Brasília, DF

ajudar na escolha do tema do relatório. Com o relatório estruturado ao redor dos principais temas, teremos um texto mais relevante e de interesse de todos. Este é o primeiro caderno, mas, depois dele, lançaremos mais três:

CADERNO 2: diagnóstico do tema selecionado pela população na fase de consulta;

CADERNO 3: análise de boas práticas e soluções para os problemas identificados pela população;

CADERNO 4: debate sobre o IDH com foco no contexto brasileiro.

É importante enfatizar que a consulta é somente o começo do relatório, e não o seu fim.

NO FINAL DAS CONTAS, ISSO VAI RESULTAR EM ALGUMA COISA?

O grande desafio aceito por esse relatório é não se tornar mais um documento para tomar pó na estante. Por essa razão é que, antes de entrar na fase técnica, estatística, objetiva e formal do relatório, escutamos a opinião de todos aqueles que quiseram contribuir. Afinal, a maior riqueza de um país é o seu povo, sua gente, e nada mais justo do que construir um relatório a partir do que os indivíduos pensam e sentem. Com isso, queremos estabelecer no contexto desse relatório

o início de uma parceria do PNUD com cada indivíduo que se interessa em ter uma vida melhor de verdade: o PNUD se compromete a estudar os temas escolhidos e a devolver relatórios que sejam escritos em uma linguagem clara, concreta, falando dos problemas e soluções com o desejo de vê-las postas em prática. E pede a cada pessoa que ler esse relatório que faça o seu melhor para colocar a mão na massa, para aplicar no seu dia a dia, na sua escola, na sua vizinhança, na sua comunidade a informação que vai ser gerada por esse trabalho nos próximos cadernos.

Sabemos que somente com a participação contínua de todos os interessados na busca de soluções para nossos principais problemas é que podemos mudar a realidade que nos oprime. Sabemos que isso pode parecer utópico, mas acreditamos que cada pessoa tem o poder de contribuir para a construção de um país mais justo, através de suas atividades e escolhas diárias. A atitude e compromisso de quem se sentir parte desse projeto é a única promessa de mudança concreta que todos nós temos. Com cada um fazendo a sua parte (governo, empresas, famílias etc.), pode-se fazer desse relatório um instrumento útil para uma vida melhor.

BRASIL PONTO A PONTO: O ARGUMENTO

A campanha também visou a estimular o debate em todo o país sobre o que precisa ser mudado no Brasil para melhorar a vida das pessoas. A partir desse debate, foi feita a escolha do tema do RDH 2009/2010, que é relatada neste caderno.

Cada um sabe da sua vida e tem um ponto de vista.

Vamos juntar todos os pontos do país

Aponte o que é preciso mudar

Ponto por ponto

O ponto em que precisamos chegar

Para ser um país

Mais justo

*Os impostos
precisam ser
menores, mais
justos, melhor
distribuídos e
aplicados.*

*Ricardo Russo,
Manaus, AM*

3 Sobre este caderno



Este caderno relata a experiência da Campanha Brasil Ponto a Ponto. Ele está dividido em seis partes. A primeira parte explica como a consulta foi feita, tratando do modelo de trabalho e das estratégias utilizadas.

Na segunda parte, apresentamos as conclusões obtidas durante a primeira fase da consulta e detalhamos os principais resultados das visitas aos municípios de pior IDH do país, por se tratar de uma atividade única com o uso de técnicas participativas para escutar a voz daquelas populações que são raramente ouvidas na maior parte das pesquisas.

Na terceira parte, apresentamos os resultados obtidos durante a segunda fase da consulta, junto a uma reflexão sobre seu significado.

Enquanto a primeira fase da consulta teve um caráter mais qualitativo, a segunda fase foi mais centrada na compilação quantitativa das milhares de respostas recebidas.

Na quarta parte, discute-se a estratégia de comunicação montada para a Campanha Brasil Ponto a Ponto, com algumas ponderações sobre o papel da comunicação para o desenvolvimento humano. Logo após, na quinta parte, trata-se da importância da construção de parcerias para o sucesso dessa empreitada. Por fim, na sexta parte, examinam-se os fundamentos teóricos que embasaram a organização da campanha. Lá são explicadas algumas motivações e justificativas para as estratégias escolhidas, fundamentadas na metodologia utilizada. Conclui-se este trabalho com algumas considerações finais.

O grande pano de fundo do relatório e deste primeiro caderno é uma visão de desenvolvimento mais participativa, mais inclusiva, mais próxima das ideias de razão pública e comunicação que conduzam a questões sobre transformação do conhecimento em mudanças comportamentais. Uma revisão dos principais resultados da campanha sob este viés pode oferecer uma perspectiva diferenciada de desenvolvimento mais centrada nos indivíduos, menos repetitiva em relação aos paradigmas passados e mais pragmática e concreta, que consiga estimular e mobilizar o interesse da população e dos governos na solução de sérios problemas que entravam o desenvolvimento humano no nosso país.

O objetivo deste primeiro caderno é apenas explicar o processo de consulta, apresentar sua justificativa, mostrar o que foi feito e falar dos resultados, para que, com isso, de modo concreto e transparente, possamos construir as parcerias que são fundamentais para a resolução dos problemas apontados.

Esperamos que a leitura deste caderno seja útil e que você continue conosco nos próximos cadernos do RDH 2009/2010.



1

Entendendo o processo de consulta



A resposta está na re-estruturação da família. Os governos se preocupam com a saúde, com a economia, com a segurança, com a política etc... Mas e a família? Quais os projetos realmente voltados para a família? Quando vamos perceber que medidas emergenciais não seriam precisas se houvessem medidas de prevenção? É dentro da família que o cidadão adquire as primeiras noções de saúde, economia, segurança, política, direitos e deveres. Do meu ponto de vista a solução está na valorização das famílias. Jeane da Silva Freitas, Salvador, BA

OS FUNDAMENTOS DA CONSULTA: MODELOS E ESTRATÉGIAS

A Campanha Brasil Ponto a Ponto nasceu como resultado de um trabalho que se propôs a inovar na maneira de consultar as pessoas. A campanha assumiu características distintas e estratégias até então inéditas, que possibilitaram uma ampla participação da população no debate para definição do tema do relatório.

A conformação final alcançada pela estratégia de consulta pública do RDH brasileiro, no entanto, não estava pré-definida. Como todo processo inovador, esta consulta foi continuamente adaptada e aperfeiçoada ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, a partir das novas parcerias e necessidades identificadas. Ou seja, como muitas questões a serem resolvidas surgiram no decorrer do trabalho, vivemos uma situação em que os trilhos tiveram que ser postos com o trem já em andamento.

O trabalho de gestão gerou lições que foram amadurecidas durante o processo, culminando com a tabulação dos resultados da campanha. No que segue, apresentamos um relato analítico sobre a experiência da consulta e de seu impacto sobre a estruturação do RDH. Esse registro visa a compartilhar as lições aprendidas na implementação dessa nova estratégia de consulta, bem como a oferecer subsídios a futuros trabalhos de consulta pública que pretendam uma abrangência semelhante à alcançada no caso brasileiro.

EVOLUÇÃO DA PROPOSTA DA CONSULTA

A abertura de espaços para um debate democrático é uma função importante de um Relatório de Desenvolvimento Humano. Isso significa que o processo de consulta deve contemplar diversas opiniões e mesmo pontos de vista divergentes. Nesse sentido, a consulta pode – e deve – ser mais do que um instrumento de mera obtenção de legitimidade do relatório, tendo o potencial para ser usada como uma oportunidade

de construção reflexiva de questões nacionais.

As diretrizes para Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais do PNUD –³ que orientam a metodologia para definição dos temas, bem como todo o processo de redação e disseminação desses relatórios – privilegiam a aplicação de estratégias participativas para a escolha do tema a ser abordado em um RDH Nacional.

As diretrizes internacionais para elaboração de RDHs dividem-se em dois grandes blocos:

1. Padrões mínimos de consulta: O documento define princípios básicos para a elaboração de um relatório. Dentre esses princípios, são mencionados: i) apropriação pelos cidadãos do país ou região à qual o relatório se refere; ii) elaboração participativa; iii) independência de análise; iv) qualidade da análise; v) criatividade na apresentação e; vi) acompanhamento dos resultados. É sugerida ainda uma estrutura mínima de comitês técnicos e de consulta para a elaboração participativa e acompanhamento dos relatórios.

2. Boas práticas: os padrões mínimos definidos devem ser seguidos em todos os relatórios. A forma de implementar tais padrões, entretanto, será definida pela equipe responsável por cada relatório. Para facilitar e inspirar o trabalho das equipes coordenadoras, o documento traz exemplos e sugestões de boas práticas de participação já realizadas em várias localidades no mundo. As boas práticas apresentadas sugerem a inclusão de grupos marginalizados no processo de consulta, a condução de pesquisas produzindo dados primários com base amostral, o uso de técnicas participativas e promoção de debates públicos, entre outras iniciativas.

No entanto, o formato específico de consulta a ser seguido pode ser definido pelas equipes nacionais de coordenação dos relatórios, a partir do contexto de cada país. O processo de consulta pode, assim, assumir diversos formatos, que po-

3. O documento "HDR Toolkit – for national and regional human development teams" está disponível em: <http://hdr.undp.org/external/toolkit/index.html>

dem diferir quanto à abrangência da consulta e, conseqüentemente, quanto às estratégias de comunicação e disseminação adotadas.

Neste relatório, a metodologia de consulta foi aprimorada ao longo de todo o seu processo de implementação. Esse processo de evolução metodológica está aqui registrado.

Em linhas gerais podemos classificar a evolução da proposta de consulta desenvolvida por esse relatório em duas etapas:

- Etapa 1 – Modelo Tradicional;
- Etapa 2 – Modelo Ampliado.

1. MODELO TRADICIONAL DE CONSULTA

O Modelo Tradicional é o modelo dos padrões mínimos exigidos para que um RDH seja reconhecido como tal. Ele contempla uma consulta prévia a representantes do governo (no caso brasileiro, do Governo Federal), das diferentes agências da ONU atuando no país, da mídia, de parceiros do PNUD e da sociedade civil. A estratégia de consulta consiste na convocação de reuniões, divididas por público-alvo, nas quais ocorre o debate sobre os possíveis temas do relatório. Todo o debate é registrado em ata.

A partir da identificação desses segmentos de público iniciou-se a elaboração de listas de possíveis convidados para cada uma das reuniões. No entanto, ao abordar a última das categorias listadas – a sociedade civil – a equipe deparou-se com um problema: o que é a “sociedade civil”? Em outras palavras, que nível de abrangência seria dado à categoria “sociedade civil” no contexto de elaboração do relatório? A sociedade civil poderia compreender apenas as instituições organizadas do terceiro setor, o que já conformaria um grande universo de consulta. Mas... e se o termo sociedade civil fosse associado a toda a população brasileira? Ou seja, se todos os cidadãos estivessem potencialmente representados nessa última categoria? Como planejar uma reunião que tivesse tal alcance e representatividade?

Essa reflexão inicial de que o Modelo Tradicional não possibilitaria um amplo alcance e

apropriação do debate por parte da população como um todo, aliada à convicção quanto à importância da promoção de um amplo processo de consulta para a construção de razão pública, guiaram a mudança de uma estratégia tradicional rumo a uma nova estratégia, de ampla participação, na definição do tema do relatório. Passamos, assim, a considerar os benefícios do Modelo Ampliado.

2. MODELO AMPLIADO

As boas práticas apresentadas nas diretrizes para Relatórios de Desenvolvimento Humano Nacionais do PNUD nos inspiraram a pensar na lógica dos processos de consulta além do Modelo Tradicional e a tentar ampliar essas estratégias para o seu grau máximo. Considerando a existência dessas boas práticas, a equipe do RDH do PNUD Brasil trabalhou no levantamento de experiências de outros Relatórios de Desenvolvimento Humano no mundo que pudessem colaborar para pensar o caso brasileiro. Essas experiências foram então consideradas e serviram de inspiração para a conformação do Modelo Ampliado, detalhado a seguir.

O Modelo Ampliado, materializado através de um conjunto de estratégias de consulta formuladas ao redor da Campanha Brasil Ponto a Ponto, representa uma extensão do Modelo Tradicional. Percebemos que poderíamos ir além de uma consulta ao público feita através de um instituto de opinião pública. Estudamos os trabalhos feitos pelos principais institutos de pesquisa de opinião do Brasil e verificamos respostas recorrentes baseadas em amostras que, apesar de bem selecionadas, envolvem em geral um número não superior a 3 mil indivíduos. Levamos em conta uma das máximas do “HDR Toolkit” (2004, p. 38), a de que “participação é tanto um meio de preparar um relatório que seja um catalisador para mudança como um fim em si própria”, e decidimos elaborar um processo de consulta que fosse não somente amplo mas também aberto (ou seja, sem categorias pré-selecionadas), possi-

Acreditamos que o combate à corrupção é a base para a transformação do Brasil e para a melhoria da qualidade de vida de todos nós. E isso será possível por meio de uma ação conjunta da sociedade civil, iniciativa privada e governo de comprometimento com a ética e a transparência.
Rodolfo Guttilla, São Paulo, SP

bilitando o aparecimento de novas informações que ajudassem a formulação do relatório.

Dessa forma, para conduzir um processo completamente aberto, que permitisse alcançar a abrangência pretendida no processo de consulta e considerasse a heterogeneidade do público, foram delineadas estratégias diversificadas para alcançar distintos segmentos:

a) Governos: realização de reuniões com gestores públicos e parceria com a Confederação Nacional dos Municípios para consulta aos novos gestores municipais;

b) Mídia: realização de reuniões com representantes de veículos de comunicação, para disseminação da proposta e consulta sobre sugestões de tema;

c) Academia: envio de mensagem eletrônica a todos os cursos de pós-graduação cadastrados na base de dados da CAPES/MEC (4009 cursos ao total), convidando professores e pesquisadores a enviarem sugestões de temas para o relatório;

d) Sociedade civil organizada e população como um todo: considerando a amplitude deste último segmento, as seguintes ações foram estruturadas:

- disponibilização de enquete no *site* do PNUD (www.pnud.org.br), para que os interessados pudessem registrar a sua

sugestão de tema;

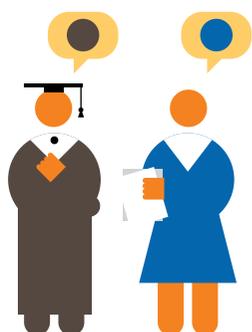
- lançamento do *site* para a Campanha Brasil Ponto a Ponto (www.brasilpontoaponto.org.br) com informações sobre o processo e espaço para opinião dos internautas;

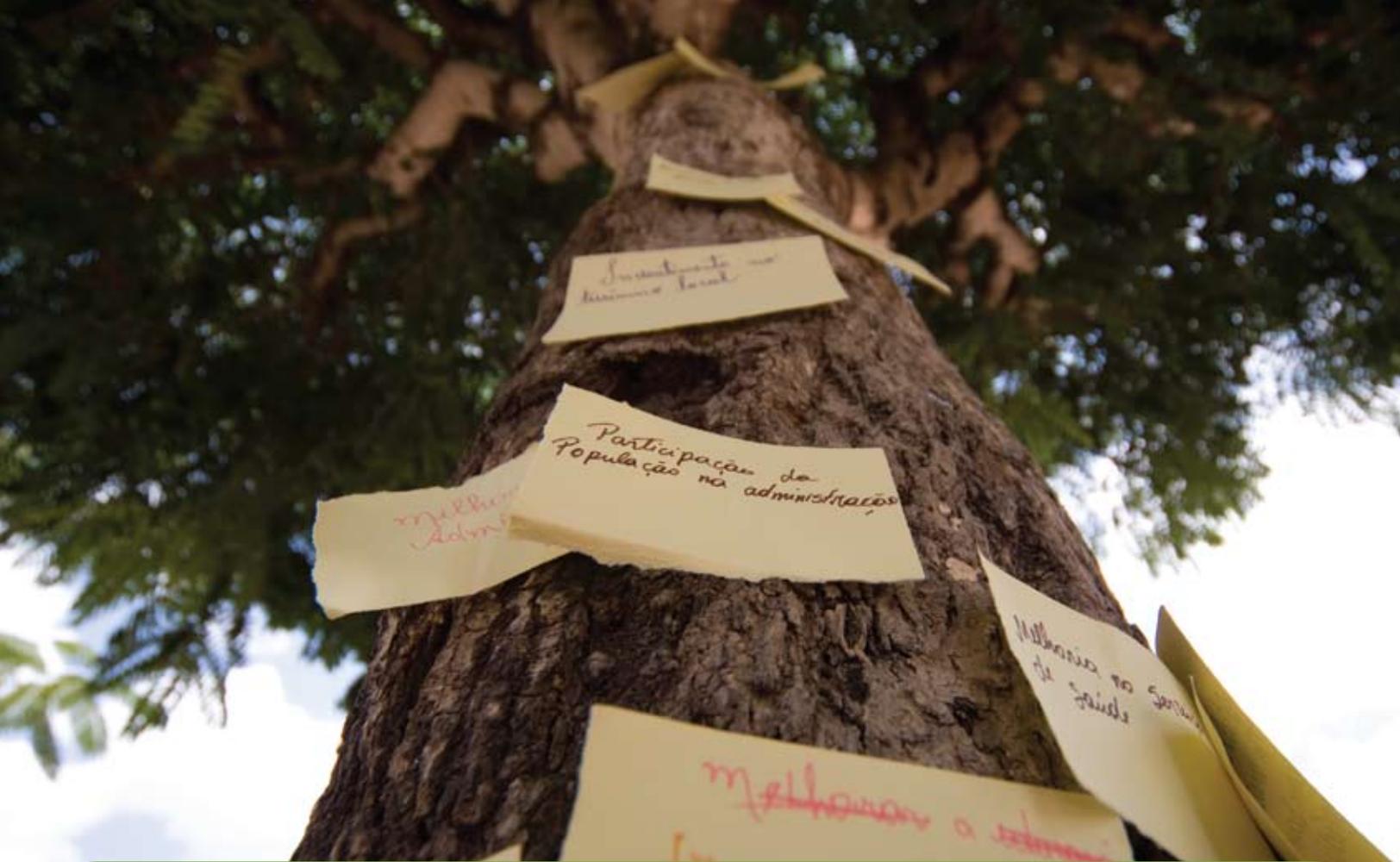
- realização de audiências públicas em todas as regiões do país. Foram realizadas audiências públicas em Belo Horizonte/MG (09/10/2008), São Paulo/SP (10/11/2008), Belém/PA (26/11/2008), Brasília/DF (27/11/2008), Porto Alegre/RS (10/12/2008), João Pessoa/PB (15/12/2008) e Rio de Janeiro/RJ (18/12/2008), nas quais participaram representantes de governos estaduais, políticos, sociedade civil etc.;

- visita aos 10 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país (Traipu/AL, Manari/PE, Guaribas/PI, Caraúbas do Piauí/PI, Araiõeses/MA, Santana do Maranhão/MA, Lagoa Grande do Maranhão/MA, Centro do Guilherme/MA, Jordão/AC e Ipixuna/AM), para que a população desses municípios também pudesse opinar;
- parcerias, detalhadas ao longo desse caderno, para ampliar o potencial de alcance da consulta à população brasileira.

As estratégias mencionadas acima foram implementadas em duas partes. Na primeira parte, que compreendeu os meses de setembro a dezembro de 2008, foram realizadas as reuniões com o governo e mídia; as audiências públicas; as visitas aos 10 municípios de pior IDH do Brasil; a consulta aos cursos de pós-graduação do Brasil de todas as áreas; além das primeiras consultas via Internet através do *site* do PNUD (www.pnud.org.br) e do portal do V2V (www.portaldovoluntario.org.br). Na segunda parte, realizada do início de março até a metade de abril de 2009, ocorreu a grande ampliação do processo de consulta, com a campanha via *site* Brasil Ponto a Ponto, em articulação com as demais parcerias.

O processo de consulta foi construído sobre dois pilares fundamentais: uma estratégia ampla de comunicação e a construção de parcerias, como detalhado nas demais partes deste relatório. A estratégia de comunicação adotou um posicionamento pró-ativo, no qual as diferentes mídias contribuíram para motivar os indivíduos a participarem da campanha. A formação de uma ampla rede de parceiros possibilitou o uso de diferentes instrumentos de comunicação e de distintas contribuições ao processo.





2

Resultados da primeira fase da consulta



As pessoas precisam cumprir regras! Desde as mais simples até as leis. Não é possível se pretender ter democracia se, invariavelmente, as pessoas relutam em cumprir o que está previsto, sem questionar as autoridades e/ou pessoas com a prerrogativa de determinar procedimentos. Pode ser o seu pai, o seu professor, síndico, governante, não importa. Há que se aceitar a legitimidade de regras a serem cumpridas. Caso contrário, é o caos!

**George Guimaraes,
Brasília, DF**

A consulta aberta ao público teve dois momentos. No primeiro momento, principalmente durante os meses de novembro e dezembro de 2008, foram feitos quatro conjuntos de atividades, começando pelas reuniões de consulta mais formal em Brasília (dentro do modelo tradicional) até as visitas aos municípios de menor IDH do país. O número total de pessoas ouvidas nessas atividades foi de aproximadamente 2.500. Esse número, apesar de pequeno quantitativamente, foi muito importante em termos qualitativos, pois possibilitou uma articulação das primeiras ideias e formatos do RDH.

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS

A consulta foi aberta: não havia uma lista prévia de categorias a partir da qual as pessoas deveriam fazer sua escolha. Em outras palavras, as pessoas puderam responder livremente o que deveria ser mudado no Brasil para que a vida delas melhorasse de verdade. Essa metodologia deu origem a uma grande riqueza de informações sobre a vida e opiniões das pessoas. É importante notar que a grande maioria das pessoas não se focou em apenas um tema, mas ao invés, tratou de vários temas simultaneamente.

Além do desafio de desenvolver uma metodologia para transformar essa informação qualitativa em quantitativa, para que pudéssemos sistematizar e comparar as visões de diferentes pessoas, precisou-se lidar com visões integradas, nas quais as pessoas relacionavam vários temas ao mesmo tempo. Com isso, os temas foram subdivididos em temas setoriais (educação, saúde, violência etc.) e em temas *transversais* (que são aqueles temas comuns a vários assuntos ou setores, como valores, desigualdade etc.).

A necessidade de quantificar os resultados deveu-se ao grande número de respostas recebidas. Por mais que uma pessoa pudesse ler, ela não poderia extrapolar o pequeno universo do qual daria conta. A classificação das respostas foi feita, em um primeiro momento, de maneira livre. Elaborou-se um conjunto de regras (ver Anexo 1 para uma visão detalhada da classificação utilizada) para escrita das palavras que melhor revelassem o significado atribuído nas respostas. A partir dessa lista preliminar, iniciou-se um pro-

cesso de discussão dentro da equipe do relatório, para o refinamento das categorias, e uma primeira nota técnica, com a definição das categorias de respostas mais frequentes, foi escrita.

Esse trabalho de classificação das respostas somente foi possível com a parceria de um conjunto de universidades, incluindo a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PPGE/PUCRS), a Universidade Presbiteriana Mackenzie (Departamento de Economia/SP), a Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), a Universidade Jorge Amado (Departamento de Relações Internacionais/BA), e a FIB (Departamento de Direito – Belo Horizonte/MG), mais um conjunto de universitários da Universidade de Brasília (várias áreas/DF), da Universidade Católica de Brasília (UCB/DF) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), além de um conjunto de profissionais, incluindo voluntários dentro do próprio PNUD, que ajudaram na tabulação das respostas. Se, por um lado, a variedade de disciplinas e perfis dos voluntários enriqueceu muito a classificação, de outro, criou-se um desafio de articular a contribuição de mais de 160 pessoas.

O método utilizado para a construção de visões comuns na classificação das respostas consistiu de dois instrumentos. O primeiro foi a criação, para o processamento das respostas, de uma Intranet em que os voluntários pudessem ver em tempo real a evolução das classificações de todos os demais que estavam ajudando nessa tarefa. Isso permitiu o uso de expressões mais

A falta de caráter que as pessoas carregam e a falta de dignidade faz com que acabem com o nosso Brasil. Se todos fossemos mais sinceros o Brasil não passaria por um terço do que passa hoje. Aline Sathler, Serra, ES

usadas por todos para falar do mesmo fenômeno, promovendo a convergência no uso de categorias. O segundo procedimento foi a elaboração de várias Notas Técnicas até chegar à versão final (no Anexo 1). No total, mais de 7 versões foram produzidas, incorporando comentários e distinções conceituais que estavam permanentemente sendo discutidos à medida que se recebia *feedback* dos voluntários.

A essência do método é simples: escrever de modo direto o que foi dito pelas pessoas. A maior dificuldade encontrada foi referente ao uso de uma expressão para qualificar respostas que de fato incorporavam múltiplas alternativas. Um exemplo: foi comum encontrar pessoas dizendo que o que tinha que melhorar era “a saúde, educação, saneamento, transporte etc.”. Nesses casos, poderíamos ter desconsiderado essas respostas pela dificuldade de classificação. No entanto, reconhecemos que muito frequentemente essas respostas se referiam à provisão de bens ou serviços públicos. Quando esses registros apareceram, utilizamos a expressão *pol-pública* para poder utilizá-los. Como será visto a seguir, *pol-pública* foi, de fato, uma categoria bastante utilizada, refletindo certa indefinição das pessoas sobre o que realmente deveria mudar, mas que revelava certo descontentamento (e ao mesmo tempo esperança) com a provisão de bens públicos.

A característica da multiplicidade de alternativas em uma mesma resposta mostrou que a maior preocupação das pessoas não era apenas setorial: isto é, com a saúde ou a educação, independentemente da relação dessas respostas com outras. Pelo contrário, a intersetorialidade ou, em outras palavras, a transversalidade dos temas foi um aspecto fundamental na escolha dos temas para o relatório. Com isso, dividimos os grupos de temas em dois: os temas *setoriais* (ou *substantivos*) e os *intersetoriais* (ou *transversais*). O respeito à característica da intersetorialidade foi resultado de esse ser um fator constante na grande maioria das respostas.

• • • Audiências Públicas

Os principais temas apontados pelos participantes das audiências estão registrados abaixo. O relato dos resultados foi dividido em: i) resultados quantitativos, que expressam os temas mais mencionados pelos participantes nos formulários respondidos em papel; ii) resultados qualitativos, que registram um resumo do debate entre os participantes da reunião.

1| Belo Horizonte

A primeira das sete audiências realizadas para a etapa de consultas do Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2009/2010 foi realizada em Belo Horizonte, como parte do V Seminário Internacional Sociedade Inclusiva, organizado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, contando com a participação de mais de 200 pessoas, entre acadêmicos e representantes da sociedade civil. Lá, a pergunta utilizada pretendia compreender o que era mais importante para a vida das pessoas e como elas projetavam o país em um futuro próximo, apontando o que poderiam fazer, enquanto cidadãos, para evitar os problemas que se tornariam mais graves em 10 anos, estimulando, assim, uma reflexão sobre o papel que as pessoas poderiam ter na construção do país que queriam. No entanto, observou-se que dividir a pergunta utilizada sobre o que se precisaria mudar para “dar uma melhorada” e o que se precisaria mudar para “melhorar de verdade” não levou a diferenças de resposta. Na maioria dos casos, as pessoas não conseguiram diferenciar estas dimensões.

A temática da educação foi a que mais apareceu nas respostas ao questionário aplicado em Belo Horizonte. Entretanto, raramente apareceu sozinha, vindo, geralmente, como uma solução aos problemas de desemprego, baixos salários, violência, consumo de drogas e desrespeito ao meio ambiente. Essa ligação direta entre os diversos temas apresentados constituiu-se como a maior dificuldade na classificação dos dados obtidos. Por outro lado, foi o seu maior mérito. Per-

É muito simples e já foi repetido exaustivamente: melhorar a qualidade da educação como um todo. Rever o sistema de ensino e colocar como prioridades valores como ética, moral, respeito ao outro e a si mesmo. Ressaltar "valores ultrapassados" como generosidade, solidariedade, sinceridade, honestidade e, sobretudo, o amor. Sem amor nada podemos fazer para melhorar o mundo. E nem a nós mesmos.
Sérgio Abreu, Rio de Janeiro, RJ

cebeu-se que a visão das pessoas é muito mais sistêmica do que setorial. Pode-se assim dizer que a dificuldade de hierarquização de problemas, que acabou sendo uma marca constante das respostas recebidas pela Campanha Brasil Ponto a Ponto, coexistiu com uma tentativa dos indivíduos de mostrarem as principais relações entre os diferentes temas.

Resultados Qualitativos

Nessa audiência pública, durante o processo de debate entre os participantes, a qualidade de ensino foi apontada como a principal causa dos problemas enfrentados pelas pessoas no Brasil. Segundo eles, uma educação de qualidade poderia aumentar o nível de renda e, acima de tudo, contribuir para uma maior conscientização da população brasileira de modo a garantir um voto mais acertado, o que levaria a melhores políticas públicas. Tais ações seriam diretamente responsáveis por melhorias na saúde e pela diminuição da violência, seja ela urbana ou doméstica. O aparecimento da questão do meio ambiente se fez muito como resposta a uma agenda de “ações educativas” voltadas à manutenção de florestas, ao correto tratamento de resíduos sólidos e ao não desperdício da água.



Belo Horizonte

Os três temas mais citados nos formulários respondidos durante a audiência pública foram:

1º	Educação	15,5%
2º	Desigualdade	14,4%
3º	Emprego	11,0%

Foram ainda bastante citados o tema das **políticas públicas** (8,3%) e dos **valores** (4,4%).

Outra questão, ligada à educação pelos participantes da audiência, foi o exercício da cidadania e a “humanização” das pessoas, através da construção de uma escola mais inclusiva e voltada para o ensino de valores éticos, morais e humanistas, que contribuiriam para diminuir a desigualdade detectada no país (educação essa denominada educação cívica). Essa preocupação foi também relacionada a um enfraquecimento de instituições tradicionais, como a família, ou a um distanciamento crescente dos jovens da Igreja. Apenas a título de registro, vale destacar que a lembrança dessa faceta da educação foi extremamente presente também nas demais audiências realizadas.

2| São Paulo

A segunda audiência pública foi realizada em São Paulo, fruto de uma parceria, com o Governo do Estado e com a Prefeitura de São Paulo, que ajudou na mobilização dos participantes. Essa audiência se beneficiou de uma alta densidade de redes sociais atuantes na cidade, o que garantiu um público de aproximadamente 100 pessoas, com representantes do governo estadual e municipal, Academia, sociedade civil e políticos. Quanto à pergunta utilizada, optou-se por simplificar a usada em Belo Horizonte (eliminando a questão sobre o principal problema em 10 anos), deixando somente: “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida ‘dar uma melhorada’? E para melhorar de verdade?” Com isso a ideia era estimular uma reflexão nas pessoas, baseada na sugestão de diferentes graus de importância entre os temas. No entanto, o que se viu foi que as pessoas perceberam a distinção entre “uma melhorada” e “melhorar de verdade” com critérios variados. Um deles foi a diferença entre o que era bom para o indivíduo versus o que era bom para a sociedade.

Depois desse encontro ficou clara a necessidade de se pensar em uma pergunta que levasse a respostas em que os respondentes atribuíssem hierarquia às suas prioridades, definindo o que é

*No Brasil tudo tem que ser mudado a partir da família onde as nossas crianças crescam sabendo o que é o certo e o errado, conscientes sobre seus direitos & deveres e que saibam que o nosso proximo são todos aqueles que não somos nós, mas que são também pais e filhos são filhos e que deve haver respeito mútuo entre todos. **Francisco Pereira Neto, Caldas Novas, GO***

mais importante. Nessa tentativa, pensou-se em pedir às pessoas que escolhessem até três coisas e listassem em ordem de importância. Essa forma de perguntar foi posteriormente testada em Belém.



Resultados Qualitativos

Os temas que mais apareceram durante o debate nessa audiência foram desigualdade de acesso e de oportunidades, violência e falta de convivência entre as pessoas e a necessidade de uma educação cívica. Em outras palavras, apareceu uma reclamação consistente à falta de uma educação voltada ao ensino de valores éticos, solidariedade, cidadania, convivência etc. sugerindo aí a causa de termos no Brasil tanta violência, desigualdade, corrupção, incompreensão social etc. Para resolver esse problema, as pessoas apontaram para a necessidade de políticas públicas voltadas a essas áreas. No entanto, a solução apontada não pareceu estar endereçada ao problema identificado pelo grupo: falência dos valores da sociedade e a busca pelo que cada cidadão pode fazer pelo outro.

3| Belém

Para a audiência de Belém, já estavam claros todos os desafios técnicos surgidos na realização de uma consulta aberta no formato proposto pela Campanha Brasil Ponto a Ponto. Os principais desafios foram: i) inferir das respostas dos participantes o que era mais importante para eles; ii) lidar com diferentes quantidades de temas apresentados em cada resposta; iii) fazer com que as pessoas se engajassem à questão a partir de suas experiências de vida, visões de mundo etc.; iv) entender as razões para as escolhas dos participantes e; v) buscar a transversalidade dos temas (isto é, o que eles tinham em comum).

Para tentar descobrir o que era mais importante para os participantes da audiência pública de Belém, pediu-se que os 25 participantes desse encontro (representantes do governo local, Academia e sociedade civil) hierarquizassem suas escolhas, apontando três problemas, em ordem de importância e explicando o porquê de suas opções. Esta experiência gerou resultados positivos. No entanto, outras dificuldades surgiram posteriormente, na tabulação e interpretação das respostas, principalmente em relação à pon-



Precisa aumentar o respeito pelo próximo, acabar com a impunidade e fazer valer as leis que tanto são divulgadas, porém são descaradamente burladas. É preciso acabar com esse jeitinho brasileiro de resolver as coisas, pois esse jeitinho é que abre precedentes para o crescimento da impunidade e a desigualdade social. Além disso, as pessoas têm que acreditar e buscar mais a Deus! Pois só ele pode nos salvar!
Edna Maria de Oliveira, GO

deração dessas escolhas hierarquizadas, razão pela qual essa metodologia foi abandonada (pelo menos dentro desse estudo, mas poderia ser melhor explorada em estudos futuros da mesma natureza).

Testou-se também a aplicação de duas perguntas diferentes: uma sugerindo uma análise individual e outra uma análise coletiva. Entretanto, em geral, as pessoas tenderam a elaborar análises mais coletivas, colocando-se no lugar das pessoas mais necessitadas, não diferenciando o critério proposto.

Resultados Qualitativos

Os principais resultados dos debates durante a audiência pública de Belém foram:

a) Segurança pública: A questão da violência foi bastante destacada. A insegurança, que afeta o direito de ir e vir dos cidadãos, amedrontados com a possibilidade de sofrerem agressões em seus momentos de lazer, apareceu em diversos discursos;

b) Educação cívica: O entendimento de que a educação deve ser pensada de forma mais ampla, incluindo a importância do aprendizado de valores éticos, de respeito ao outro e de uma verdadeira humanização dos processos de aprendizado despontou como um tema transversal em várias audiências. Belém não foi exceção: essa questão apareceu em várias falas, sendo inclusive apontada como solução para diversas mazelas vividas hoje em nosso país, como violência e corrupção;

c) Meio ambiente e saneamento básico: Em Belém, a sujeira das ruas, a poluição e a preocupação com o saneamento básico, tanto em zonas urbanas quanto rurais, foi um tema recorrente.

4 | Brasília

A audiência pública de Brasília seguiu o mesmo formato da audiência de São Paulo, pois como foi realizada apenas um dia após a de Belém, ainda não tinha sido possível comparar os diferentes modelos testados. Nesse encontro, ficou consolidada a noção de que a pergunta



Brasília

Os três temas mais citados nos formulários respondidos durante a audiência pública foram:

1º	Políticas públicas	32%
2º	Educação	24%
3º	Emprego	12%

que vinha sendo feita, separada em duas partes (diferença entre “uma melhorada” e “melhorar de verdade”), não estava rendendo os melhores resultados. Do mesmo modo, a solução alternativa tentada em Belém, de pedir para que as pessoas hierarquiassem suas respostas, trouxe problemas de ponderação de difícil solução. Por esses motivos, optou-se por manter uma pergunta única e pedir aos trinta representantes que compareceram (secretários de governo local e representantes de entidades civis) a esse encontro que fizessem um esforço de apontar um único tema, de modo a criar nelas um estímulo à reflexão sobre qual é o principal problema nas suas vidas. Desta forma, optou-se por uma mudança de estratégia e, nas três cidades que se seguiram, usou-se a mesma pergunta, buscando-se também o estabelecimento de um denominador comum.

Resultados Qualitativos

Em termos qualitativos, em Brasília, o tema trabalho recebeu maior destaque durante o debate do que nas outras cidades. Além disso, muitas pessoas falaram em educação, educação cívica e segurança. Quanto ao tema do trabalho, a temática do desemprego e da falta de qualificação profissional esteve bastante presente nos discursos dos participantes. A provisão de serviços públicos foi vista como uma fonte importante de geração de emprego e renda à população.

O que tem que mudar são as ações sociais do governo, que são muito fracas. Investe-se muito pouco em saúde, educação e infraestrutura. Somos um país de opostos, vivemos ao mesmo tempo na riqueza e na pobreza. Sérgio Arno, São Paulo, SP

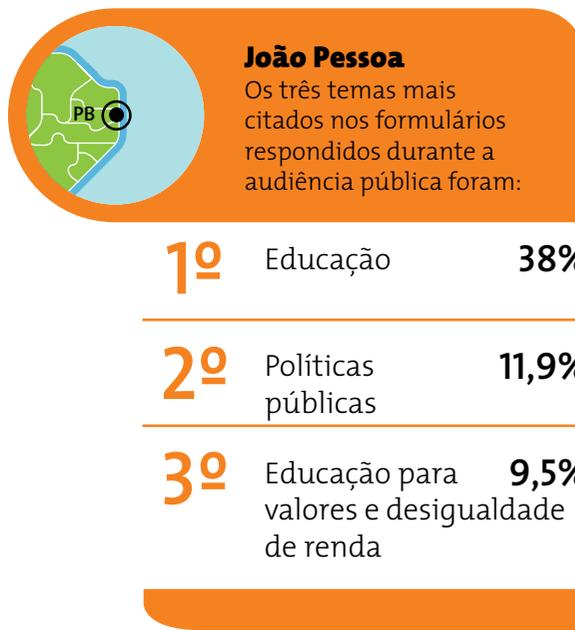
Outra questão que cumpre destacar em Brasília foi o aparecimento da ideia de impunidade como algo que fomenta a corrupção e a violência. Segundo alguns participantes dessa audiência, o sentimento de impunidade, em larga medida, faz com que as pessoas não respeitem as leis do país, aumentando, assim, o sentimento de insegurança da população com um todo. A educação apareceu como uma possível solução para esse problema, posto que geraria políticas mais eficazes de fiscalização e controle.

5| João Pessoa

Em João Pessoa, como nas demais audiências, tivemos uma discussão com novos elementos qualitativos que apareceram por ocasião da fala das 40 pessoas (representantes do governo local e da sociedade civil) que participaram do encontro. Em particular, percebeu-se uma maior interação entre os participantes em suas falas. Inclusive, pôde-se perceber que essa interação entre os participantes gerou até uma reavaliação completa das respostas de algumas pessoas, que afirmaram não terem percebido antes a importância relativa de alguns temas até que eles fossem levantados por outras pessoas.

Resultados Qualitativos

O debate versou principalmente sobre temas como educação, cidadania e violência. O interessante é que a falta de acesso à educação e à cidadania, apontados como principais fatores de desigualdade, apareceram associados, na mesma fala, na maioria das vezes. Cabe notar que o público dessa audiência cobrou uma maior participação da população nos debates políticos. Para eles, é preciso maior autonomia e compreensão social para se atingir uma gestão pública ética com igualdade social. Por fim, cabe destacar que a violência e o desrespeito aos direitos humanos apareceram em várias falas. Isso é interessante porque João Pessoa é uma cidade pequena, onde os índices de violência são baixos em comparação a outras cidades do país.



6| Porto Alegre

Em Porto Alegre, a audiência aconteceu no escopo do Seminário de Desenvolvimento Humano de Porto Alegre, promovido pela Prefeitura da Cidade. A mídia, através do sistema RBS de rádio, TV e jornais, teve um importante papel mobilizador, ao fazer ampla cobertura do evento nos dias anteriores, o que trouxe mais de 250 pessoas ao evento, entre políticos, secretários do governo local, acadêmicos e representantes de organizações civis. Um parceiro importante foi a Agenda 2020, que conseguiu mobilizar para o evento representantes de outras cidades do estado. Por todas essas razões, o público que atendeu à audiência na cidade foi bastante diverso e representativo, contribuindo, assim, para a qualidade das discussões ali levantadas.

Resultados Qualitativos

A educação e o meio ambiente apareceram como os principais problemas que afetam a vida das pessoas. A educação foi citada em vários sentidos, sendo apontada tanto como solução quanto como causa para esses problemas. A falta de educação seria um fator chave para o aumento das desigualdades e, conseqüentemente, de violência, na visão das pessoas. Por outro lado, a melhoria da qualidade da educação foi vista como

A consciência de coletividade dos brasileiros. Parar de esperar que sempre o "outro" faça algo pelo país, tanto na política quanto na economia (distribuição de renda). E principalmente respeitar as regras e leis. Se o Brasil melhorar como um todo, com certeza a minha vida melhora.
Joyce Oliveira,
Timon, MA

o principal instrumento para o desenvolvimento da cidadania, posto que, como afirmado por um participante, “não adianta discutir política se a pessoa não tem condições de entender o que esta sendo discutido. Só com pessoas educadas pode-se almejar uma melhoria na gestão do país.” Aliás, esse entendimento de que a educação pode ajudar os cidadãos a se tornarem pessoas mais conscientes de seu papel político e social é um tema que se destacou nesta primeira fase do processo de consulta. Em Porto Alegre, especificamente, surgiu um novo termo para o que se decidiu chamar de compreensão social – urbanidade: “o ser humano precisa ter mais respeito a si próprio e ao próximo. A vida em sociedade exige relação e precisa de amor para se equilibrar”, nas palavras de um participante.



Porto Alegre

Os três temas mais citados nos formulários respondidos durante a audiência pública foram:

- 1º Educação 25,8%
- 2º Políticas públicas 12,9%
- 3º Desigualdade 8,6%

O tema da **violência** aparece em quarto lugar, com 7,4%; e o tema dos **valores** aparece com 5,5%.

7 | Rio de Janeiro

A última audiência desta etapa da consulta foi realizada no Rio de Janeiro, onde compareceram trinta pessoas. A discussão consolidou algumas percepções que surgiram nas primeiras audiências sobre a importância de tópicos como valores, educação e cidadania. O surpreendente

talvez foi o fato de a violência não ter aparecido como principal questão no Rio de Janeiro, lugar onde se noticia muitos crimes, roubos etc. Lá, como na maioria das outras audiências, os temas que mais apareceram nos discursos dos participantes foram: educação de valores, desigualdade e, somente então, segurança pública. Para muitos dos participantes, a desigualdade (de ética, cultural etc.) tem profundos impactos nos valores sociais.



Rio de Janeiro

Os três temas mais citados nos formulários respondidos durante a audiência pública foram:

- 1º Educação 23,1%
- 2º Corrupção 15,4%
- 3º Políticas públicas, gestão ética, distribuição de renda e desigualdade (empatados) 7,7%

Resultados Qualitativos

Uma grande ênfase foi dada nessa audiência à educação voltada para valores como ética, solidariedade e compreensão social (com relação ao meio e aos outros), que seriam a base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que a corrupção (pessoal e institucional) seria controlada. Aliás, essa visão de que a sociedade brasileira é corrupta, inclusive no plano pessoal, foi outra questão interessante que surgiu em várias das audiências. As dificuldades da burocracia foram apontadas por alguns como as causas de uma postura que defende o uso do “jeitinho brasileiro” para a resolução dos conflitos interpessoais e com o governo.

ANÁLISE DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DAS AUDIÊNCIAS



Cidade	Tema 1	Tema 2	Tema 3
Belo Horizonte	Educação	Qualidade da educação	Valores
São Paulo	Desigualdade	Violência	Educação cívica
Belém	Violência	Educação cívica	Meio ambiente e saneamento
Brasília	Trabalho	Educação e Educação cívica	Violência
João Pessoa	Educação	Cidadania	Violência
Porto Alegre	Educação	Meio ambiente	Educação cívica
Rio de Janeiro	Educação cívica	Desigualdade	Violência

A educação foi o tema setorial mais mencionado nos formulários respondidos pelos participantes das audiências. A liberdade de ir e vir, bastante relacionada à questão da violência e insegurança, juntamente com as políticas públicas e a desigualdade, também apareceram em destaque.

A tabela a resume os temas mais citados durante os debates nas audiências públicas

Ao compararmos os resultados quantitativos e qualitativos das audiências, observou-se uma coincidência no tema educação, que é mencionado majoritariamente tanto nos formulários como nos debates. No entanto, não há coincidência absoluta quanto aos outros temas mais mencionados. A questão da violência, por exemplo, não aparece de forma tão destacada nos formulários respondidos. Esta, no entanto, está fortemente presente durante os debates. É possível perceber também um destaque para o tema da educação de valores, que aponta para um sentido especial dado pelos participantes ao tema: a educação é percebida como um instrumento de promoção de convivência e respeito ao espaço público e ao próximo.

Assim, o que se observou de comum nas audiências públicas é que as pessoas apontaram para a necessidade de uma educação mais voltada para a noção de valores a fim de se diminuir os principais problemas (violência, desigualdade, corrupção etc.), destacando ainda que uma educação nesse sentido seria derivada de políticas públicas mais eficazes e de uma gestão pública mais ética. Outro ponto interessante diz respeito ao aparecimento do tema da violência também em cidades menores, onde os índices oficiais de violência são baixos (como Belém e João Pessoa), o que destaca a ênfase dada ao tema da insegurança e da violência proveniente de pequenos conflitos interpessoais cotidianos.

Deste modo, o contraste entre os resultados quantitativos e qualitativos das audiências públicas aponta alguns caminhos interessantes para a escolha do tema do relatório: mais do que uma lista de assuntos mais mencionados pelos participantes, a análise do debate realizado permite a percepção do sentido atribuído pelas pessoas a alguns temas e seus elos. Ou seja, a análise qualitativa das audiências foi importante para um entendimento mais amplo das ligações que as pessoas fazem entre problemas e soluções.

Acho que o Brasil precisa educar melhor as crianças para que elas cresçam respeitando outras pessoas pois é muito triste ver que mesmo com toda a globalização as pessoas ainda discriminam seu semelhante. **Luma Saraiva, Belo Horizonte, MG**

• • **Consulta a gestores governamentais**

Como parte do processo de consulta, foi realizada reunião com representantes das diversas pastas ministeriais do Governo Federal. Foram enviados convites a todos os Ministérios e Secretarias Especiais e, destes, 17 estiveram representados na reunião. Durante o encontro, foram propostas duas questões para debate:

- 1) Quais são os principais problemas do país?
- 2) Quais são os melhores temas para o próximo RDH?

Os temas mais citados durante a reunião foram direitos e deveres (mencionado por 5 participantes), desigualdade (mencionado por 4 participantes), políticas públicas, com ênfase em intersetorialidade e articulação de políticas públicas (mencionado por 3 participantes), educação (mencionado por 2 participantes).

É interessante observar a grande sobreposição existente entre as discussões tidas durante as audiências públicas e as principais análises feitas durante essa reunião. O único elemento diferenciador deu-se mais no nível de um tema transversal (a questão dos direitos e deveres) do que em um dos temas substantivos. Deve-se notar também o reconhecimento de que muitos problemas têm caráter intersetorial e, como tal não, podem ser resolvidos com políticas isoladas.

• • • **Consulta Acadêmica**

A academia também foi convidada a participar do processo, indicando um tema para o relatório e justificando o porquê da importância desse tema. Para essa etapa, foram enviados *e-mails* aos 4009 cursos de pós-graduação registrados no *site* da CAPES. A ideia era saber dos pesquisadores o que vem sendo produzido no Brasil e o que deveria ser olhado com maior atenção, quando da formulação de políticas públicas, estabelecendo um diálogo com pessoas que vêm pensando nos temas de um ponto de vista científico e estratégico para o país.

Entretanto, o número de respostas não foi

muito grande (apenas 182), em relação a todo universo possível, ainda que o prazo para envio tenha sido prorrogado em um mês além do previsto. A tendência geral foi a de que os professores falassem de suas pesquisas, sem relacioná-las com os grandes problemas do país. Apesar disso, muitas sugestões interessantes apareceram.

Quanto aos resultados, em termos qualitativos, os temas que mais apareceram na consulta acadêmica foram: meio ambiente (10,9%), educação (9,3%), políticas públicas (6,6%), trabalho (5,5%) e qualidade de vida (5,5%).

• • • **Internet**

A primeira fase da consulta pública contou ainda com uma enquete no *site* do PNUD (www.pnud.org.br). A enquete foi respondida por cerca de 700 pessoas, que apontaram como principais temas a educação (15,4%), a desigualdade (10,7%), o meio ambiente (8,8%) e a violência (5%).

• • • **Visitas aos municípios de IDH mais baixo do país**

A pergunta chave da consulta foi abordada de diferentes ângulos durante a visita aos 10 municípios de pior IDH do país. Sempre que possível, buscou-se dos entrevistados uma análise mais profunda, priorizando e elaborando os temas que seriam, na opinião deles, mais importantes. Além das perguntas, foi pedido também aos entrevistados que identificassem três locais críticos e três locais de orgulho na sua cidade. Essas questões procuraram avaliar de uma maneira mais direta o meio em que os entrevistados viviam e as características de seus povoados. Foram feitas dez entrevistas por município, chegando-se ao total de 100 entrevistas. Além dessas entrevistas, foram feitos grupos focais em que os participantes identificaram e priorizaram problemas e soluções. Foram feitos dois grupos focais de discussão por município. A quantidade de participantes nos grupos variou de 6 a 34, com o total de participantes nos vinte grupos, chegando a 230 pessoas. Contando com as entre-

Considero que a minha vida poderia melhorar se no Brasil existisse menos desigualdade social, se as pessoas que gostam de trabalhar conseguissem oportunidades para poderem mostrar seu potencial. De outra forma o país poderia também possibilitar mais segurança às pessoas que são honestas, descendentes e trabalhadoras porque sabemos que a violência está invadindo nossos lares e viver com medo é realmente horrível para qualquer ser humano. Marina Alessandra de Oliveira, Nova Andradina, MS

vistas, tivemos uma consulta que envolveu 320 moradores dos 10 municípios com o menor IDH do Brasil.

Através de uma análise dos dados levantados foi possível agrupá-los em temas, identificando os mais abordados pelas entrevistas e grupos de discussão. Nas entrevistas individuais, o tema mais citado foi a geração de renda. Nos grupos de discussão, os temas identificados com maior frequência foram saúde, educação e infraestrutura. Os temas relacionados à saúde e educação trataram prioritariamente da falta de acesso a serviços oferecidos por postos de saúde e escolas. Sobre a falta de infraestrutura, ênfase especial foi dada às deficiências em termos de malha rodoviária e acesso à eletricidade e água, tanto para consumo doméstico como para irrigação e criação de animais.

Quando se tratou dos obstáculos para a implementação das soluções, o maior desses foi a governança. Em particular, os participantes do grupo mencionaram tanto a falta de interesse e competência do poder público como a limitada capacidade de mobilização das comunidades onde eles vivem, como barreiras para a implementação das soluções propostas.

Obstáculos	Frequência
Governo não se interessa nem investe	10%
Prefeito/administração	8%
Falta de união	8%
Passividade do povo	7%
Pouca renda	4%
Falta emprego	4%

O relatório preparado pelos consultores do PNUD que visitaram esses municípios detalha por localidade a ampla gama de problemas vividos por essas populações. Por exemplo, mostra

como nos povoados de Pé da Serra e Sítios Baixa (em Manari/PE, com um IDH de 0.467) o acesso à água foi a prioridade identificada pelos seus moradores. A falta de água, em uma região que carece de infraestrutura, dificulta o cultivo agrícola e torna o dia a dia massacrante para as pessoas, devido à necessidade de terem de ir diariamente coletar água no poço mais próximo. As ruas de acesso são de areia e esburacadas, impedindo a chegada de carros pequenos. Por outro lado, no Bairro Sueiro Sales (em Jordão/AC, com um IDH de 0.475), que recebeu imigrantes depois da quebra dos seringais de 1993, quando a borracha local já não conseguiu competir internacionalmente, encontramos uma grande demanda por moradia e alternativas de geração de renda.

Na Aldeia Aconã (em Traipu/AL, com um IDH de 0.479), onde a população é de origem indígena, apareceu nas entrevistas um forte sentimento de opressão das mulheres, mostrando que os problemas afetados pelas populações que vivem em lugares de desenvolvimento humano mais baixo não se restringem a problemas de falta de recursos (água, energia, comida etc.), mas também de relações humanas. No povoado de Brejão (em Guaribas/PI, com um IDH de 0.479), os entrevistados relataram problemas tanto de falta de água como de violência doméstica e alcoolismo. A combinação de múltiplas privações como característica dos níveis mais baixos de desenvolvimento humano foi também encontrada no Bairro do Jacaré (em Centro do Guilherme/MA, com um IDH de 0.484), que é uma invasão de moradores que viviam na área rural e foram buscar emprego no centro urbano. As pessoas vivendo lá coexistem com o estigma de moradores de um bairro de marginais, onde a prostituição e a violência entre as pessoas imperam. Simultaneamente, os moradores que vivem lá falaram sobre o medo de serem expulsos do bairro.

Em muitas dessas localidades, como na Ilha das Canárias (em Araisios/MA, com um IDH de 0.486), a característica principal das privações



das pessoas é marcada pelo seu sentimento de isolamento, que é político, social e econômico. O acesso a ilha só se faz através de barco, e as dificuldades para se chegar ao hospital mais próximo (em Parnaíba/PI) são significativas. O baixo desenvolvimento humano é marcado pela multiplicidade de privações e pelo isolamento espacial das pessoas. A mesma história aparece no Bairro Turrufão (em Ipixuna/AM, com um IDH de 0.487), no qual a moradora Antonia Beatriz chegou a afirmar que “aqui é um lugar esquecido”. É interessante observar que esse isolamento dá a muitas comunidades o sentimento de impunidade perante a vários tipos de violência, como no caso das áreas de Trapiá do Rosário, Chapada e Vermelho (em Caraúbas do Piauí/PI, com um IDH de 0.487). Esses povoados ficam distantes do centro urbano e dependem exclusivamente da agricultura para a subsistência.

Em um ambiente com pouca oportunidade de emprego e alta dependência do uso de bebidas alcoólicas, encontramos Erneulina dos Santos, de 15 anos, respondendo que “o que tinha que mudar no Brasil para a sua vida melhorar” era “sua família”. Essa caracterização encontrada nessas entrevistas marca a interseção entre problemas de recursos e problemas de convivência encontrada nessas localidades.

Por fim, é interessante notar que, à medida que se passou para os municípios de maior IDH relativo, começaram a aparecer questões sobre a governança local. No Bairro de Itaipé (em Santana do Maranhão/MA, com um IDH de 0.488), o grupo entrevistado argumentou que o que precisa mudar no município é uma maior participação da população no processo de elaboração e implementação das políticas públicas, para combater a corrupção e, com isso, melhorar

os serviços para os mais necessitados. Essas localidades ficam à mercê de desastres naturais, como é o caso do Centro de João Banda (em Lagoa Grande do Maranhão/MA, com um IDH de 0.492), atingido por um deslizamento de terra que deixou muitas pessoas sem ter onde morar, mas permanecendo no local, com medo de novos deslizamentos.

Por essas razões apontadas, fica claro que é impossível ter um julgamento único sobre a realidade diversa desses municípios. Resultados, como os apresentados na tabela abaixo, devem ser vistos com cautela pelas suas limitações. Por outro lado, eles nos trazem uma possibilidade de uma comparabilidade aproximada entre diferentes realidades.

Na tabela abaixo deve ficar claro que a necessidade por renda e provisão de bens públicos é apenas parte dos relatos. Na análise qualitativa das falas dos moradores dos municípios, são destacados outros problemas além dos presentes no quadro acima, tais como violência, apatia social e fraca governança.

Temas mais mencionados	Para “dar uma melhorada”		Para melhorar de verdade		Total	
	N.	%	N.	%	N.	%
Renda	38	21	44	35	82	27
Governo	23	13	14	11	37	12
Saúde	21	12	12	10	33	11
Água	18	10	10	8	28	9
Educação	13	7	14	11	27	9
Moradia	13	7	9	7	22	7
Energia	14	8	4	3	18	6
Transporte	11	6	7	6	18	6
Total	177	100	125	100	302	100



3

Resultados da segunda fase da consulta



Os resultados da segunda fase da consulta foram caracterizados por um grande volume de respostas. Os principais instrumentos de coleta de informações foram o site Brasil Ponto a Ponto, o SMS TIM e formulários de papel coletados pela rede das vinte secretarias de educação participantes e das consultoras da Natura. A campanha foi amplamente divulgada em jornais, revistas, televisão para incentivar a participação de todas as pessoas interessadas. Aqui são apresentados os resultados da segunda fase da consulta, de acordo com os diferentes instrumentos utilizados. Os dados foram tratados com base no registro de apenas um voto por pessoa, ou seja, mesmo que um participante tenha enviado mais de uma contribuição, sua opinião foi registrada apenas uma única vez.

RESULTADOS DAS GRANDES PARCERIAS

Estritamente falando, é difícil isolar as contribuições das diferentes parcerias, uma vez que todas contribuíram para o esforço de motivação das pessoas a participarem e também porque ficou a cargo destas a escolha do instrumento de participação. No entanto, é possível apresentar os principais resultados de acordo com o trabalho de alguns parceiros.

• • • Rede Globo

Os efeitos comunicacionais da Rede Globo de Televisão se fizeram sentir principalmente no público atingido pela campanha. O PNUD estima, com base em dados fornecidos pela Rede Globo, que um número superior a 90 milhões de pessoas deve ter escutado pelo menos uma vez a pergunta chave da Campanha Brasil Ponto a Ponto em um dos vários programas da emissora. A Rede Globo coletou entrevistas e depoimentos em seus vários programas e *sites*, mas sua grande influência foi sentida nos apoios que deu, como por exemplo, à semana da Campanha Brasil Ponto a Ponto nas escolas, ajudando a mobilização de professores e alunos, que foi registrada nas mais de 200 mil mensagens recebidas, cadastradas na sequência sob a parceria com o CONSED.

• • • TIM

Dos 12 milhões de mensagens enviadas pela TIM, 6 milhões pediram às pessoas que enviassem suas mensagens via SMS. O retorno delas

gerou uma amostra de 10 mil respostas vindas de todas as partes do país.

Os resultados foram separados em dois grupos. No primeiro grupo, mostram-se os principais temas substantivos escolhidos. A maior preocu-



Em relação aos temas chamados **transversais**, nota-se a predominância dos temas valores e corrupção em um patamar diferenciado dos demais, como ilustrado pela figura abaixo:

pação expressa é acerca da insuficiente provisão de bens públicos. Vale lembrar que essa categoria surgiu da presença exclusiva de vários serviços e bens públicos nas respostas das pessoas. Dentro dessa amostra, aparece uma preocupação maior com o emprego do que nos resultados gerais.

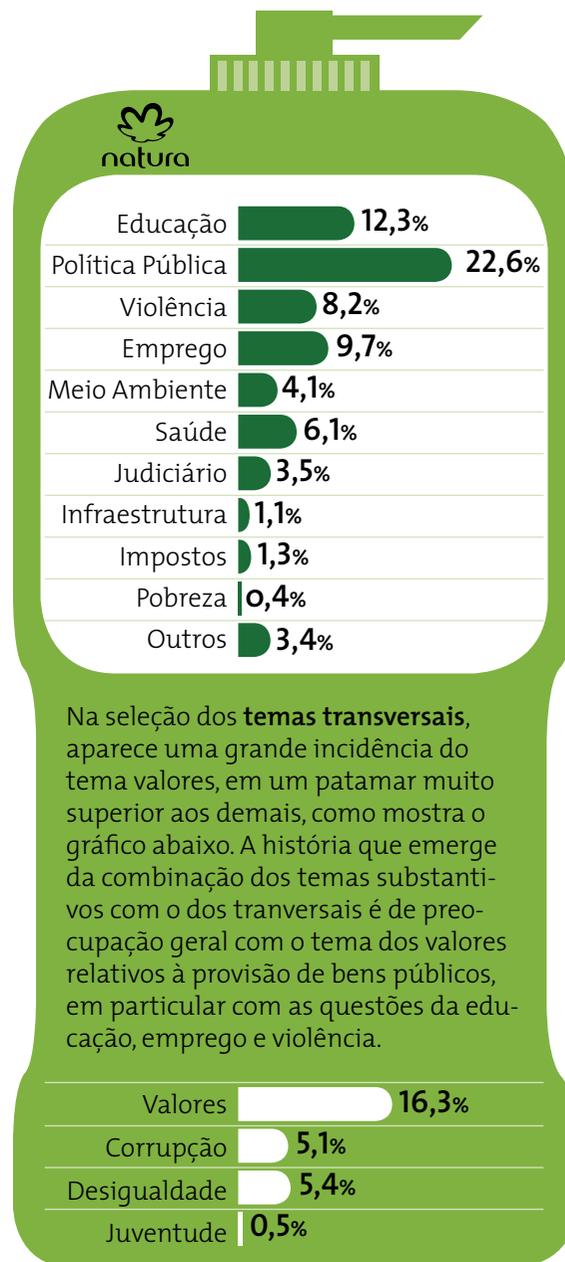
É interessante indagar por que os temas acima foram classificados como *transversais*, enquanto os outros, do gráfico anterior, não o foram. De acordo com a noção de transversalidade, um tema, por exemplo, como *valores*, faz mais sentido quando é estudado não nele mesmo, mas como parte de outros temas substantivos, como educação, saúde, violência, meio ambiente etc. O mesmo vale para o tema *corrupção*: pode-se falar da corrupção na educação, na corrupção e violência, na corrupção e política, na corrupção e impostos, entre os outros. No gráfico ao lado, o que vemos é que o tema *valores* foi o mais citado, por pequena margem, como um tema transversal.

• • • **Natura**

Os resultados da Natura foram obtidos de uma amostra de mais de 60 mil respostas em todo o Brasil constituída, predominantemente, de mulheres (além disso, outras 10 mil respostas via *site* Natura entraram no *site* Brasil Ponto a Ponto, mas não foram computadas nos resultados da Natura pela impossibilidade de isolá-las). O padrão dos resultados é muito semelhante ao obtido pela amostra da TIM. Existe uma maior ênfase na questão da política pública, a qual, na classificação utilizada, reflete a baixa qualidade ou provisão insuficiente de mais de um bem público (por exemplo, saúde, educação, saneamento etc.) colocados de maneira simultânea. De forma similar, os principais temas são praticamente os mesmos nas amostras de TIM e Natura, com exceção do tema saúde, que aparece mais na seleção desta amostra.

• • • **CONSED**

A grande maioria das contribuições originais através da parceria com o CONSED entrou via



A violência! Porque há violência em todas as partes. Em casa pais e filhos brigam, esposas apanham dos maridos etc... Nas escolas também há violência! De briga com professores e alunos. Mas não é só em casa e na escola que há violência, a violência esta em todas as partes nas ruas. mas eu acho que pra mudar isso primeiro tem que ter educação e respeito. Por que se existisse educação e respeito haveria menos violência, e as pessoas viveriam num mundo melhor. E a convivência entre as pessoas mudaria bastante...

Maiara Bernardi dos Santos,
Dourados, MS

site Brasil Ponto a Ponto. No entanto, para aquelas escolas que não dispunham da possibilidade de retorno de suas respostas via *site*, organizou-se, em parceria com o CONSED e as Secretarias Estaduais de Educação, um esquema de envio e retorno das respostas em papel. Pode-se dizer com segurança que essas respostas refletem as opiniões daquelas pessoas que frequentam as escolas mais pobres da amostra.

Os resultados mostram uma grande preocupação com temas que já apareceram nas outras amostras, com a diferença em uma maior ênfase nas questões da educação e violência. Isso significa que a percepção dos estudantes é mais fo-

As pessoas precisam ser mais valorizadas. As empresas precisam valorizar seus funcionários, não só através da parte financeira, mas também moralmente. Pessoas que se sentem valorizadas têm auto-estima alta e produzem mais, consequentemente ajudam a empresa a se desenvolver, e o país a crescer.
Michelly da Silva Moraes, Sidrolândia, MS

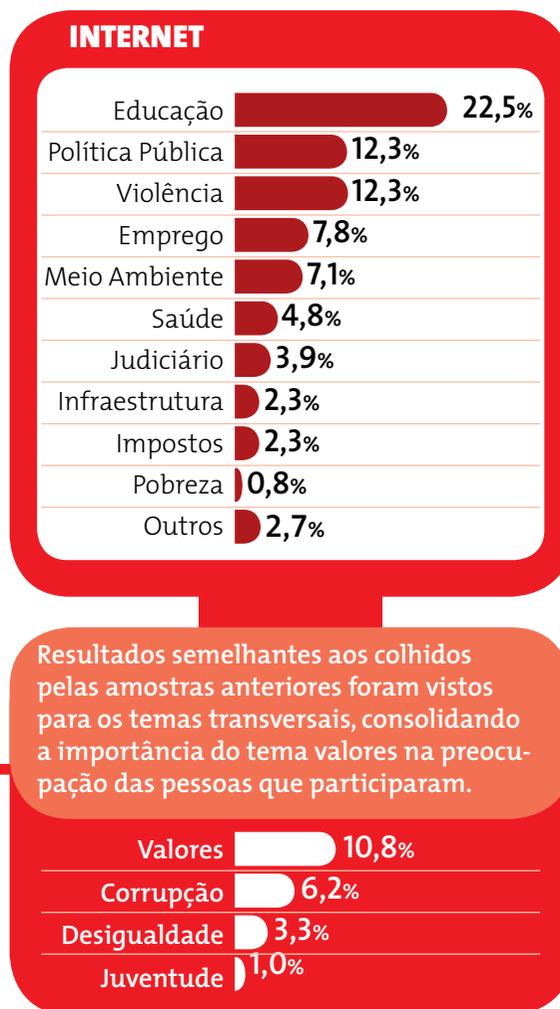
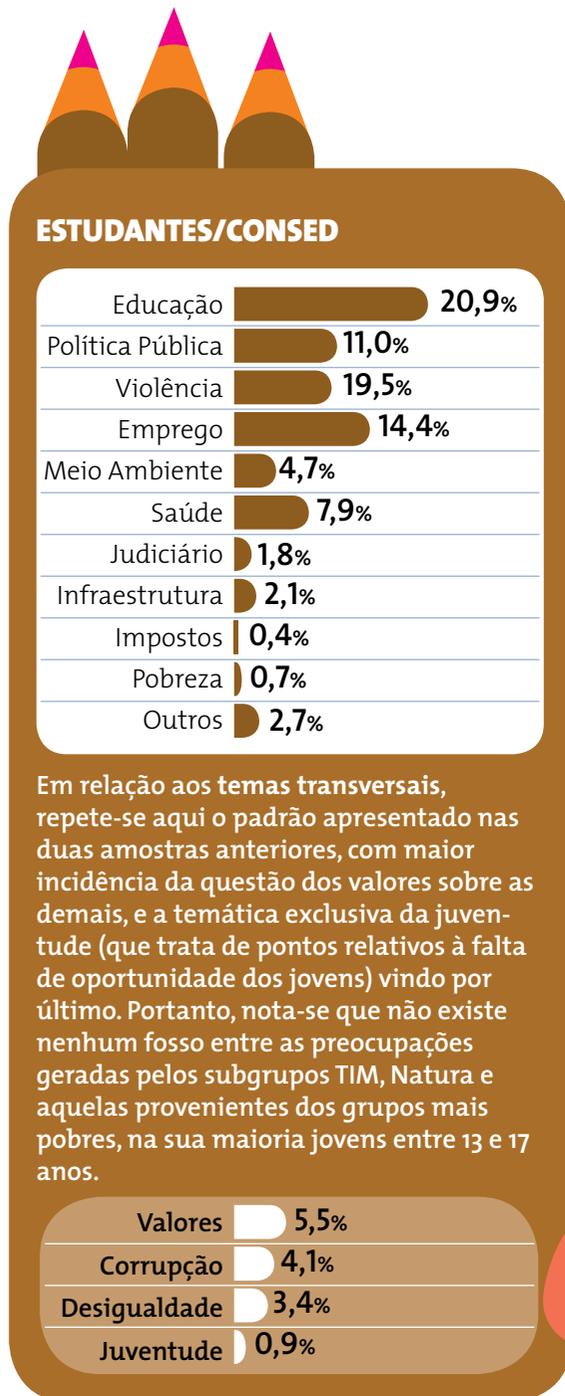
cada nessas questões e menos influenciada por uma ideia geral de uma cesta de bens públicos.

• • • • Internet

Os resultados coletados pela Internet foram superiores a 400 mil participações e, sem dúvida, marcaram, em termos quantitativos, a compilação feita neste relatório. Perdeu-se uma grande

quantidade de respostas devido a duplicações (entradas repetidas várias vezes) e a palavras usados nas respostas (estas não foram aceitas). No final, trabalhou-se com uma amostra inferior a 300 mil respostas. Cabe notar que todos os estados brasileiros foram representados com pessoas de mais de 264 cidades participando dessa amostra.

Os resultados mostram uma preocupação predominante com o problema da educação no país, seguidos dos mesmos problemas levantados pelas outras amostras. No entanto, o grande diferencial dessa compilação é a certeza de contar com grande quantidade de respostas, muitas dessas deixadas em vídeo no site www.brasilpontoaponto.org.br. As contribuições foram diversas e os resultados abaixo mostram apenas as categorias mais frequentes.



A preocupação com os valores

Há vários anos vivemos mudanças importantes nas relações humanas que afetam não somente os países mas as empresas, senão à maneira de viver das pessoas dentro das famílias, nos lugares de trabalho e nas suas vizinhanças. A pressão é forte, existe uma maior insegurança e violência, e nos países com níveis tão altos de desigualdade, que se mantêm apesar do crescimento e do progresso, se propaga um sentimento de desigualdade e injustiça. Se o crescimento não melhora a vida das pessoas pobres, o que acontecerá com a crise?

Perguntar sobre os valores pode ser uma mostra de interesse pelas pessoas, pelo que elas dão valor e têm razões para dar valor e, portanto, por aquilo que elas tanto buscam em suas vidas e as motiva em suas lutas cotidianas para serem melhores pessoas, famílias, vizinhos e cidadãos.

Fundamentalmente, a aspiração ao respeito, à justiça e à paz se refere ao reconhecimento da dignidade humana e ao bom trato às pessoas. A justiça se refere à grande desigualdade, existente em nossos países, que atravessa toda a sociedade, e a paz, às condições de insegurança que se vive.

Os valores se formam constantemente, entram pelos olhos e pelos ouvidos, desde a família, as escolas, os meios de comunicação, a política e a propaganda. As práticas sociais são valorizadas e as mesmas pessoas terminam sendo valorizadas ou não. Assim, esse tema é muito central ao enfoque do desenvolvimento humano entendido como ampliação de capacitações, que coloca as pessoas no centro de sua preocupação e, como tal, o que elas valorizam, o que orienta sua maneira de viver nesta época de grandes preocupações.

O QUANTO PODEMOS CONFIAR NESSES RESULTADOS?

Uma questão que pode preocupar os leitores com uma formação mais estatística diz respeito ao caráter voluntário das amostras coletadas. Afinal, promoveu-se uma discussão nacional incentivando a participação das pessoas sem forçá-las a nenhum tipo de registro cadastral. Pelo contrário, permitiu-se até mesmo a participação anônima das pessoas, com o intuito de encorajar visões sinceras sobre o que elas pensam. Como saber então se o registro que temos não trata apenas de preocupações isoladas de uma parcela da população brasileira que, com isso, traria um viés aos resultados apresentados? Como podemos ter segurança que essas preocupações são legítimas?

Cabe ressaltar, em primeiro lugar, que a escolha do tema não foi o único objetivo da consulta. Mesmo que ela não ajudasse no tema, ela seria válida como um instrumento de promoção de discussão pública sobre os problemas vividos pelas pessoas no Brasil. Nesse sentido, podemos dizer que a consulta tinha uma finalidade não

apenas instrumental (a escolha do tema do RDH), mas também constitutiva (a promoção da razão pública). Por esse motivo é que a consulta teve esse formato aberto, deliberativo, que incentivasse a participação do maior número de pessoas. Se tivéssemos estratificado a amostra, teríamos um processo diferente, que não cumpriria o objetivo constitutivo da consulta.

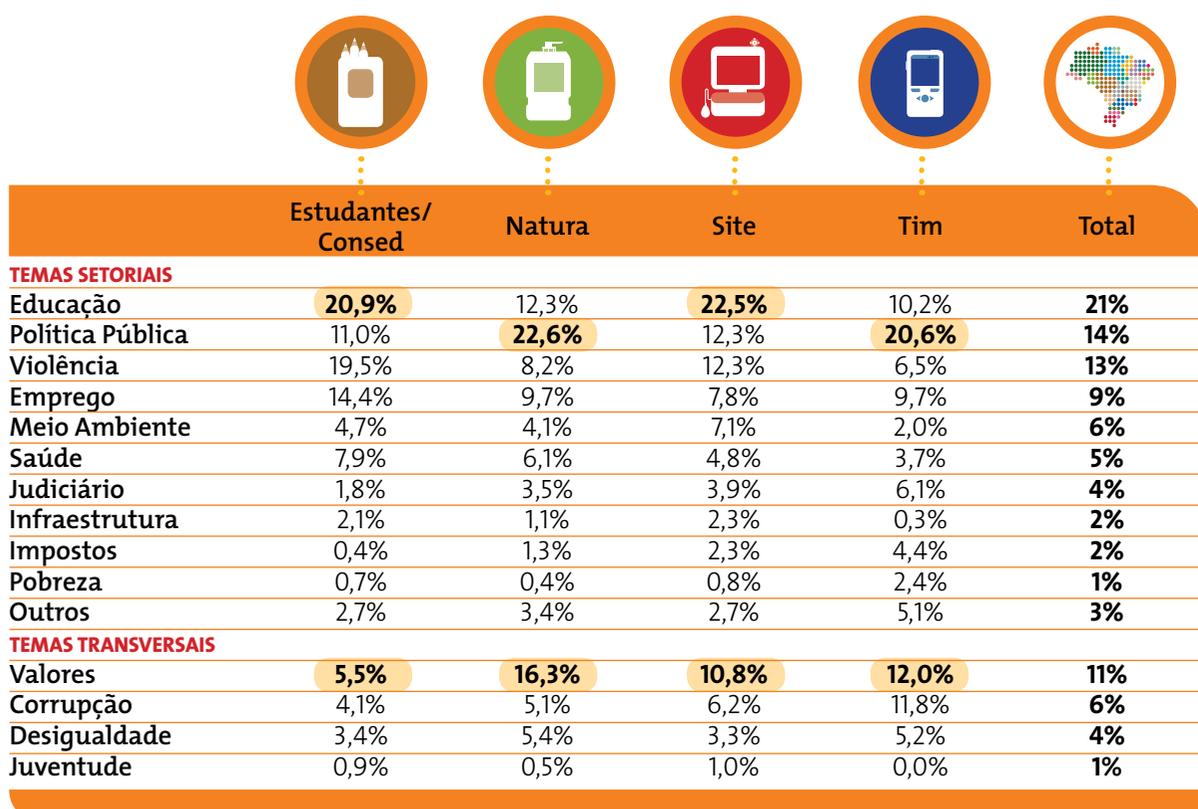
Tendo dito isso, o portfólio de amostras foi pensado levando em consideração várias preocupações com grupos vulneráveis da sociedade. A visita aos municípios de menor IDH refletiu nossa preocupação com os mais pobres e que dificilmente são ouvidos em pesquisas nacionais consideradas representativas, devido ao seu isolamento geográfico e ao alto custo de chegar até eles. Do mesmo modo, a preocupação com as mulheres, que muitas vezes sofrem as piores consequências da falta de desenvolvimento humano, foi refletida na parceria com a Natura (em que mais de 95% das consultoras são mulheres). Por fim, a preocupação com os jovens e com o fu-

turo do país fez com que investíssemos na parceria com o CONSED, direcionando uma parte importante da consulta para as escolas. Tivemos uma oportunidade de ver a opinião daqueles que enviaram suas respostas via SMS, refletindo um outro *background* socioeconômico distinto dos demais.

Quando comparadas, as amostras mostram um alto grau de robustez referente aos 6 temas de maior incidência. A única exceção é o tema judiciário dentro da amostra TIM. No entanto,

os resultados abaixo confirmam que, talvez pelo grande tamanho de todas as amostras, foi possível a seleção de temas coerentes com os resultados finais.

Os dados finais revelam uma grande representação geográfica da amostra, cobrindo mais de 300 cidades brasileiras, com um pequeno viés de gênero em relação à participação das mulheres e em relação a jovens, estudantes de escolas públicas em todo o Brasil.

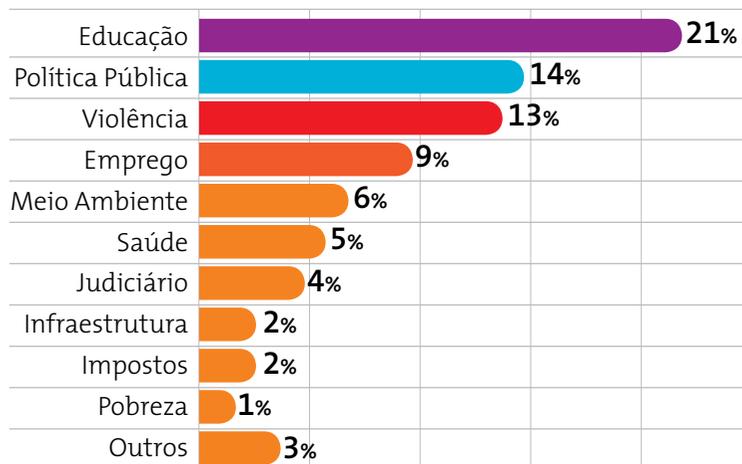


RESULTADOS FINAIS

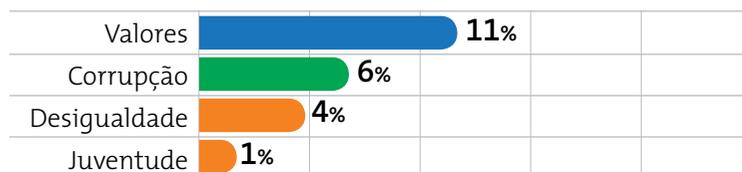
A escolha do tema não foi um exercício mecânico. Ela foi orientada pelas primeiras consultas, feitas nas Audiências Públicas, que sinalizaram que os temas não podiam ser vistos como uma “lista de supermercado”. Desde as primeiras discussões ficou claro para a equipe do RDH que se tratava de uma escolha de tema que deveria refletir um alto grau de articulação (ou transversalidade) entre as respostas, pois assim estariam

aparecendo as visões das pessoas. Essa reflexão nasceu durante a primeira fase da consulta. Talvez a grande questão levantada nessa investigação tenha sido a respeito de uma percepção pública sobre a necessidade de pensarmos a intersectorialidade de políticas públicas e sociais. O bem-estar dos indivíduos é multidimensional. Por que não pensar seus elementos de maneira integrada?

RESULTADOS FINAIS



Uma comparação à parte entre os principais **temas transversais** mostra que o tema **valores**, que inclui as questões de discriminação (racial, de gênero, sexual, de idade, à deficiência etc.), entre outras, foi o mais mencionado em termos gerais, como mostra a tabela abaixo. Isso por si só constitui uma surpresa, pois poderia-se esperar que questões mais comentadas, como a própria corrupção (que não está desvinculada de todo com a temática **valores**) e a desigualdade (social e de renda), fossem mais citadas, o que acabou não acontecendo.



Uma análise dos resultados principais agregados confirmou a predominância dos temas substantivos da educação e violência com a questão dos valores como o grande ponto de articulação possível entre os principais elementos setoriais. A preocupação expressa com a política pública servirá de base para o caderno de políticas, pois, não sendo um tema substantivo, precisa de um tratamento diferenciado.

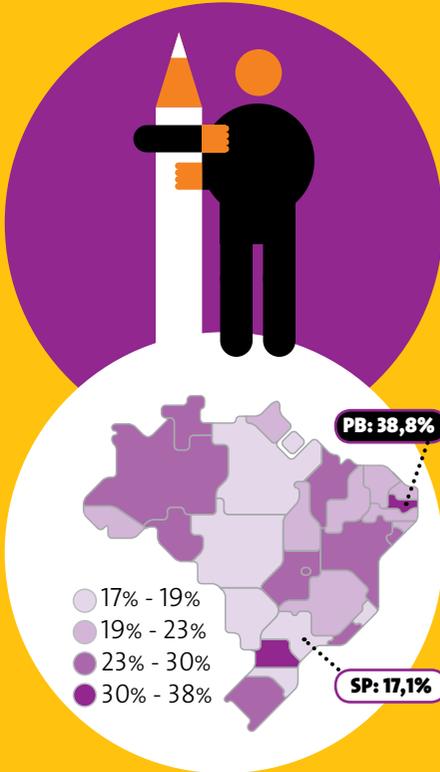
Dado o tamanho do país e sua complexidade, não se pode fingir que uma seleção de temas possa representar toda a diversidade de opiniões encontrada, que muitas vezes mascara grandes desequilíbrios de espaço ou simplesmente de estrutura social. No entanto, a compilação de todas as opiniões nos dá um norte a seguir e nos possibilita várias desagregações possíveis, como as expostas a seguir, que indicam a natureza espacial das preocupações expressas por grupo temático (para mais detalhes, ver Anexo 2).

RESULTADOS FINAIS

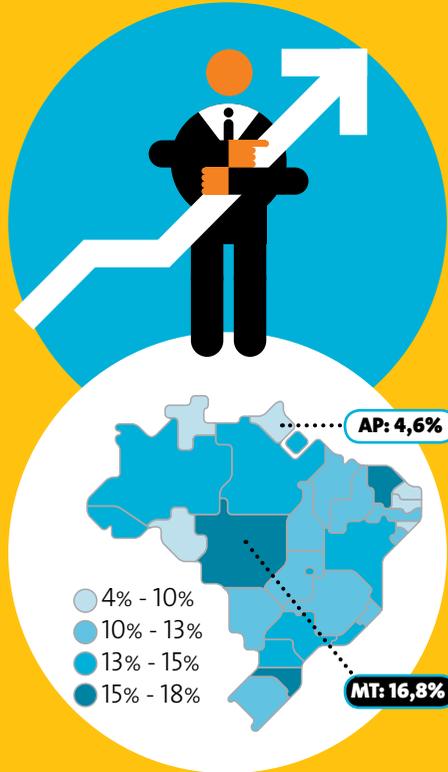
Maior índice

Menor índice

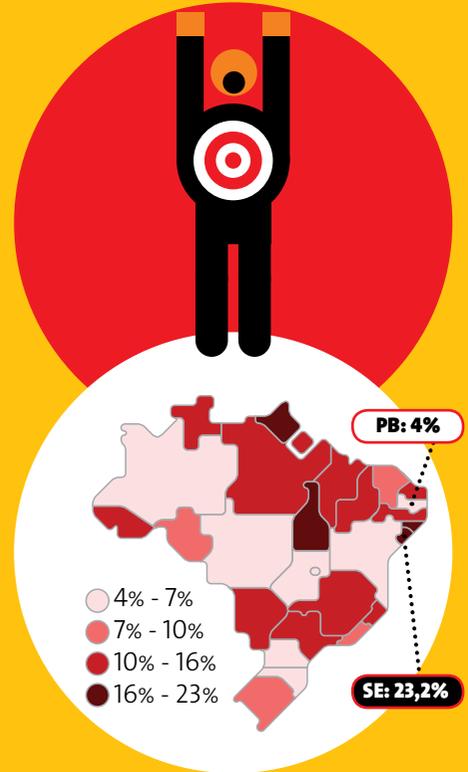
EDUCAÇÃO



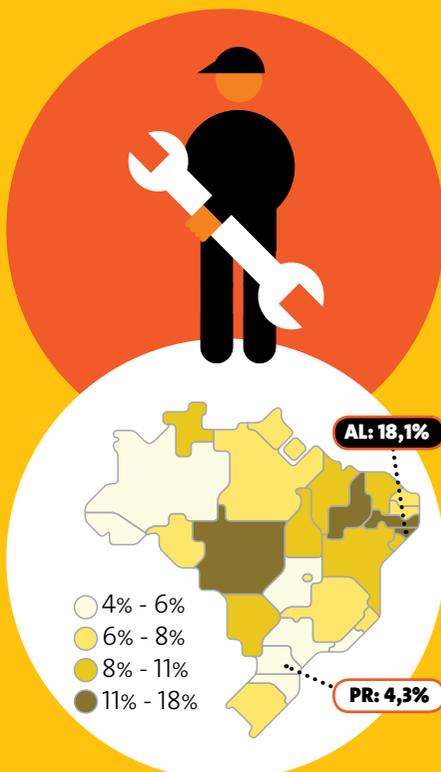
POLÍTICA PÚBLICA



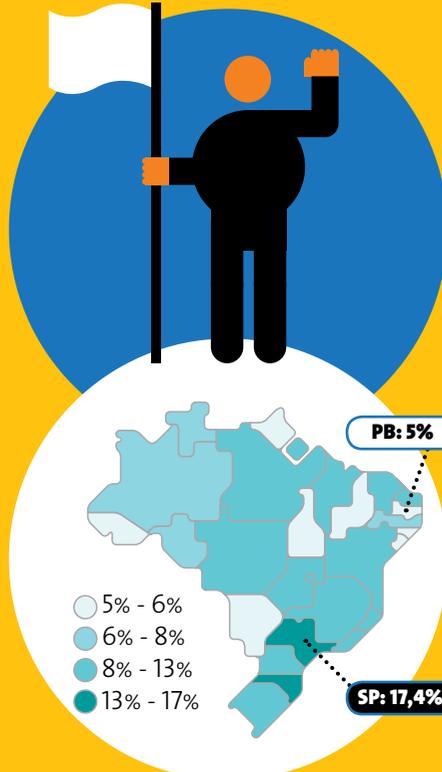
VIOLÊNCIA



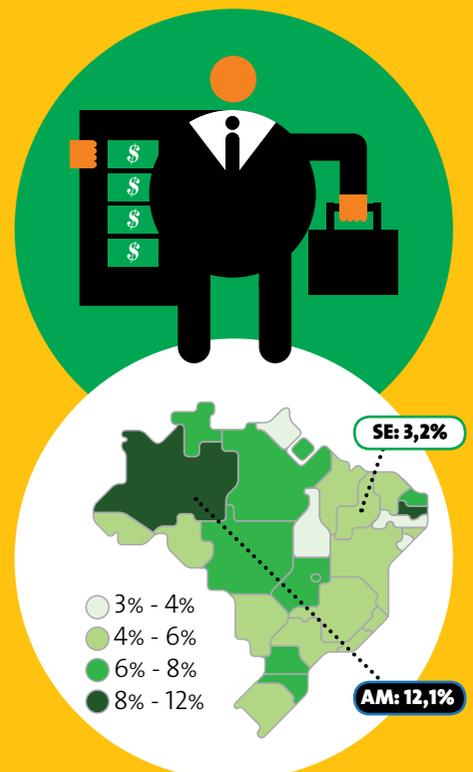
EMPREGO



VALORES



CORRUPÇÃO



Precisa melhorar a educação familiar. Os pais precisam dialogar mais com os filhos, para que diminua os casos de pedofilia, prostituição, drogas. Diminuiria também, o distanciamento da família.
Vanderleia Gomes, Colombo, PR

Mas o que significa fazer um Relatório de Desenvolvimento Humano sobre valores, com ênfase nas questões da educação e violência? Como podemos articular os principais temas dentro de uma perspectiva de, talvez, uma grande crise de valores individuais e sociais que parece viver a sociedade brasileira e à qual se atribui tantas mazelas importantes, como os altos níveis de vio-

lência contra a pessoa (para diferenciá-la daqueles tipos de violência contra a propriedade)?

A tarefa de elucidação dessas e de outras questões caberá ao segundo caderno do RDH, que conterà um estudo sobre os principais problemas levantados na consulta, sob a perspectiva dos valores. No entanto, podemos contar com o benefício de uma primeira reflexão a seguir.

Contribuição Especial Professor Eduardo Giannetti, Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper, São Paulo

O pulso da mudança

*O que esperar do Brasil? Do ponto de vista lógico, existem três formas básicas de se pensar o futuro. A previsão lida com o provável e responde à pergunta: **o que será?** A delimitação do campo do possível lida com o exequível e responde à pergunta: **o que pode ser?** E a expressão da vontade lida com o desejável e responde à pergunta: **o que sonhamos ser?** As relações entre esses modos de conceber o futuro não são triviais. Há duas direções de causalidade relevantes em jogo.*

De um lado, é claro, está o princípio de realidade. Se o desejável não respeitar os limites do exequível, ele se torna vazio e quixotesco (quando não trágico). Desde a sua origem no iluminismo europeu, boa parte da missão ocupacional da ciência econômica tem sido tentar disciplinar os voos alheios e submeter o voluntarismo de políticos, reformadores e visionários aos rigores da consistência e da exequibilidade. Algumas das principais ferramentas da teoria econômica – conceitos como restrição orçamentária, custo de oportunidade, trade-off e consistência intertemporal – trazem a marca desse compromisso com o princípio de realidade. A aritmética desagradável é um dos ofícios do economista e o balde de água fria uma de suas especialidades. Não foi à toa que a economia adquiriu a pecha de dismal science.

Ocorre, porém, que a direção de causalidade corre também na outra direção: o desejo de mudança modifica o futuro. A realidade objetiva deve ser conhecida e respeitada, mas ela não é toda a realidade. A vida das nações, não menos que a dos indivíduos, é vivida em larga medida na imaginação. A capacidade de sonho de um povo fertiliza o real, expande as fronteiras do possível e reembaralha as cartas do provável. Quando a vontade de mudança e a criação do novo estão em jogo, resignar-se ao provável e ao exequível é condenar-se ao passado e à repetição medíocre.

Se é verdade, portanto, que o sonho desligado da realidade é vazio, como enfatiza a economia, é preciso ter em mente que o contrário dessa grande verdade não deixa de ser também uma grande verdade: a realidade desprovida do poder transformador do sonho é deserta. O desejo move. No universo das relações humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso querer.

Com o que sonham e se preocupam os brasileiros? A ampla enquête de opinião promovida pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio da Campanha Brasil Ponto a Ponto, permite tomar o pulso e revelar o norte do desejo de mudança que pulsa na sociedade brasileira. Diante de uma mesma pergunta – “O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?” – cerca de 500 mil brasileiros tiveram a oportunidade de oferecer uma resposta e formular sua visão. Os principais resultados da pesquisa são: i) a educação – seguida de violência e emprego – é a principal aspiração/problema (temas substantivos) de nossa sociedade; ao passo que ii) valores morais (como respeito, justiça e paz) e a formação do caráter das pessoas figuram como os mais frequentes temas transversais, permeando as respostas e escolhas substantivas.

(continua na próxima página)

Que as pessoas tenham acesso a educação de qualidade, para formação de cidadãos brasileiros onde prevaleça o respeito mútuo.
Solange Cordeiro, Teresina, PI

Duas principais mensagens podem ser apreendidas dos resultados da pesquisa. A primeira é a clara explicitação da força do desejo de mudança no Brasil. Existe uma injustificável distância entre o que efetivamente somos, de um lado, e o que poderíamos e desejamos ser como nação, de outro. O pulso da mudança bate com força na imaginação dos brasileiros. Há um Brasil potencial querendo despertar e desenvolver-se a partir das promessas e desafios do Brasil real. O reconhecimento claro de nossas dificuldades e deficiências civilizatórias, fruto de particularidades de nossa formação histórica e erros de política pública, é o primeiro passo neste caminho.

A segunda mensagem do relatório diz respeito à direção da mudança. A identificação do capital humano, especialmente na sua dimensão ética de formação de valores e normas de convivência como a principal aspiração dos brasileiros em relação a um futuro melhor, confere um conteúdo substantivo à visão do desenvolvimento como “a expansão da capacidade humana para levar uma vida mais livre e digna de ser vivida” (Amartya Sen).

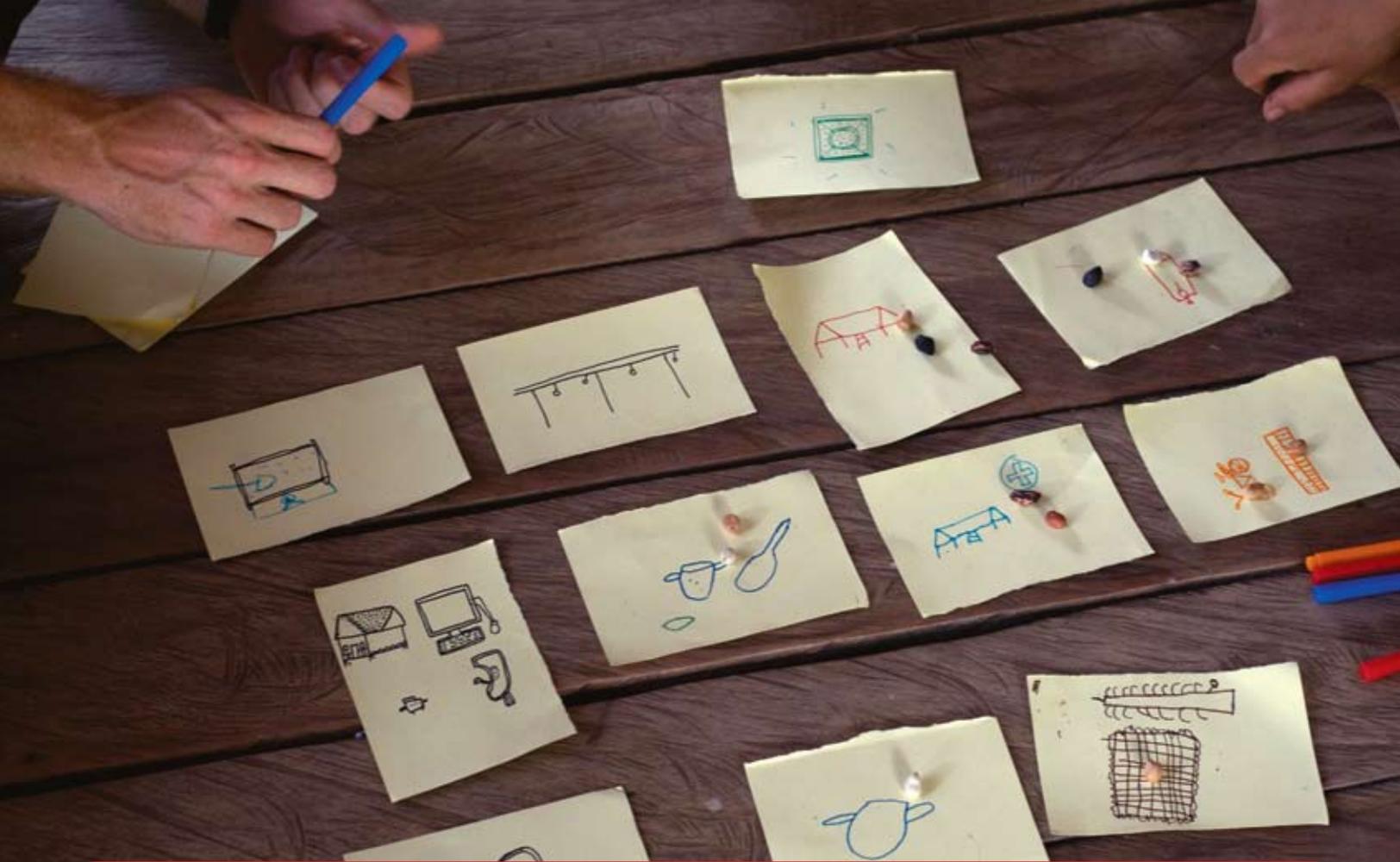
O que se demanda não são soluções prontas ou medidas particulares que melhorem a renda, as condições materiais de vida e o bem-estar, mas sim as capacitações e as virtudes que ampliem o leque efetivo de escolhas diante dos cidadãos e permitam à sociedade como um todo afirmar os seus valores e viver à altura do seu potencial. Os brasileiros não só reconhecem a extensão do hiato que os separa do que almejam ser como são capazes de identificar a principal deficiência subjacente a essa realidade.

Em termos de políticas públicas, o desdobramento prático desses resultados nada mais faz do que corroborar a análise e a recomendação feitas por Eugenio Gudín há exato meio século, quando a euforia desenvolvimentista incendiava a imaginação brasileira e, lamentavelmente, relegava o capital humano a uma posição subalterna entre os desafios da nação: “O problema do desenvolvimento econômico tem sido geralmente encarado no Brasil sob o prisma do curto prazo e do imediatismo, isto é, da execução de determinados melhoramentos materiais de resultados tangíveis em um período governamental. Se há, entretanto, problema que exija planejamento de longo prazo, com expectativa de resultados seguros mas só gradativamente evidenciáveis, este é o da formação de gente, isto é, de uma população sadia, ativa e capaz. É a qualidade da população que constitui o elemento decisivo do desenvolvimento”.

Faz sentido a ideia de uma civilização brasileira? Uma resposta afirmativa a essa pergunta não precisa implicar qualquer tipo de roubo xenófobo, rompante nacionalista ou furor colérico. A construção de uma visão generosa e original do nosso futuro é tarefa da imaginação crítica e criadora – de uma antropofagia paciente e criteriosa, capaz do sonho, mas também do senso de realidade e da ponderação.

O que ela implica é a identificação dos nossos valores e uma efetiva adesão a eles. Os brasileiros sabem que podemos ser mais do que somos e que não devemos nos resignar à condição de imitação modesta ou cópia empobrecida do modelo que nos é oferecido pelos “países ricos” – o chamado Primeiro Mundo. Sem visão de futuro não há futuro. Sob a luz austera do provável e exequível, a visão de um Brasil que mereça ser sonhado pode parecer remota. Mas ela não é uma abstração vazia. A força do seu apelo anima de esperança o caminho e ilumina desde já o nosso horizonte imaginativo. Sonhar é preciso. O futuro será o que fizermos dele.





4

A estratégia de comunicação



Para que todos nós fiquemos mais tranquilos e felizes acho que o que precisa mudar é a nossa situação em relação a segurança. Nosso país está a beira de um caos com tanta violência. Precisa-se tomar medidas mais drásticas para que nosso sono volte a ser tranquilo.
Michelle Amorim, Recife, PE

A comunicação não é apenas importante para o desenvolvimento humano. Ela é essencial a ele. Sem comunicação não existe a possibilidade da troca de ideias, do surgimento de críticas e de respeito a divergências. A comunicação é fundamental para a construção da razão pública, pois ela permite um engajamento dos indivíduos que, de outra forma, não ocorreria.

Cabe à comunicação não somente informar os indivíduos mas também possibilitar canais para que eles se expressem. Para que isso ocorra é importante também motivar os indivíduos. Na versão tradicional de comunicação, os RDHs são produzidos e então comunicados ao público. Na versão adotada aqui, antes do RDH poder ser produzido é importante coletar as vozes das pessoas, e, para isso, é preciso ir além: é necessário motivar as pessoas a refletirem sobre diferentes problemas de suas vidas dos quais elas muitas vezes buscam apenas escapar.

Contribuição Especial Percival Caropreso, Setor 2 1/2

(responsável pela criação da estratégia de comunicação da Campanha Brasil Ponto a Ponto)

Levei boa parte da minha vida vendendo coisas. Fiz campanhas de comunicação que mobilizaram multidões em direção a prateleiras de supermercados, a revendedoras de carros, a agências bancárias, a restaurantes, a aeroportos, a lojas de todo tipo e em todos os lugares do mundo. Sei bem o poder da comunicação pra mexer com o coração, a cabeça, a decisão e o arbítrio: vender marcas e produtos para milhões de pessoas.

Este Relatório de Desenvolvimento Humano nasceu dessas pessoas, consumidores, mas também cidadãos. Foram eles que nos disseram o que temos que produzir para a sociedade e que mais fielmente reflete o que todos querem ter: direitos, valores, respeito, dignidade, qualidade de vida.

Sem comunicação não teríamos informado, sensibilizado, conscientizado, mobilizado, oferecido canais de participação e provocado a ação de mais de meio milhão de brasileiras e brasileiros, que nos deram seus pontos de vista sobre suas aspirações e ambições.

Levei boa parte da minha vida vendendo coisas. Participar da campanha de comunicação deste nosso relatório foi um privilégio, mais uma lição e um prazer, principalmente pelo que eu ajudei a vender a essa gente toda.

Em um mundo onde as pessoas são constantemente bombardeadas por informação, muitas agradáveis, a todo momento, é difícil competir com assuntos mais reflexivos, muitas vezes considerados distantes das vidas das pessoas. Para atrair a atenção dos indivíduos e se comunicar com sucesso é preciso ter uma estratégia que valorize a simplicidade na forma de levar a mensagem ao público.

De fato, o item mais conhecido do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) é o Índice de Desenvolvimento Humano (o IDH), que ganhou notoriedade mundial em grande parte

pela sua simplicidade. Conceitualmente foi assim que ele surgiu: como uma tentativa de ser tão simples como o Produto Interno Bruto (PIB) para avaliar o bem-estar da sociedade. Isso para que fosse entendido pela população e por governantes. A escolha de três dimensões foi proposital. Se o índice tivesse vinte dimensões, poucos o lembrariam. Não é por coincidência que o IDH é muito mais conhecido do que o RDH. Muitos inclusive chamam o relatório no Brasil de o “Relatório do IDH”.

Esse princípio de simplicidade – grande virtude do IDH – foi também o pilar da estratégia

*A educação!!
é através da
educação que
o indivíduo
recebe o que
precisa para
se formar um
grande cidadão,
e não é somente a
educação escolar,
mas, também
a educação
doméstica;
aquela que
começa nos
primeiros anos
de vida. Sonia
Rodrigues,
Campina
Grande, PB*

Contribuição Especial Amélia Whitaker, Visar Planejamento

A comunicação tem papel fundamental na mobilização dos públicos em torno de uma ideia ou causa. Assim, se a sensibilização dos meios para gerar comunicação espontânea é cada vez mais importante, como forma de destacar-se em meio a tantos e variados impactos de publicidade, para as marcas para as quais trabalhamos, em uma campanha como a Brasil Ponto a Ponto ela é vital: sem isso, os comportamentos não se alteram e o que se quer que aconteça não ocorre. Pois – ainda mais no caso de uma ação que objetiva envolver pessoas em um esforço coletivo de desenvolvimento – é necessário mostrar às pessoas o quanto a participação delas é importante e motivá-las a colaborar com aquilo que beneficiará a todos, indistintamente.

Com isso em vista, resta conceber as mensagens mais adequadas e planejar a mais eficiente forma de divulgação, conforme as características próprias de cada meio e veículo, seja rádio, televisão, revista, jornal ou meio digital, pois sempre que o planejamento ocorre o resultado costuma ser positivo.

No caso da Brasil Ponto a Ponto, foi montada uma estratégia que envolveu o planejamento de ações de sensibilização, desenvolvimento de materiais de esclarecimento e agendamento de reuniões com profissionais da mídia para encaminhamento de pautas. Como resultado, veículos de comunicação de todo o Brasil aderiram com simpatia, entre os quais podem-se citar A Cidade, Jornal do Brasil, Gazeta do Povo, Meio & Mensagem, Folha de São Paulo, Época, Zero Hora, Gazeta Catarinense, Gazeta Mercantil, G1, Terra, Globo Online, Portal Editora Abril, Portal IG, Maplink, TV Globo, RBS, Globo News, Rádio Eldorado, CBN, Rádio Guaíba, Rádio Nacional de Brasília e Rádio Gaúcha, e o resultado atingido superou as expectativas, indicando com firmeza que uma comunicação eficiente é parte fundamental do desenvolvimento humano.

de comunicação adotada na Campanha Brasil Ponto a Ponto. Por isso é que foi feita apenas uma pergunta para o público: “o que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?”. Por essa mesma razão, trabalhou-se a ideia de ponto, de unidade, como o princípio organizador de uma proposta mais complexa. Ser simples não é fácil, e por essa razão foram testadas pelo menos dez perguntas antes de chegarmos à definitiva. O resultado foi uma questão que pôde ser entendida por um grande número de pessoas e com a qual elas puderam falar de suas vidas de uma maneira franca e aberta.

No entanto, cabe aqui notar que, quando falamos de pessoas, tratamos de indivíduos que são extremamente diversos. O entendimento dessas diversidades é um dos grandes princípios do desenvolvimento humano. No seu livro mais conhecido, Desenvolvimento como Liberdade, o Professor Amartya Sen fala de várias fontes de diferenças individuais e sociais entre as pessoas, tais como:



Minha opinião e que precisamos ensinar aos nossos filhos os princípios básicos para uma convivência em sociedade. Princípio esse que a cada dia que passa, parece estar ausente na sociedade brasileira.

Precisamos ensinar o valor de ser educado e respeitoso com o próximo. Só assim, conseguiremos acabar com a violência em que vivemos atualmente.

Precisamos de bons exemplos na política, que ao meu ver, tem feito os piores maus exemplos da sociedade.

Henrique Ayres Santos da Silva, Campo Grande, MS

- Diferenças pessoais: Pessoas que têm idades diferentes ou são de gênero distinto, ou têm características físicas diversas, níveis de escolaridade distintos, ou mesmo têm habilidades ou deficiências diferentes;

- Diferenças ambientais: Pessoas que vivem em condições climáticas diversas ou que sofrem poluição ou doenças diferentes;

- Diferenças no clima social: Pessoas que vivem em lugares onde o crime ou a violência é mais elevada ou onde as pessoas não confiam nas outras, ou onde as leis são seguidas em comparação onde não são;

- Diferenças em relações entre as pessoas: Pessoas podem se relacionar diferentemente, dependendo dos padrões de comportamento no lugar em que vivem; podem seguir costumes e tradições diferentes;

- Diferenças dentro das famílias: As pessoas podem viver em famílias que seguem princípios de vida diferentes. Isso vale para como os pais se relacionam com seus filhos ou como maridos e mulheres dividem responsabilidades e oportunidades.

Todos esses elementos sugerem que os padrões de comunicação são múltiplos e que estratégias de comunicação podem produzir resultados variados de acordo com as diferenças que encontramos entre as pessoas. Por essa razão é que, além de ser simples a comunicação para o desenvolvimento humano, este pode se beneficiar do uso de estratégias diversas, pensadas em conjunto de modo articulado.



Acho que o que precisa mudar e muito é a saúde. Muitas pessoas sofrem sendo mau atendidas ou tendo um diagnóstico errado e médicos maus preparados. Onde está aquele médico amigo? Caroline Gonsalves Batista, Jaboticabal, SP

Contribuição Especial Professor Ubaldo Crepaldi, Universidade de São Paulo – USP, Escola de Comunicações e Artes – ECA

A Inteligência emergente e a criação coletiva do conhecimento

“O que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?”

Ao dirigir esta pergunta a milhões de cidadãos conectados e a milhares de habitantes dos municípios menos desenvolvidos, além das audiências públicas e das consultas ao meio acadêmico realizadas, a concepção do tema deste relatório adota metodologia que respeita como básica a capacidade de auto-organização dos povos.

Não haveria sentido em realizar esta escolha de outra forma, pois o próprio conceito de desenvolvimento humano implica a supressão da opressão e de atos discriminatórios, como, por exemplo, a imposição de alternativas. O fenômeno recente da popularização da capacidade de emitir comunicações traz em seu âmago esta tendência de transparência e de multiplicação de manifestações democráticas e ascendentes.

O Brasil em 2009 se apresenta como solo fértil para esta abordagem, tendo, em termos aproximados, 190 milhões de habitantes com 152 milhões de celulares, 65 milhões de usuários na rede mundial de dados, sendo 25 milhões de ligações residenciais. Esta rede congrega manifestações sociais, de trabalho e de cultura de comunidades fncadas nos rincões de um vasto território, desde a presença dos povos indígenas na Internet, até as lan houses, que representam cerca de metade dos acessos e surgem como grande fenômeno sociológico nas periferias físicas das metrópoles, hoje transformadas em centros emissores de comunicação.

Outros fatores que indicam a conveniência desta consulta popular são, além do aprimoramento do processo democrático, o crescente respeito à liberdade de expressão, a pirâmide etária com mais de 50% dos jovens menores de 20 anos e a intensa divulgação das expressões culturais nascidas no seio da população, sobrepondo-se à pouca tradição de cultura clássica. Socializar a autoria do tema adotando a construção coletiva do conhecimento é o mesmo que recorrer às ideias de outros não por erudição, mas como reconhecimento de que o coletivo é a formação de um saber ascendente, pois as contribuições dos indivíduos concatenam-se entre si e com as instituições representativas.

Assim sendo, esta iniciativa elabora uma das respostas possíveis à questão levantada por John Nabbitt, quando expressa a necessidade de aumentarmos a nossa atenção para aspectos mais humanos, high touch, na utilização das soluções high tech, trabalhando o fenômeno da perda de sensibilidade e da crescente alienação. É o desenvolvimento da tecnologia colocado a serviço dos indivíduos no empenho de comunicar e ampliar a convivência entre os diferentes grupos de indivíduos, conectados via rede ou presencialmente em suas comunidades, virtuais ou físicas.

Cumpre-se, assim, uma necessidade das gerações futuras que, mais do que um pensar diferente, espera uma ação diferente, em que as soluções coletivas partam das iniciativas individuais ousadamente concretizadas através do comprometimento de muitos. E só assim o desenvolvimento sustentável será perene.

Uma das principais características do método adotado é a de tratar os cidadãos como pessoas híbridas, pois ao mesmo tempo em que são alvos do desejo de desenvolvimento humano, tornam-se parte do processo de criação do mesmo, ao responder à pergunta que busca a definição do conceito e iniciar assim um círculo virtuoso de interatividade com brasileiros, estabelecendo uma conexão direta entre os mesmos e a entidade mais representativa da humanidade. Esse método contém elementos da teoria do caos, enquanto amplia o processo de estruturação do tema e, ao mesmo tempo, insere caráter de ordem com o resgate expedicionário garantidor da participação daqueles sem condição de conectarem-se, com as consultas ao meio acadêmico e as audiências públicas. Assim, coaduna-se com o nascimento de organizações caórdicas, geradoras de riqueza humana não só no sentido econômico, como o ponderado por Dee Hook.

(continua na próxima página)

É simples. Basta revogar a lei de Gerson. Ela tomou conta do país de tal forma que hoje você vive para escapar das várias tentativas de "golpes" de todo o tamanho a que é submetido ao longo de uma jornada, e chega ao final de cada dia mais cansado e com menos esperança.

Ricardo Fischer,
São Paulo, SP

A própria pesquisa é a construção de um conhecimento colaborativo, wiki e, portanto, vai além de um caráter meramente econômico, porque detecta uma autopercepção em termos nacionais até então desconhecida, e que, como informação, passa a ser fonte geradora de riqueza, como o ressaltado por Pierre Lévy, Derrick de Kerckhove e Don Tapscott. Sendo assim, a realização desta pesquisa evidencia a dinâmica de rede, mostra a inteligência emergente, um macrocomportamento provocado por milhões de micromotivos, como um novo entendimento da compreensão da sociedade humana em geral e da brasileira em particular, como o constatado por Steven Johnson a partir da observação do funcionamento dos formigueiros, cérebros, cidades e softwares.

A Campanha Brasil Ponto a Ponto se assemelha muito à observação deste tipo de funcionamento sistêmico, no qual a organização se faz pela soma do saber agir de cada elemento ou habitante, e não se fundamenta no mito da rainha, da escolha baseada na autoridade.

O reconhecimento da importância de todos os pontos, antes periféricos e receptores, hoje centrais e locais para emissores de mensagens, mesmo que a maioria dos brasileiros ainda não possua conexões virtuais, evidencia a compreensão do fato de todos fazerem parte das redes, embora alguns, limitados à sua vizinhança física, necessitem do contato pessoal para captar suas opiniões.

Neste caso, a comunicação que se pretende com este relatório torna-se um processo de disseminação do poder de escolha, ao compartilhar a construção de soluções do interesse de todos. Parte do individual para o coletivo, do regional para o nacional, do local para o global e agora retorna com o global influenciando o local, do nacional para o regional, pretendendo orientar o desenvolvimento coletivo, o qual só pode ser conseguido pela soma dos planos individuais.

A compreensão do alcance desta escolha inclui a percepção da possibilidade de mapeamentos das ocorrências nas respostas, pois embasada nas manifestações individuais, constrói um saber coletivo, podendo-se observar tendências por região e categorias traduzindo escalas de valores diversas, embora paradoxalmente formem um todo em torno do conceito de nação.

As grandes distâncias geográficas, as diferenças climáticas regionais e o mau desempenho nacional no coeficiente de Gini, como medida da distribuição da renda, indicando grande dispersão em torno da média, são fatores que dificultariam a escolha centralizada de alternativas para este tema. Como paradoxo, a unidade nacional, evidenciada pela língua, pela grande popularidade do futebol, da frequência às praias, da audiência das novelas e agora do hábito de navegar na Internet, indica esta preferência nacional pelo fazer popular na trama do tecido social, unificando linguagem, ideais e preferências, com a consequente criação do todo sem perder as identidades regionais.

Ouvir todos os pontos de vista possíveis, aproveitando a democratização e a transparência resultantes da disseminação do poder de emitir comunicações e considerá-los na construção conjunta dos destinos coletivos já é, em si, um passo importante para um Brasil melhor.





5

Construção de parcerias e estratégias



A família é a célula da sociedade, isso todos sabem. É crescente o número de mães que são responsáveis pela família, porém como a mulher ganha menos, são obrigadas a deixar seus filhos sozinhos grande parte do tempo para poder sustentar a família. Falta uma política que crie condições para que as mães passem mais tempo com sua família pois elas são a peça fundamental na educação dos filhos. Uma mãe bem informada, assessora os filhos resultando menos cãrie, desnutrição, violência, mais amor com respeito.

*Keely Torres,
Oriximiná, PA*

A participação das pessoas não é algo que aconteça por mágica. Ela precisa ser promovida, possibilitada e também motivada. Como coloca o manual do PNUD HDR *Toolkit* promover a participação das pessoas “toma tempo, recursos, entendimento e perseverança” (p.38). Mas os benefícios não devem ser desprezados: a participação garante a construção de capacidade e o interesse para que as mensagens do relatório sigam adiante, de um modo mais efetivo. O investimento na construção de parcerias foi a principal estratégia escolhida pela Campanha Brasil Ponto a Ponto para a promoção da participação das pessoas. De fato, sem a existência dessas parcerias a campanha não teria existido. No total, foram construídas 25 parcerias com contribuições diferentes para a campanha. Os princípios utilizados para a construção dessas parcerias foram distintos. Eles podem ser sumarizados em cinco pontos principais:

1| Foco local: A promoção das audiências públicas somente foi possível através do apoio de instituições locais, que ajudaram a promover o evento e a articular a participação dos interessados. Esse foi o caso das parcerias com a Sociedade Inclusiva/MG, com a Prefeitura de Porto Alegre/RS, com a Agenda 2020/RS, com o Governo do Estado de São Paulo, com a SUDAM, o Governo do Distrito Federal, o SEBRAE/RJ, a CNM e com a UniGente;

2| Comunicação em ampla escala: Para que a mensagem chegasse a milhões de pessoas em todo o Brasil foi necessário a construção de parcerias que tivessem esse alcance. Esse foi o caso das parcerias com a Rede Globo, com a MTV e com a TIM;

3| Redes sociais: A parceria com grandes redes sociais possibilitou a construção de uma segmentação amostral focada em grupos geralmente ignorados, como o dos jovens vivendo nas grandes periferias ou de mulheres. As parcerias com o CONSED e a Natura viabilizaram esse alcance, permitindo não somente uma grande cobertura nacional mas a possibilidade de construção de diálogos que possam ser concretizados no futuro em ações positivas em parceria com os membros dessas redes;

4| Fóruns: A parceria com redes de comunicação possibilitou a criação de fóruns de discussão entre grupos diferentes, dentre os quais tivemos: o Portal MTV dentro da Campanha O que é Desenvolvimento?, abrindo espaço para a participação do público jovem; o Portal da Revista Época, co-

letando a opinião de atores, cientistas, políticos, esportistas, entre outros; e o Portal do Voluntário, promovendo a participação de uma rede que congrega mais de 60 mil pessoas;

5| Parcerias complementares: Muitas parcerias surgiram de oportunidades únicas e do reconhecimento de que colaborações com o projeto deveriam ser registradas. Esse é o caso da parceria com: o Museu da Pessoa, para registrar as vidas de muitos que deram suas opiniões à campanha; da Companhia Suzano, que doou papel para que pudéssemos consultar as escolas mais pobres do Brasil (que não têm acesso à Internet); o Setor 2 1/2 e a Visar, que trabalharam na comunicação da campanha; e a VitaDerm, que ajudou na divulgação;

6| Suporte acadêmico: A parceria com a academia foi fundamental na tabulação dos milhares de questionários que chegaram ao PNUD de todas as partes do Brasil. No total, foram mais de 160 voluntários de mais de 10 disciplinas diferentes, que ajudaram na tabulação das respostas recebidas durante a consulta. A troca com os acadêmicos foi fundamental na elaboração de um modelo interpretativo fundamentado em significados compartilhados com pessoas de várias disciplinas e com experiências de vida distintas.

Os parceiros contribuíram com sugestões, promoveram suas estratégias e interagiram com o entendimento de que esse processo pode também contribuir para seus interesses corporativos ou pessoais na promoção do desenvolvimento humano.

FORMATOS DE COMUNICAÇÃO

a) Tradicional

O formato tradicional de comunicação foi adotado no período inicial da consulta e corresponde à realização de reuniões com representantes de três setores: Governo Federal, Mídia e Agências das Nações Unidas presentes no Brasil. Para a organização das reuniões, foi realizado um levantamento das instituições que faziam parte de cada um dos setores a serem ouvidos e, em seguida, convites para as reuniões foram enviados. As instituições convidadas indicaram representantes, que compareceram às sessões de consulta. Toda a discussão foi registrada em ata.

Como este formato de comunicação foi implantado ainda durante a fase inicial de consulta pública, os participantes puderam opinar não só sobre os possíveis temas para o relatório mas também sobre estratégias que possibilitariam a participação do maior número de pessoas na fase de consulta. Como as reuniões contavam com a participação de pequenos grupos de pessoas, isso possibilitava um debate mais profundo sobre as sugestões levantadas pelos participantes. Essa dinâmica contribuiu muito para o desenho da fase seguinte da consulta pública, na qual foram incorporadas estratégias inovadoras de comunicação.

b) Audiências Públicas

As audiências foram reuniões abertas para as quais foram convidadas ONGs, governos, academia e população em geral. Nelas, o PNUD fez uma breve apresentação do processo de consulta que se estava realizando e pediu às pessoas que respondessem a uma pergunta (ou duas, dependendo da cidade) e depois debatessem com os outros participantes o porquê de suas escolhas.

As perguntas não foram as mesmas em todas as audiências, justamente porque foram testadas algumas alternativas ao longo do tempo, à medida que se percebia a necessidade de fazer

ajustes que levariam à reflexão a que se almejava, conforme detalhamento mais adiante.

O elemento mais importante das audiências foi a possibilidade de se fomentar um debate entre os participantes, de modo a perceber interligações entre os temas por eles propostos. No formato utilizado, as pessoas responderam ao questionário no início da audiência e depois foram convidadas a trazer suas respostas ao público. Em alguns casos, nas audiências em que havia muitas pessoas, foi necessário fazer um sorteio para a seleção de falas. Em outros, quando havia poucas pessoas, foi dada a possibilidade para todos que desejassem participar ficarem à vontade para fazê-lo. O contato mais próximo com as pessoas foi fundamental para um entendimento qualitativo dos temas e para a formulação de uma taxonomia preliminar para a

Creio que precisamos ser mais solidários com o próximo. Respeitar as diferenças de cada um. Compreender que cada ser tem seu grau de evolução espiritual e que todos somos iguais, independente de raça, credo, condição financeira, escolaridade, etc. O que falta no mundo é amor, amor pelo seu semelhante, pela família, pela sociedade em geral. Falta amor pela vida, que é tão preciosa. Esse é meu ponto de vista para um mundo melhor. Marcia Monteiro, Mesquita, RJ

Evolução da pergunta chave no processo de consulta

Audiências	Perguntas
Belo Horizonte	Foram feitas duas perguntas: 1) (No presente) O que precisa mudar no Brasil para sua vida “dar uma melhorada”? E pra melhorar de verdade?; 2) (No futuro) Se tudo continuar como está no Brasil, qual será nosso maior problema daqui a 10 anos? E o que você mudaria agora para isso não acontecer?
São Paulo e Brasília	O que precisa mudar no Brasil para a sua vida “dar uma melhorada”? E para melhorar de verdade?
Belém	1) O que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar? Liste por ordem de importância até três coisas e explique. 2) O que você acha que poderia ser mudado para melhorar a vida dos brasileiros? Liste por ordem de importância até três coisas e explique.
Porto Alegre, João Pessoa e Rio de Janeiro	O que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar de verdade? Escolha apenas uma questão. Sim, é difícil, mas pense naquilo que é mais importante entre tudo o que é importante. Se der, explique a razão de isso ser mais importante do que tudo o mais.

O que precisamos mudar no Brasil é a desigualdade de renda per capita, pois não podemos admitir um país que tudo planta, no qual suas crianças passem tanta fome. Algum tempo atrás vi uma reportagem que jamais vou esquecer sobre um rodízio de crianças comendo em uma casa porque não tinha comida para todos. Isso me deixou muito triste e indignada; precisamos rever nossos conceitos de cidadania e respeito às pessoas. Tatiana Queiroz, Rio de Janeiro, RJ

tabulação das respostas de toda a campanha. Através das diferentes falas foi possível começar a entender o que cada palavra significa nos diferentes contextos utilizados.

A evolução das perguntas ao longo do tempo refletiu a busca por uma questão que pudesse despertar uma reflexão, um julgamento de valor, nos indivíduos participantes. O principal nexo entre as diferentes perguntas foi uma trajetória de simplificação desse estímulo reflexivo.

c) Técnicas Participativas em Municípios de baixo IDH

Paralelamente às audiências públicas, foram visitados os dez municípios brasileiros de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), escolhidos com base no Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD. Mesmo cientes de que os dados do Atlas, baseados em informações censitárias de 2000, estão defasados, optamos por trabalhar com a última informação disponível. O objetivo foi o de incluir as perspectivas desses moradores no processo de identificação do tema do próximo RDH.

Dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano, é importante priorizar a voz dos mais pobres. Esse foi o caso dos moradores dos municípios (e comunidades carentes vivendo ao redor) desses lugares, em geral muito isolados dos demais.

Para essa etapa do processo de consulta, foi feito um amplo esforço de preparação logística, de forma a permitir que os dez municípios fossem visitados em um período de quarenta dias. Para tanto, todas as prefeituras foram contatadas previamente, e um detalhado plano de visitas foi desenvolvido. Duas pessoas foram a campo para registrar os depoimentos de moradores e realizar atividades baseadas em técnicas participativas. Em particular, foram realizadas: i) entrevistas individuais; ii) visitas guiadas; iii) grupos de discussão; e iv) técnicas audiovisuais. Desse processo, nasceu também um blog (www.podemudar.wordpress.com), em que foram registrados os principais acontecimentos da

viagem.

Em lugar de serem sugeridos temas, a pesquisa e suas atividades foram planejadas para revelar, a partir das reflexões das pessoas, os temas de maior importância para os municípios investigados. A intenção foi estimular o pensamento crítico e as reflexões das pessoas, para que elas pensassem não somente o que precisa mudar mas também como mudar. Uma característica importante das atividades foi a flexibilidade de adaptação aos diversos contextos nos quais as pessoas participaram. Por exemplo, em grupos em que existia um participante claramente dominante, em vez de a avaliação das propostas mais importantes ser feita em grupo, deu-se a oportunidade para que cada membro votasse individualmente nas propostas que achasse mais relevantes, deixando o participante dominante como o último a votar.

d) Internet

O uso da Internet foi um dos grandes diferenciais desta campanha. No início, a preocupação era de que a Internet pudesse ser um formato de comunicação totalmente elitista, pois, afinal de contas, é necessário um computador e um canal de acesso (que são geralmente caros) para participar. No entanto, através da evolução da parceria com o CONSED, percebeu-se que se poderia usar a rede de computadores instalada em escolas públicas de todo o Brasil como uma maneira de possibilitar o acesso de jovens pobres que estudam em escolas públicas a esse canal.

No início da campanha, a Internet começou a ser usada para veicular as questões piloto. Isso foi o que aconteceu na enquete promovida no *site* do PNUD e no *site* Portal dos Voluntários, com um alcance mais limitado em termos de classes sociais. Depois, com a criação do *hotsite* em parceria com a campanha promovida juntamente com o CONSED e a Rede Globo, atingiu-se outro perfil de usuário, com muitas pessoas jovens e pobres participando.

Esse formato de comunicação não teria sido possível há dez anos. A popularização da Inter-

Se faz necessário que o Brasil apresente-se em ser um país de gentilezas e respeito do cidadão para com outro cidadão. Através da gentileza que vem do respeito, a atenção para com o próximo mediante comportamentos sociais. É de grande importância que as pessoas tratem-se bem, com educação, com generosidade para com o seu semelhante. Portanto, se o Brasil fosse um país de gentilezas, as pessoas viveriam melhor e a vida de cada um de nós melhoraria surpreendentemente e com felicidade.
Nádja Simone, Arapiraca, AL

net entre o público (muitos em associações de moradores, lan houses, escolas públicas etc.) possibilitou uma compilação de vozes de todas as partes do Brasil e de vários tipos e perfis socio-demográficos. No entanto, cabe enfatizar que o uso da Internet isolado talvez não tivesse o mesmo efeito. O grande número de respostas só foi viável através do uso complementar de outras formas de comunicação, como a televisão, telefonia e uso de redes sociais.

No site Brasil Ponto a Ponto as pessoas foram convidadas a deixar sua mensagem por escrito ou por vídeo. Existia um espaço para que elas se identificassem, mas o anonimato também era possível. Deste modo, procurou-se incentivar a participação franca, irrestrita e pessoal de todos.

e) Telefonia

A telefonia celular foi um dos meios de comunicação que mais cresceu, não somente no Brasil mas no mundo inteiro, nesta última década. O telefone móvel, diferentemente daquele de linha fixa, está diretamente associado a indivíduos e não ao domicílio deles. No Brasil, estima-se que se tenha mais de 150 milhões de celulares em uma população de 191 milhões de pessoas. O celular, no seu formato pós ou pré-pago, encontra-se amplamente difundido na maior parte das classes sociais.

O uso do SMS (mensagem de texto via celular) surgiu como uma possibilidade de acessar indivíduos que não conheceram a campanha por outros meios. A parceria com a TIM foi natural pelo fato de essa companhia pautar sua ação social em bases de desenvolvimento humano. Foram enviadas 12 milhões de mensagens SMS para todo o Brasil, durante um período de 3 semanas, em que 6 milhões de SMS convidavam as pessoas a acessar o site www.brasilpontoaponto.org.br e outros 6 milhões pediam às pessoas para responderem diretamente por celular.

f) Televisão

A busca por parcerias que possibilitassem a divulgação da consulta pela televisão foi impres-

cindível para ampliar o alcance da Campanha Brasil Ponto a Ponto. Duas emissoras de televisão foram parceiras nesse processo: Rede Globo de Televisão e MTV.

A Rede Globo, líder de audiência no país, com um share de 50% da audiência total, disponibilizou distintos canais para a divulgação da campanha:

- Cobertura no jornalismo diário (duas reportagens foram exibidas no Jornal Nacional, uma no Jornal Hoje e várias na Globo News, e o jornalismo local providenciou uma ampla cobertura da campanha);
- Divulgação em programa de entretenimento semanal (duas reportagens foram exibidas no Fantástico);
- Disseminação da consulta por meio do portal de jornalismo da emissora na Internet (G1);
- Espaço em programa de auditório, exibido aos domingos (divulgação em dois programas do Faustão);
- Elaboração e veiculação de anúncios curtos (15 segundos) incentivando a população a participar da campanha. Os anúncios foram divulgados 7.215 vezes ao longo da programação diária da emissora, durante todo o mês de março e primeira quinzena de abril de 2009.



Olá, Precisamos mudar em muitas coisas, mas principalmente resgatar os princípios básicos de educação como por exemplo, agradecer quando alguém fizer algo por você, complimentar as pessoas mesmo sem as conhecer, pedir por favor quando solicitar algo, acho que a gentileza gera gentileza com isso nosso mundo seria muito melhor. Acredito que haveria menos violência! Magali Nascimento, Rio de Janeiro, RJ

A MTV já planejava realizar, no primeiro semestre de 2009, uma campanha sobre desenvolvimento sustentável. A parceria do PNUD com a emissora possibilitou, então, a divulgação da consulta pública no contexto das atividades da MTV. A emissora produziu e veiculou:

- Uma vinheta de 30 segundos sobre desenvolvimento, divulgada 1.300 vezes, que convidava a população a participar da Campanha Brasil Ponto a Ponto;
- Um fórum no Portal da MTV para as pessoas registrarem e discutirem suas opiniões sobre a pergunta da campanha;
- Programas de debate, como o Debate MTV, so-

bre “O que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar de verdade?”.

Além das atividades de divulgação realizadas com o apoio das duas emissoras parceiras, a campanha foi divulgada também por meio de entrevistas concedidas pela equipe do relatório a diversas emissoras nacionais e locais.

Considerando o amplo alcance pretendido pela Campanha Brasil Ponto a Ponto, a adoção da estratégia de comunicação por meio de emissoras de televisão foi fundamental para o alcance do grande número de participações registradas na fase de consulta pública do relatório.

Contribuição especial Cláudia Gaigher, TV Morena, afiliada da Rede Globo

Quero falar!

Foi este o sentimento que percebi nas pessoas aqui em Mato Grosso do Sul: a necessidade de falar e a certeza de que serão ouvidos.

Quando começou a consulta da Campanha Brasil Ponto a Ponto me surpreendi ao ver no site do PNUD depoimentos de diferentes regiões daqui do estado. Gente de cidadezinhas isoladas, que estão longe do padrão de qualidade de vida e de oportunidades das grandes metrópoles brasileiras, escrevendo os seus anseios, as suas críticas, dando a sua opinião. Eu me encantei ao perceber o quanto o nosso povo está atento. Não importa a situação social, acesso ou escolaridade: todos sabem certinho aquilo que precisam no seu universo próximo e no país como um todo.

Em Campo Grande as pessoas se perguntavam: “Você já respondeu a Brasil Ponto a Ponto?”. Uma adesão que revelou o quanto somos carentes de alguém que possa verdadeiramente prestar atenção naquilo que é dito.

Nas escolas públicas e particulares, um enorme movimento transformou a consulta em disciplina. Os professores aproveitaram a chance para aulas de cidadania em que todos podiam discutir o que pensam da cidade, do estado, do país. Nas aulas de português, a campanha surgiu como uma grande oportunidade de exercitar a escrita, elaborar um texto. Isso em um universo bem conhecido dos jovens: o mundo da informática. Houve até uma associação de bairro que cedeu os computadores utilizados em aulas gratuitas de informática para que os moradores participassem com as suas opiniões.

Nos nossos telejornais locais a gente estimulava as pessoas, líamos alguns depoimentos. Imediatamente as pessoas ligavam na redação dizendo que queriam participar ou que concordavam com aquele pensamento mostrado. No site do nosso grupo tinha sempre um lembrete para as pessoas participarem.

Uma prova de que nesse gigante, que é o Brasil, as diferenças culturais, sociais, econômicas e geográficas não impedem a participação quando o povo tem um canal para ser ouvido. Mais que isso, a campanha Brasil Ponto a Ponto foi um incentivo a todos. Nós nos sentimos importantes como indivíduos essenciais na formação da nação brasileira. Espero que tanta expectativa seja consumada em ações, para que todos vejamos as nossas necessidades atendidas.

Vivemos no interior de SC, estado com menor presença de negros no Brasil. Sofro muito principalmente pelas crianças, expostas a todo tipo de humilhação em função da dificuldade nas relações raciais. Isso tudo comprometeu minha própria infância, e ainda persiste. É o que precisa mudar para a vida de tantos melhorar. Obrigado! José Carlos Mendes, Capivari de Baixo, SC

Contribuição Especial Mauro Dahmer, MTV Brasil

A MTV e a Campanha Brasil Ponto a Ponto

O Brasil enfrenta muitos desafios para o seu pleno desenvolvimento. Desafios de crescimento econômico, distribuição de renda, saúde, melhora da educação, segurança pública, entre diversos pontos que muitas vezes parecem não se unir num país de tamanho e complexidades tão grandes. Se ainda levarmos em conta que, numa sociedade democrática, o próprio modelo de desenvolvimento não é apenas fruto de pressões de grupos com interesses específicos no presente, mas também herança de decisões passadas que produzem custos e consequências ao longo do tempo para as gerações futuras, temos então um quadro em que raramente jovens e estudantes participam ou mesmo são ouvidos nos processos de decisão.

Nesse contexto, os veículos de comunicação têm um papel fundamental não só para disseminar informação mas também para formular debates que reflitam os anseios da sociedade e unam os diferentes pontos do Brasil. A MTV participou da Campanha Brasil Ponto a Ponto, promovida pelo PNUD com o propósito de definir o tema do próximo Relatório de Desenvolvimento Humano, com o objetivo de ouvir nossa audiência e entender como uma parte significativa dos jovens brasileiros vê os desafios do desenvolvimento, e com a responsabilidade de quem entende que este deve ser apenas o ponto de partida para uma nova relação entre a sociedade brasileira, seus anseios e expectativas, e o modelo de desenvolvimento do país.

g) Interpessoal

A comunicação face a face ainda é uma das melhores maneiras de disseminação de informação. Grandes redes sociais que operam no país perceberam o valor das redes como instrumento de ação social e privada, como é o caso da Natura. O valor dessas redes é uma grande riqueza, não somente pelo que elas produzem mas pelas relações de confiança, reciprocidade e comunicação que elas representam. O que importa, quase sempre, não é apenas transmitir informação, mas passá-la com confiança, com segurança de que ela é séria. A credibilidade no formato de comunicação interpessoal é um ativo fundamental nessa modalidade.

Utilizando o princípio da comunicação face a face, foi estabelecida parceria com a Natura para o processo de consulta pública. A Natura conta com uma rede de mais de 600 mil consultoras que atuam em todo o país. As coordenadoras da rede Natura participaram de um processo de capacitação e sensibilização sobre a Campanha Brasil Ponto a Ponto, que viabilizou a distribuição

de formulários impressos com a pergunta da campanha à grande parte da rede de consultoras. Estas puderam registrar suas respostas, repassando a questão também para mais uma pessoa da sua rede. Esse processo de comunicação permitiu um retorno efetivo de respostas de mais de 70 mil pessoas em todo o Brasil.



*É triste e vergonhoso
ver o nosso povo,
mendigando por
assistência médica e
hospitalar, portanto,
a SAÚDE precisa
existir de verdade.*

**Maria Francisca
da Silva Araújo
Filha, Maceió,
AL**

Outra importante parceria acionada nesse processo foi a da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Esta agrega todos os municípios brasileiros e possui canal de comunicação direto com grande parte dos gestores municipais. A CNM apoiou a Campanha Brasil Ponto a Ponto, disponibilizando um *link* de divulgação em seu site na Internet e produzindo uma chamada para rádio que foi divulgada em cerca de 1.500 emissoras de radiodifusão cadastradas no seu banco de contatos.

Baseando-se no princípio da diversidade dos indivíduos, um dos pilares do desenvolvimento humano, procurou-se montar um portfolio de formatos de comunicação, isto é, um conjunto de maneiras diferentes de se comunicar com o público. A seleção desses formatos dependeu basicamente da disponibilidade de diferentes tecnologias, tais como a Internet, telefonia móvel e redes sociais. Cada uma, separadamente, possui o grande mérito de se dirigir ao público de uma maneira em particular, mas o maior mérito de todas foi a possibilidade de fazerem parte de uma estratégia articulada.

Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)

A Campanha Brasil Ponto a Ponto foi aberta à participação de todos os brasileiros. No entanto, foi realizado um esforço adicional para ouvir também as vozes das crianças, adolescentes e jovens do país. Assim, na semana de 16 a 21 de março de 2009 foi realizada uma grande mobilização nas escolas, para que as crianças, adolescentes e jovens pudessem participar desse processo.

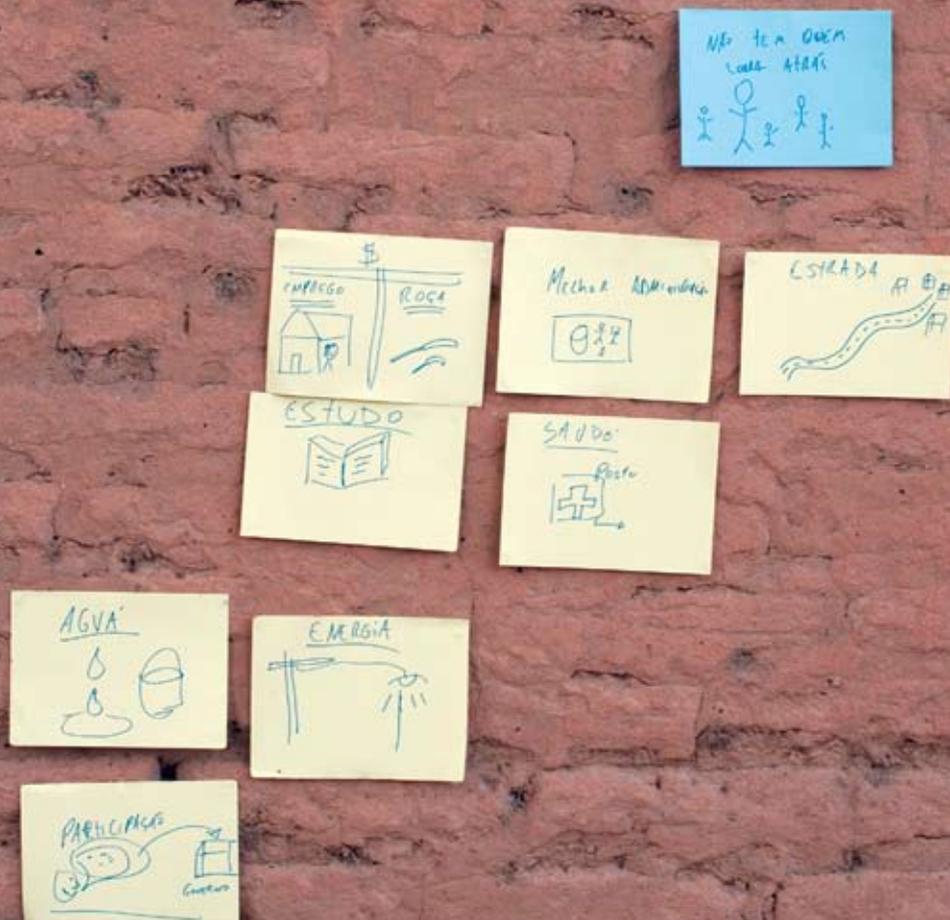
Para possibilitar a mobilização das escolas, o PNUD fez uma parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). Vinte estados aderiram à campanha: Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. A adesão das Secretarias de Educação estaduais foi voluntária.

As Secretarias de Educação foram responsáveis pela mobilização das escolas de sua rede (escolas da rede pública estadual) para participação na campanha. As escolas puderam participar de duas formas:

- As escolas que possuíam acesso à Internet, participaram por meio do site da campanha;*
- As escolas que não possuíam acesso à Internet participaram por meio do registro da resposta dos alunos em formulários em papel.*

As Secretarias de Educação dos estados foram parceiras diretas na mobilização das escolas da rede estadual. No entanto, as escolas da rede pública municipal e as escolas particulares também puderam participar. As escolas interessadas puderam acessar o site da campanha e buscar o espaço destinado exclusivamente às escolas. Nesse espaço, foram disponibilizadas todas as informações para participação das escolas interessadas.

A atuação do CONSED e das Secretarias de Educação estaduais foi fundamental para os resultados alcançados pela campanha. Grande parte da participação registrada no site foi estimulada pela atuação das escolas. A parceria com a Rede Globo também foi imprescindível nesse processo, pois a emissora atuou na divulgação das atividades que seriam realizadas nas escolas, incentivando a participação dos alunos e a adesão de outras escolas.



6

Fundamentos conceituais e metodologia



“O campo da avaliação social não pode ser dominado por uma espécie de engenharia de valor neutro. É importante que novos desafios avaliativos sejam enfrentados, levando-se em consideração a forma como juízos de valor são feitos, como podem ser julgados e questionados (ao invés de serem apenas colocados em prática).”

Amartya Sen

(no prefácio do livro "Desenvolvimento Humano", organizado por Sakiko Fukuda-Parr e A.K. Shiva Kumar, OUP, 2003)



JULGAMENTOS DE VALOR

Relatórios e indicadores são geralmente trabalhos técnicos. Eles envolvem números, estatísticas, gráficos e termos difíceis de entender, a não ser por especialistas. No entanto, poucas vezes se percebe que relatórios e indicadores são construídos levando-se em consideração julgamentos de valor. Isto é, julgamentos sobre o que é bom e o que é ruim, sobre o que é importante e sobre o que não é. Chamamos esses julgamentos de *normativos* pois tratam dessas normas sobre o que é certo, sobre o que é correto e importante e, portanto, merece atenção.

Podemos então perguntar quais são os julgamentos normativos que a formulação de um RDH envolve? O primeiro tipo de julgamento normativo é sobre a escolha dos temas (ou tópicos) a serem tratados pelo relatório. A identificação e seleção de diferentes questões a serem examinadas em um RDH devem refletir não somente o que é considerado tecnicamente relevante mas, principalmente, o que é importante para os indivíduos e sociedades para os quais os relatórios são feitos. Afinal, um Relatório de Desenvolvimento Humano deve homenagear a voz e o sentimento das pessoas. Esse reconhecimento é crucial estrategicamente e por essa razão merece toda a nossa atenção.

Entretanto, é essencial mencionar também um segundo tipo de julgamento normativo que possui um caráter ideológico. A principal ideologia que divide a formulação de RDHs é sobre como os mercados, em comparação aos governos, podem ajudar as diferentes sociedades a ter um desenvolvimento econômico que seja eficiente e que gere justiça social. Na maior parte das vezes, a disputa entre eficiência e equidade como objetivo de políticas sociais é influenciada por crenças ideológicas. O pragmatismo defendido pela perspectiva do desenvolvimento humano demanda o aceite desses dois objetivos de política social, considerando tanto os mercados como os governos como partes importantes na promoção do desenvolvimento humano.

Finalmente, cabe também mencionar um outro tipo de julgamento de valor que é muito comum no campo da formulação de indicadores. Usualmente, os indicadores são justificados com base em considerações técnicas. No entanto, cabe perguntar por que se escolhe um indicador e não outro? Por que se assume um peso e não outro? O que normalmente se esconde nesses procedimentos são escolhas que refletem julgamentos de valor. Com tudo isso é difícil dizer que um Relatório de Desenvolvimento Humano é neutro, livre de valores. Por isso, o melhor caminho é reconhecer essa fundamentação normativa (leia-se de julgamentos de valor) e tentar colocar na prática o que a teoria do desenvolvimento humano já argumenta conceitualmente há muito tempo.

Tudo começa no respeito, se nos conscientizarmos que devemos respeitar a todos, sem nos importar com a condição do outrem, com certeza já se começará a mudar o mundo. É no respeito ao próximo que está a solução de inúmeros problemas. O nosso direito termina, quando o do próximo começa. Exercitando isso o resto será bem mais fácil. Já pensou o governo respeitar os cidadãos e os cidadãos respeitarem o governo? Maria Celeste Almeida do Nascimento, Rio de Janeiro, RJ



ESCOLHA DOS TEMAS

Sempre que se elabora um RDH há vários tipos de consultas que podem ser feitas em relação a vários julgamentos de valor que são necessários para a elaboração de um relatório deste tipo. O pior cenário seria estar em uma situação em que não há nenhuma consulta, ou seja, uma situação na qual o relatório não é dividido com

ninguém fora do PNUD antes de ser publicado. Outra alternativa seria optar pela realização de consultas na formulação do relatório. Mas uma consulta sempre é realizada da mesma forma? Pelo contrário. Existem pelo menos cinco formas, ou graus diferentes de valor de consulta (do mais baixo ao mais alto), que podem ocorrer:



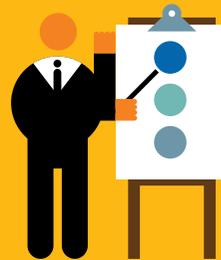
Grau 1

O tema do relatório já foi definido. O relatório já foi preparado e aberto à consulta bem no final apenas para revisão com alguns parceiros nacionais. Esse é o nível mais baixo conceitualmente de participação, dado que apenas um número muito limitado de mudanças é possível;



Grau 2

O tema do relatório já foi definido, mas são feitas reuniões para a inclusão de questões adicionais. Essas sessões são feitas com parceiros nacionais e representam uma oportunidade para a consideração de como o tema deve ser tratado;



Grau 3

O tema do relatório ainda não foi escolhido e os parceiros nacionais são chamados a ajudar nessa escolha, mas dentro de uma escolha limitada na qual eles somente podem eleger entre tópicos pré-definidos. Aqui pode existir algum grau de liberdade dependendo do número de opções abertas as pessoas;



Grau 4

O tema do relatório não foi escolhido e a consulta é aberta sem impor alternativas pré-definidas para que as pessoas possam refletir sobre as questões mais apropriadas de acordo com a relevância e importância para suas vidas. A consulta no entanto é limitada à participação de poucos grupos;





Grau 5

O tema do relatório não foi escolhido e a consulta é ampla e aberta a toda a população, dando total liberdade de expressão a um grande número de pessoas, que, voluntariamente, pode registrar sua voz.

Pra que minha vida melhore de verdade preciso de um Brasil com menos desigualdade social, onde cada um e todos tenham oportunidades semelhantes. Onde as famílias não precisem ver seus filhos com fome, vendendo seus corpos, sendo arrebatados pela violência. Preciso que o poder público seja mais comprometido com sua nação. Preciso que os vergonhosos salários dos homens que nos governam se tornem inconstitucionais, porque só assim poderíamos ter um salário mínimo digno. Patrícia de Moraes Fernandes, Caicó, RN

O processo de consulta pode, assim, assumir diversos formatos, que podem diferir quanto à abrangência da consulta e, conseqüentemente, quanto às estratégias de comunicação e disseminação adotadas.

O processo de consulta pública para a elaboração do próximo RDH Brasil 2009/2010 optou pela adoção do grau máximo de consulta (grau 6), escolhendo estratégias até então inéditas, que possibilitaram uma ampla participação da população no debate para definição do tema do relatório. A motivação dessa iniciativa foi clara: realizar a missão do desenvolvimento humano de explicitar os julgamentos normativos contemplados na busca do que é desenvolvimento para uma sociedade.

Escolher o tema de um RDH através de perguntas abertas à população não é uma tarefa fácil, pelos problemas logísticos que envolve. Mas tanto do ponto de vista teórico como do empírico, esse tipo de consulta faz parte da essência

de um Relatório de Desenvolvimento Humano, pois o respeito à opinião dos indivíduos é a base de tudo para o desenvolvimento humano. Essas opiniões devem ser qualificadas pelo debate, pela troca de ideias, pela criação de oportunidades e estímulos que apelem à razão de cada um.

A participação das pessoas pode se dar de maneiras distintas, muitas das quais são superficiais, não se envolvendo nos processos de tomada de decisão. Essa foi uma preocupação do PNUD ao organizar as audiências públicas: estruturar um modelo de participação em que os indivíduos tivessem uma oportunidade efetiva de se expressarem. No que segue, o Professor David Crocker esclarece os diferentes sentidos em que participação pode ser considerada. Essa é uma discussão fundamental para a luta por um modelo de desenvolvimento humano mais participativo, no qual sejam estimuladas as capacitações e autonomia dos indivíduos.

Contribuição especial Professor David Crocker, Universidade de Maryland, Estados Unidos

Com base no trabalho classificatório de Bina Agarwal, J. N. Pretty, John Gaventa, e Jay Drydyk,¹ no livro Ethics of Global Development: Agency, Capability, and Deliberative Democracy,² eu gostaria de distinguir, ampliando a classificação sugerida por eles – indo do mais fraco até o mais forte – um espectro de modalidades de participação nos processos de tomada de decisão em grupos:

i) Participação nominal: Esta é a forma mais fraca na qual alguém pode participar em um processo de tomada de decisão em grupo. Ela acontece quando alguém é um membro de um grupo, mas não vai aos seus encontros. Algumas pessoas são membros de grupos, mas são incapazes ou preferem mesmo não ir aos encontros, porque, por exemplo, sentem-se perseguidas ou acreditam que não são bem-vindas;

ii) Participação passiva: Na participação passiva, as pessoas são membros de grupos e vão as reuniões oficiais dos grupos para tomada de decisão. No entanto, elas apenas escutam passivamente relatos sobre decisões que outros já tomaram. A elite informa à não elite o que a elite fará ou já fez, e as pessoas que não fazem parte da elite participam apenas fazendo perguntas, quando muito, ou apenas escutando;

iii) Participação consultiva: Nesse modelo, as pessoas que não fazem parte da elite participam dando informação e expressando suas opiniões (insumos, preferências, ou mesmo propostas) para os membros da elite. No entanto, a não elite nem delibera entre si nem toma nenhuma decisão. Os que decidem são apenas aqueles que fazem parte da elite. Apesar de escutarem as pessoas que não fazem parte da elite, eles não assumem nenhuma obrigação em fazê-lo;

(Continua na próxima página)

iv) *Participação por pedidos:* Aqui as pessoas que não fazem parte da elite pedem para as autoridades tomarem certas decisões e fazerem certas coisas, normalmente para remediar grandes problemas. Embora seja prerrogativa da elite decidir o que fazer, a não elite tem aqui o direito de ser ouvida, e a elite tem a obrigação de escutar e receber os pedidos, pelo menos. Este modelo participativo, assim como o modelo de participação consultiva, é muito usado nos processos tradicionais de tomada de decisão;

v) *Implementação participativa:* As elites determinam os objetivos e os meios principais, e as não elites implementam os objetivos e decidem, quando podem, somente a respeito das táticas a serem seguidas. Nessa modalidade, as não elites fazem mais do que apenas escutar, comentar e expressar suas opiniões. Do mesmo modo que jogadores de futebol, eles acabam tomando decisões, mas o plano geral sobre o que fazer pretence ao técnico do time;

vi) *Barganha:* Com base em qualquer poder coletivo ou individual que eles tenham, as não elites, neste modelo, barganham com as elites. Nessa posição, aqueles que barganham são mais adversários do que parceiros. Cada lado é, em grande parte, senão na totalidade, motivado pelo autointeresse, e a influência das não elites no acordo final depende do que elas estão dispostas a abrir mão ou de sua capacidade de extrair concessões. Quanto maiores forem os desequilíbrios entre o poder das elites em comparação com o das não elites, menor será a influência das não elites nos resultados finais. Uma elite pode aceitar uma perda agora para alcançar um ganho maior no futuro. Alianças e apoios de atores fora da barganha tendem a melhorar o poder de barganha das não elites;

vii) *Participação deliberativa:* Nesse modelo as não elites (algumas vezes entre si, outras vezes com as elites) deliberam juntos, alternando propostas e razões para fundamentar acordos sobre políticas que, ao menos, a maioria estaria contente em aceitar.

Quanto mais progredirmos na lista, mais forte será o modelo participativo, no sentido de maiores garantias dadas à autonomia e à agência individual ou coletiva. É preciso ter mais agência para ir a uma reunião, do que ficar em casa mesmo sendo um membro. Necessita-se muito mais agência ainda para comentar ou solicitar algo do que meramente escutar as decisões tomados pelos outros, ou fazer algo que mandam. Tanto na participação por barganha ou na deliberativa, encontramos um tipo de participação dos indivíduos que não fazem parte da elite que manifesta uma agência ainda mais robusta, porque elas fazem parte dos processos de decisão nos quais os indivíduos não são recipientes passivos das decisões dos outros.

Deve-se notar também que diferentes tipos de participação podem ser diferentes em relação às suas consequências. De interesse particular para a abordagem das capacitações que focam o papel da agência na vida dos indivíduos é a extensão na qual as não elites podem – através de diferentes tipos de participação – fazer uma diferença positiva no mundo, por exemplo, por meio da promoção do desenvolvimento humano. Em um contexto particular, por exemplo, alguma forma de participação não-deliberativa, tal como a barganha ou os pedidos, pode ser mais eficaz do que a participação deliberativa na promoção do desenvolvimento como expansão de agência e capacitações. Além disso, vale dizer que um modelo não deliberativo de participação pode agora ter um papel muito importante na geração de uma participação deliberativa no futuro.

1. Cf. PRETTY, J. N. "Alternative Systems of Enquiry for Sustainable Agriculture", *IDS Bulletin*, 2: 25, 37-48; GAVENTA, John. "The Scaling Up and Institutionalizing of PRA: Lessons and Challenges". In: BLACKBURN, J. and HOLLAND, J. (Eds.). *Who Changes: Institutionalizing Participation in Development*. London: Intermediate Technology Publications, 1998, p. 157; DRYDYK. "When is Development More Democratic?" 259-260.

2. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 342-344.

Precisa mudar o modo de pensar e agir dos brasileiros. Não adianta pregar contra a discriminação, se as ações das pessoas continuam as mesmas. Precisa mudar o jeito de mudar. **Alisson Pereira Rossatti, Sidrolândia, MS**

A escolha da pergunta, dentro da consulta, não foi uma tarefa trivial. Primeiro, porque dentro de uma perspectiva de desenvolvimento humano é interessante desenvolver uma pergunta que seja respondida a partir da experiência dos indivíduos e de como eles se sentem sobre as possibilidades de melhoria de suas vidas. Uma pergunta que fosse simplesmente sobre a *melhoria do Brasil* não faria isso. Segundo, porque a questão deve evitar vieses previsíveis, sugerindo a existência de uma única resposta certa. É fundamental, dentro da perspectiva do desenvolvimento humano, a promoção e respeito à diversidade humana. Finalmente, formular uma pergunta desse tipo é difícil, pois ela deve inspirar uma atitude valorativa e reflexiva sobre os estilos de vida que as pessoas têm razões para considerar importantes. Depois de muitas tentativas, como discutido em detalhe mais adiante, chegamos à questão: “o que precisa mudar no Brasil para a sua vida melhorar de verdade?”.

É importante notar que, nessa frase, *o Brasil* é um meio para melhorar a vida das pessoas, e não um fim em si mesmo. Muitas vezes se inverte essa lógica, perguntando às pessoas simplesmente o que é preciso para melhorar o Brasil. No entanto, o país, na sua estrutura econômica, administrativa e funcional pode estar muito bem, escondendo com isso a vida real dos brasileiros, que é o que importa descobrir. Por esta razão é que a pergunta da consulta deixa claro que o espaço avaliativo é o ser humano, *a sua vida*.

Do mesmo modo, mesmo sabendo que vários fatores influenciam a vida de todos, pediu-se as pessoas que falassem sobre o que é preciso para sua vida melhorar *de verdade*. O conceito aqui é simples: quando tudo é considerado importante, fica difícil ver o que é mais essencial de tudo. Um exercício de hierarquização de prioridades deve fazer parte de qualquer discussão sobre julgamentos de valor. Por isso o uso da expressão *melhorar de verdade*, com o objetivo de estimular uma reflexão sobre as prioridades das pessoas.

CRÍTICAS À CONSULTA PÚBLICA

Os críticos à ideia de consulta podem contrargumentar que a consulta é um processo caro e que, além disso, “todos nós já conhecemos a realidade dos fatos”. Realmente, pode ser um processo caro, não somente em termos monetários mas também em termos de tempo e foco dos times que preparam o RDH. Contudo, esses custos, muitos deles não monetários, podem ser compartilhados através de parcerias com grandes redes, tais como companhias de telefone, redes de televisão, bancos e agências governamentais, entre outros. A construção de parcerias, no entanto, vai muito além de uma mera divisão de tarefas. Ela pode ser uma fonte de ideias, de visões de mundo e de sensibilidade social que muito pode contribuir para o sucesso do projeto. Os críticos, no entanto, poderiam argumentar ainda que se leva tempo para a finalização e articulação entre essas parcerias. E teriam toda a razão.

No entanto, a construção de parcerias e alianças estratégicas deve ser considerada não somente como um instrumento para uma consulta. Esta deve ser pensada muito além disso, como uma grande riqueza em si mesma, que é fundamentalmente necessária não somente para o relatório mas para levar a mensagem do desenvolvimento humano no país. Sendo assim, a questão sobre o gasto de energia e tempo na construção de parcerias estratégicas não parece ser uma questão de *sim ou não*, mas uma questão de *quando*. E não unicamente para um RDH, mas para outras atividades que visem a promover o desenvolvimento humano – com a resposta óbvia de que é extremamente desejável ter todos os parceiros juntos desde o princípio de um RDH. Além disso, argumentamos que a formação de parcerias é a coisa certa a fazer, porque sempre que possível é relevante respeitar a noção de que a escolha de um tema/assunto é uma questão normativa e, por essa razão, é fundamental es-

O Brasil precisa ser um país mais confiável para a minha vida mudar de verdade. Muito tempo e energia é empregado para nos precaver dos danos que as empresas e pessoas podem nos causar. Cercamos as nossas casas com cerca elétrica, contratamos segurança privada, desconfiamos dos nossos médicos e professores, os bons motoristas devem exercer uma direção defensiva. E o que é pior, apesar de todo investimento realizado as cidades e as pessoas nos parecem cada vez mais perigosas.

**Vânia Abreu,
Porto Alegre, RS**

cutar as pessoas através de uma ampla gama de parceiros.

Em outras palavras, tanto quanto possamos simpatizar com a ideia de que “já conhecemos a realidade dos fatos”, permanece o respeito à consulta aos indivíduos como uma questão de princípio e comprometimento, e o fato de que os resultados finais desse tipo de argumento podem ser estabelecidos apenas empiricamente.

Os críticos podem também argumentar que a realização de uma consulta ampla e aberta pode gerar expectativas entre as pessoas que participaram, e que essas não poderiam ser honradas pelo PNUD. Isso de fato pode acontecer. No entanto, é importante enfatizar que o PNUD, ao implementar um processo amplo de consulta, realiza um exercício em transparência e comprometimento com a sociedade, com o objetivo de honrar essas expectativas geradas. E esse caderno é parte desse exercício, pois explica em detalhe a toda a sociedade os critérios utilizados para escolha dos temas para o relatório.

Este exercício é também muito benéfico para a dinâmica do desenvolvimento humano no país, pois ele utiliza a consulta como uma base para o diálogo e ações futuras – uma das mensagens centrais do desenvolvimento humano. Essas mesmas expectativas podem aumentar o interesse e envolvimento das pessoas no processo de elaboração do relatório, oferecendo novas e melhores condições para a implementação de quaisquer recomendações que surjam no processo. A responsabilidade do PNUD de fato aumenta, mas os retornos do engajamento da sociedade parecem ser ainda maiores.



PRINCÍPIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM RDH NACIONAL: COMUNICAÇÃO E NOVAS PRÁTICAS

As vantagens em escutar as pessoas na forma de uma consulta aberta para a escolha do tema de um RDH não param aqui. Um novo mundo vem à luz quando o foco do relatório passa a estar nas parcerias e compromissos assumidos. Em particular, a questão da comunicação vem à tona novamente. Geralmente, os RDH são feitos e, depois de prontos, são então *comunicados* ao público. Mas, com o processo de consulta, surge a necessidade da criação, desde o início, de canais de comunicação permanentes com a sociedade, demandando o uso de novas abordagens e criação de novas estratégias para o estabelecimento de fluxos de informação constantes e eficientes.

O impacto dessa necessidade sobre a estruturação do relatório é evidente: ele deve ser mais amigável, escrito de forma concreta, menos formal, possibilitando o acesso não somente a governos e Academia mas também a parceiros da sociedade civil e ao grande público. No longo caminho promovido por um RDH mais participativo, transparente e comprometido com a realidade exposta pelas pessoas, a consequência lógica é uma mudança no seu formato e natureza. Por essa razão, este relatório é composto de cadernos, e deve buscar novas formas de linguagem para divulgar seus resultados.

Uma vez que entendamos que a consulta é uma característica marcante do desenvolvimento humano, que pode orientar conceitualmente e empiricamente o trabalho de um RDH, parece natural extrapolá-la ao seu limite lógico, propondo levá-la ao seu máximo grau de uma consulta ampla e aberta a toda população do país.

Dessa foram, podemos resumir os argumentos apresentados em dois princípios, essenciais para a construção de um RDH Nacional neste novo formato:

O que eu considero mais importante, e que deve mudar urgente para melhorar a vida de cada brasileiro, é que as todas as pessoas tomem consciência de que, destruindo a natureza, estão destruindo à si mesmas e à todos que estão à sua volta.

Que mundo deixaremos para nossas futuras gerações????

Fabiana Uguida de Abreu, São Paulo, SP

1| Princípio da essencialidade da consulta: Em outras palavras, esse é o princípio de que escutar as pessoas é importante para a elaboração de um RDH. De fato, esse princípio é a pedra fundamental de um relatório, tal como já colocado pela publicação do PNUD, o HDR Toolkit (que orienta sobre a elaboração de RDHs). Uma vez que passamos dos padrões mínimos para uma preocupação com os padrões máximos, chegamos à conclusão lógica que uma consulta deve ser aberta e ampla. A estratégia decorrente desse princípio deve ser o fortalecimento de boas práticas de consulta já em operação com a criação de novos mecanismos;

2| Princípio do relatório que se entenda: Ou seja, evitando a produção de documentos que sejam de difícil leitura para o grande público, que sejam obscuros em seus argumentos. Isso não significa evitar o trabalho técnico necessário, mas simplesmente enfatizar uma tradução desses resultados em formatos mais compreensíveis pelas pessoas, tais como cartilhas, jogos, programas de TV ou rádio e outros formatos inovadores a serem discutidos com os parceiros.

Esses dois princípios são interdependentes. Assim, sempre que a consulta for ampla e que forem estabelecidos compromissos com o público, maior será o incentivo para que os relatórios sejam escritos diretamente para o grande público.

Escrever para o grande público, em um contexto de construção de parcerias, é, por si só, um grande resultado de desenvolvimento humano, porque é somente através do estímulo ao debate e à discussão pública que o desenvolvimento pode ganhar a sua *âncora normativa* (isto é, uma base a partir da qual se quer ir socialmente, fundamentada nos valores do grande público). Uma consulta ampla e aberta serve às funções de conscientização das pessoas ao mesmo tempo em que confere legitimidade aos resultados obtidos. Certamente, através da promoção da participação do público, do estímulo ao debate e à troca de ideias pode-se realizar não somente o papel instrumental da consulta (a definição do tema do RDH) mas a missão de promoção de liberdade de pensamento e voz, que é tão cara à

perspectiva de desenvolvimento humano.

Não existem muitas ocasiões nas quais os cidadãos possam ser ouvidos sobre os seus problemas em bases regulares. Existe o voto. Existe a eleição. Mas, depois disso, muitas vezes a gestão pública procede sem a devida atenção às reais necessidades das pessoas. Algumas experiências inovadoras no Brasil mostram que o conceito de política pública pode transcender o de política governamental.

Isso de modo algum nega a grande responsabilidade que o Governo (em todas suas esferas) tem sobre o bem-estar de seus cidadãos. Mas essa perspectiva acredita que os indivíduos podem potencialmente ser autônomos, senhores e senhoras de seus próprios destinos. A superação de barreiras tão grandes ao desenvolvimento humano precisa de sinergias entre diferentes níveis de esfera pública. As políticas governamentais têm um grande papel a cumprir, assim como as ações de responsabilidade social e daqueles indivíduos que se sentem responsáveis não pela criação dos problemas passados, mas pelas soluções futuras.

A implicação prática desse conceito mais amplo de política pública é direta: é importante escrever o RDH não somente para os governos mas para todos aqueles que se sintam parte das soluções dos problemas. Com isso, o relatório pode ser visto não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento na obtenção de um resultado social concreto, tratando de problemas reais e relevantes para todos, a serem resolvidos não somente pelos governos mas por todos que estiverem na posição de ajudar.

O oposto a isso seria a geração de um *relatório morto*, que consumiria recursos humanos e financeiros para a mera geração de algumas manchetes televisivas por um par de dias. Para se evitar isso, a consulta deve ser seguida de um relatório que seja prático, objetivo e concreto em suas análises e recomendações. Disso depende o interesse, reconhecimento e comprometimento que ele pode gerar.

É preciso investir mais em educação aliada ao esporte. O esporte deveria ser valorizado nas escolas, como acontece em outros lugares, como Estados Unidos e Europa. Por aqui, no Brasil, quantos talentos não são desperdiçados por falta de oportunidade, de acesso à infraestrutura dos grandes clubes? Precisamos construir centros para formação de atletas, centros olímpicos, onde todos tenham a chance de praticar atividades físicas.
Thiago Pereira,
Rio de Janeiro,
RJ

Contribuição especial Professor Des Gasper, Instituto de Estudos Sociais, The Hague/Holanda

Ouvindo as pessoas e ouvindo com as pessoas – para que todos possam se ver

Escutar as pessoas para definir o que é desenvolvimento é frequentemente uma metáfora. Isso porque o que está em jogo não é apenas escutar, como uma forma de prestar atenção aos sons. Mas sim, na maior parte das vezes, escutar é traduzido na prática como participar e expressar-se de forma escrita, a qual é então resumida e comunicada de vários modos. O uso de tais meios de participação e expressão se referem ao que os ouvintes fazem: participação significa não somente falar mas, principalmente, escutar. Significa também escutar além do que as palavras dizem através dos seus significados explícitos. Pense na forma pela qual qualquer pessoa com habilidades sociais aprende a ser sensível a mensagens expressas pela linguagem corporal.

Metáforas utilizando a ideia de visão são mais comuns em política pública e planejamento para o desenvolvimento: nós vemos os problemas, as causas e efeitos, e nós vemos – ou pensamos que vemos – as soluções correspondentes. Ver é uma atividade mais unilateral do que escutar, na vida diária. Enquanto podemos ver os outros mesmo quando eles estão silenciosos, somente podemos ouvi-los quando nós estamos silenciosos. E eles falam, e somente podemos escutá-los se prestarmos atenção. Na nossa vida não podemos realmente ver se não escutarmos. Muitas coisas importantes não são visíveis na superfície, e suas implicações e importância dependem em grande parte dos valores e significados que as pessoas têm razões – através da reflexão e discussão – para dar. Os valores e significados devem ser expressos, discutidos e considerados.

Quando nós escutamos no planejamento ou nas políticas, muitas vezes esta escuta se dá de modo restrito e particular: escutando a sinais de mercado. Os mercados são canais essenciais de informação, mas eles dão tipos de informação bem limitados. Muitas motivações básicas não conseguem ser refletidas em valores de mercado, tais como as necessidades por identidade, significado, estima ou segurança. Os mercados são insuficientes para muitos tipos essenciais de escuta, incluindo o aprendizado daquilo que não pode ser comprado ou vendido, ou o aprendizado do que motiva as pessoas além do dinheiro e também para que as pessoas se vejam – se reconheçam, se respeitem, mantendo suas bases de afiliação e cooperação. Uma escuta respeitosa ensina sobre a realidade das motivações das pessoas e evita suprimir a sua motivação e o seu conhecimento de suas próprias situações sobre um aparato de uma melhor prática, estipulada monológica e centralizadamente. Os planejadores e gestores de políticas necessitam de habilidades para poderem Escutar para Mudar (esse é o título de um livro escrito por Hugo Slim e Paul Thompson [Londres: Panos Institute, 1993]). Experimentos em diálogos públicos transformativos e democracia deliberativa, incluindo o Brasil, oferecem lições interessantes.

Assim, as razões para escutar são muitas e não são reconhecidas em apenas uma perspectiva ideológica ou de religião. Somente se escutarmos uns aos outros é que nós poderemos fazer sentido, de maneira confiável, a nós como uma representação coletiva, evitando o autismo social. Somente se escutarmos podemos esperar que nos escutem. E, somente através disso, podemos aprender – tal como em uma investigação apreciativa, na qual tentamos descobrir o que as pessoas acham que são os sucessos nas suas vidas e em suas organizações, indo além dos problemas, para tentar construir o futuro com base nesses sucessos, identificando também os significados dados ao sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Campanha Brasil Ponto a Ponto foi, em vários sentidos, um projeto piloto. A ambição de levar o dever da consulta pública ao seu máximo potencial lógico, o de uma consulta ampla e aberta, trouxe um conjunto de dificuldades que foram enfrentadas à medida que os problemas surgiram. Grandes desafios de logística foram superados através do desejo de se fazer algo inovador pelo desenvolvimento humano. Foi assim que esse relatório pôde contar com o entusiasmo e participação de mais de 25 parceiros, para não falar no exército de mais de 160 voluntários, de todas as partes do Brasil, que ajudaram na elaboração desse documento.

O grande pano de fundo da realização da Campanha Brasil Ponto a Ponto, como parte do RDH, é uma visão de desenvolvimento humano mais participativa, mais próxima a novos conceitos de comunicação e transformação do conhecimento em mudanças comportamentais. Uma leitura da metodologia proposta e de resultados dentro dessa perspectiva pode oferecer uma possibilidade de desenvolvimento humano mais centrada no indivíduo e menos repetitiva em relação aos paradigmas de desenvolvimento passados.

Cabe, no entanto, enfatizar que essa campanha e este primeiro caderno marcam apenas o princípio e não o fim do trabalho do RDH Brasileiro de 2009/2010. Com o tema agora escolhido, centrado na questão dos valores, começaremos o estudo dessas questões com o compromisso de buscar soluções concretas e boas práticas que possam contribuir para uma melhoria efetiva da vida dos brasileiros que nos honraram com sua participação nessa consulta, assim como da vida de todos nós.



ANEXO 1 - Nota Técnica

Esta Nota Técnica foi distribuída para todos os voluntários que participaram da tabulação dos dados da Campanha Brasil Ponto a Ponto. Ela é a nota final, depois de todas as discussões conceituais sobre os temas utilizados, foram produzidas mais de 7 versões desta mesma nota.

Regras Gerais

a) Como escrever as palavras ou categorias?

- 1) Usar apenas caracteres minúsculos (não usar letras maiúsculas). Exemplo: emprego (e não Emprego)
- 2) Não usar acentos ou outros sinais gráficos (ç, -, &, \$, espaço etc.). Exemplo: educacao (e não Educação)
- 3) Se houver a necessidade de combinar duas palavras, não usar espaço ou “e”. Exemplo: violenciaedrogas (e não violenciaedrogas ou violencia drogas)

b) Como escolher as palavras ou categorias para sistematizar a resposta?

- 1) Preferencialmente, usar apenas uma palavra ou categoria para traduzir a ideia registrada na resposta. Exemplo: educacao, emprego, desigualdadesocial, pol-publica

c) Como escolher apenas uma palavra ou categoria?

- 1) Tente identificar se não há uma categoria mais ampla, à qual possam ser incorporados todos os subtemas listados pela pessoa. Exemplo: A pessoa menciona na resposta a questão das drogas, da violência doméstica, da falta de policiamento e da educação, para que as pessoas não usem a violência para resolver os seus problemas. Neste caso, a resposta pode ser classificada como “violencia”.
- 2) Se possível, procure identificar qual tema foi mencionado como o mais importante pela pessoa que registrou a resposta. Exemplo: A pessoa menciona três temas (educação, saúde e transporte), mas concentra grande parte da sua resposta em explicar por que a educação é a base de tudo e como acredita que, com educação, o país se desenvolveria melhor. Neste caso, a resposta poderia ser resumida a “educacao”.
- 3) Outra possibilidade é verificar se não há uma relação de meios e fins na lógica da resposta. Neste caso, deve ser privilegiado o fim elegido pela pessoa. Exemplo: A pessoa menciona que gostaria de ter mais renda para ter acesso a uma boa educação e, então, conseguir um bom emprego no futuro. Neste caso, a educação aparece como meio para o alcance do emprego. A resposta, aqui, poderia ser classificada como emprego.
- 4) Se a resposta envolver a provisão de bens públicos, isto é, bens ou serviços ofertados pelo estado, tais como saúde, educação, segurança pública, usar a categoria polpublica. Em linhas gerais, essa categoria diz: “A pessoa não sabe muito bem o que precisa mudar, mas ela identifica essa mudança com a atuação do estado”.

5) Se a resposta envolver uma mistura entre bens públicos e outros privados, do tipo saúde, educação, meio ambiente, drogas, valores, corrupção generalizada na sociedade, então a regra é escolher apenas a primeira resposta, neste caso, saúde. É claro que muita informação é perdida, mas por outro lado não há nada nessa regra que sugira algum viés particular na resposta.

Importante: antes de usar a regra 4 ou 5, observar se não é possível seguir uma das regras anteriores (1, 2 ou 3).

6) Por fim, quando não for possível traduzir a resposta em apenas uma palavra ou categoria, busque combinar duas palavras. No entanto, esta opção deve ser usada apenas em último caso, quando não for possível resumir a resposta seguindo as orientações do item anterior. Observe também que a combinação não deve ultrapassar duas palavras. Combinações de três ou mais palavras não devem ser adotadas.

Resumindo:

1	Tentar identificar categoria mais ampla na resposta
2	Tentar identificar tema ao qual foi atribuído maior importância pela pessoa
3	Tentar identificar relação entre meios e fins e registrar os fins mencionados
4	Menção a bens públicos, que não se encaixe em nenhuma das categorias anteriores: usar polpublica
5	Resposta com mistura de bens públicos e outros temas, que não seja possível usar nenhuma das regras anteriores: registrar o primeiro tema que aparece na redação da resposta

Categorias mais frequentes

A seguir estão listadas as categorias mais frequentes, identificadas até o momento. Se possível, procure classificar as respostas encontradas segundo uma das categorias listadas. Se realmente não for possível encaixar as respostas em uma das categorias listadas, crie uma nova categoria, observando as regras gerais explicadas no início deste documento. As categorias a seguir estão agrupadas em sub-temas:

Temas relacionados à EDUCAÇÃO

Categoria	Explicação
educacao	Categoria mais geral. Usada quando: i) há menção, na mesma resposta, a diversos elementos relacionados à educação (ex: estrutura das escolas, qualidade da educação, salário dos professores etc.); ou ii) aparece apenas a palavra educação, sem maiores detalhes.
educquali	Usada quando há menção específica a temas ligados à qualidade do ensino (ex: melhoria da qualificação dos professores, novas técnicas pedagógicas etc.).
educvalores	Usada quando a resposta faz referência à educação como meio para a formação de valores, quando a educação é vista como alternativa para formar cidadãos melhores (com mais respeito aos outros, mais comprometidos com a sociedade etc.).
alfabetizacao	Usada quando a resposta menciona como problema apenas a alfabetização ou o analfabetismo

Temas relacionados à CORRUPÇÃO

Categoria	Explicação
corrupcao	Categoria mais geral. Usada quando a resposta identifica como tema a corrupção de forma geral, que deve ser usada também para incluir a corrupção dos políticos (quando não há a limitação a um tipo específico de corrupção).
corrupcaosocial	Usada quando é mencionada especificamente a corrupção das pessoas no dia a dia (e não a corrupção dos políticos).

Temas relacionados à POLÍTICA

Categoria	Explicação
politica	Categoria mais geral. Usada quando a resposta menciona como problema a política de forma geral, não identificando nenhum tema específico dentro dessa questão. Ex: "A política não é levada a sério no país".
participacaopol	Usada quando a resposta estiver relacionada à necessidade de maior participação dos cidadãos nos temas políticos ou na gestão de políticas públicas.

Categoria	Explicação
gestaopublica	Usada quando a resposta estiver relacionada à forma de atuação dos políticos ou funcionários públicos na gestão dos temas públicos (definição de políticas públicas, falta de implementação de programas, decisão quanto à alocação de recursos etc.). Mas exclui a menção específica à corrupção, que seria classificada no bloco anterior de temas.

Temas relacionados à DESIGUALDADE

Categoria	Explicação
desigualdadesocial	Categoria mais geral. Usada quando a resposta faz menção a várias dimensões de desigualdade, que são maiores do que a desigualdade apenas de renda. Quando há menção à desigualdade de renda associada a outros fatores de desigualdade, a resposta pode ser classificada também como desigualdadesocial.
desigualdaderenda	Usada quando é mencionado como problema apenas a desigualdade de renda.
discriminacao	Usada quando há referência a qualquer forma de discriminação (por raça, etnia, gênero, idade etc.). Inclui também a questão do preconceito.

Obs: Evitar usar a palavra igualdade. Sempre que surgirem temas relacionados a igualdade ou desigualdade, devem ser usadas uma das categorias acima.

Temas relacionados a SEGURANÇA E VIOLÊNCIA

Categoria	Explicação
violencia	Categoria mais ampla, inclui questões de violência (em suas várias formas – doméstica, nas escolas, nas ruas etc.) bem como questões relacionadas a segurança pública.

Temas relacionados a EMPREGO E TRABALHO

Categoria	Explicação
emprego	Usada quando a resposta faz referência a emprego ou a trabalho como forma de geração de renda. O foco aqui é a renda.

Categoria	Explicação
trabalho	Usada quando a resposta faz referência a emprego ou a trabalho, mas com preocupações relacionadas à satisfação no trabalho, carreira, qualidade de vida etc. Aqui o foco não é apenas renda, mas condições e qualidade do trabalho (valorização profissional).

Temas relacionados à CONVIVÊNCIA EM SOCIEDADE, RELAÇÃO COM O MUNDO

Categoria	Explicação
compreensãosocial	Faz referência à dificuldade de os indivíduos compreenderem o que acontece à sua volta, de conseguirem captar uma informação e aplicá-la em sua realidade. Compreende ainda a percepção dos indivíduos sobre como as pessoas à sua volta vivem. O foco aqui é a relação do indivíduo com a sociedade na qual vive.
valores	Categoria mais geral. Abrange todos os problemas relacionados a valores – problemas da falta de respeito, honestidade, reciprocidade etc. entre as pessoas. Engloba as duas categorias abaixo.

Temas relacionados à PROVISÃO DE BENS PÚBLICOS

Categoria	Explicação
polpublica	Usada quando a resposta faz menção à demanda por diversos serviços/políticas públicas oferecidos pelo Estado, sem destacar nenhum deles como mais importante. Exemplo: educação, saúde, saneamento, transporte etc.

Obs.: Quando há a menção à demanda por diversos serviços públicos, procure identificar se um deles não é destacado como mais relevante ou se estes não podem ser classificados dentro de uma categoria mais ampla. Apenas se não for possível, use a classificação polpublica. E se o agrupamento for mais amplo, escolha apenas o primeiro da lista.

Temas relacionados à QUESTÃO DA JUSTIÇA

Categoria	Explicação
justica	Categoria mais ampla. Envolve relação com as leis, com o judiciário. Obs.: Não usar o termo injustiça, registrar como justiça.

Categoria	Explicação
leis	Usada quando é mencionado especificamente o tema de obediência às leis.
judiciario	Usada quando são mencionado especificamente problemas de funcionamento do judiciário.
impunidade	Registrar quando a questão da impunidade é referida especificamente, com o uso dessa palavra específica.

Alguns outros temas frequentes

Categoria	Explicação
drogas	Autoexplicativa.
fome	Autoexplicativa.
impostos	Problema dos altos impostos pagos.
infraestrutura	Vale aqui para todas as áreas em que o que falta esteja relacionado à falta de infraestrutura.
juventude	Usar como referência aos problemas que são mais específicos, quando indicados, dos jovens.
meioambiente	Categoria geral em que se pode incluir problemas de poluição, lixo etc.
pobreza	Autoexplicativa.
saneamento	Autoexplicativa. Seria categorizada como infraestrutura, mas, de fato, como é importante, merece uma entrada própria, se o problema for mencionado especificamente como saneamento.
saude	Autoexplicativa.
transporte	Deve-se usar transporte como categoria geral para problemas de trânsito, distância etc.

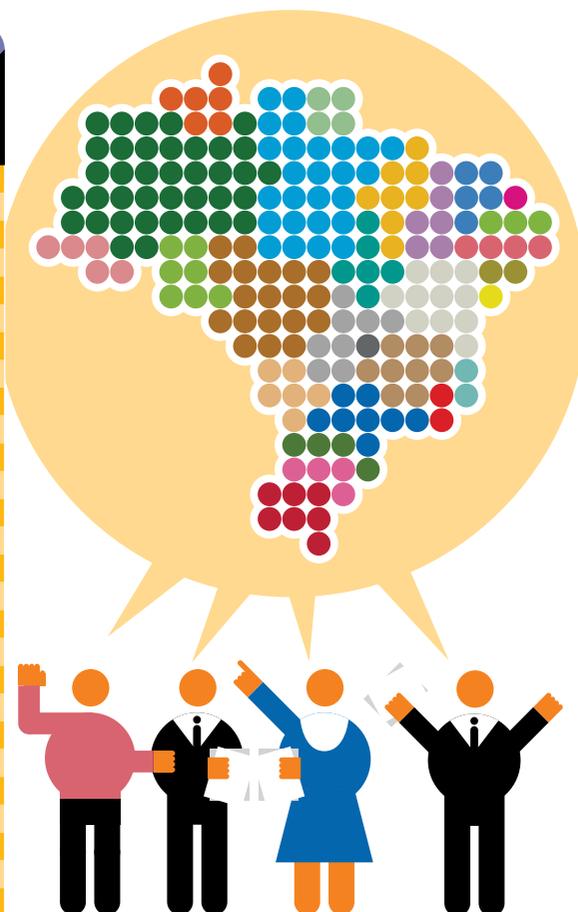
ANEXO 2

% dos temas setoriais por Estado

	Educação	Política Pública	Violência	Emprego	Meio ambiente	Saúde	Judiciário	Infraestrutura	Impostos	Pobreza	Total
Acre	21,9	14,4	13,2	5,7	7,1	5	5,1	2,6	1,7	0,2	100
Alagoas	21,2	9,7	20,2	18,1	3,8	7,1	1,7	1,4	0,3	0,7	100
Amazonas	29,5	15,4	6,1	3,6	5,8	2,8	5,8	3,6	4	0,3	100
Amapá	23,1	4,6	20,8	7,2	6,9	10,6	1,5	7,5	0,3	1,1	100
Bahia	25,1	13,9	7,5	9,7	4,9	3,9	5,1	2,1	2,6	0,5	100
Ceará	20,5	17,6	9,4	10,9	2,7	5,1	4,3	1,3	0,8	0,4	100
Dist. Federal	24,3	14	6,6	7,2	3,7	5,2	7	2	2,1	0,5	100
Espírito Santo	17,2	12,5	14,3	7,2	6,2	6,5	4,2	2,3	2,4	0,7	100
Goiás	26,9	12	5,4	5,4	12,4	2,1	4	2,9	2,9	0,2	100
Maranhão	24,6	12,3	14,2	11,3	3,9	6,5	2,3	1,6	1	0,8	100
Minas Gerais	21,8	12,1	12,4	7,6	8,2	5	4,2	2,1	2	0,7	100
Mato G. do Sul	19	12,5	13	10,8	8,9	6,7	2,9	3,4	2,8	0,6	100
Mato Grosso	17,6	16,8	6,9	14,6	5,1	5,7	3,8	2	1,8	0,4	100
Pará	18,3	14,6	14,1	7,3	6,8	7,6	3,7	1,4	0,8	0,3	100
Paraíba	38	8,3	4	6,9	8,2	1,7	5,2	3,3	4,2	0,3	100
Pernambuco	22,4	12,9	14,3	14,9	4,7	6,5	2,3	1,4	0,8	0,8	100
Piauí	22,2	12,4	16,1	13,2	2,6	4,9	3,2	1,4	0,7	0,3	100
Paraná	30,9	14,2	5,3	4,3	4,7	2,4	6,3	1,6	5	0,3	100
Rio de Janeiro	24	14,3	8,4	6,1	5,8	4,1	6,3	1,5	3,4	0,5	100
R. G. do Norte	23,1	9,8	13,4	7,9	6,8	7,9	4,7	1,7	1,7	0,6	100
R. G. do Sul	25,4	10,8	10,4	7,2	7,2	3,4	4,5	1,6	3,7	0,5	100
Rondônia	25	10,3	8,6	7,3	13,3	4,5	3,9	5,1	2,4	0,5	100
Roraima	26,5	8,7	16,2	10,1	4,8	7,4	2,2	2	0,6	0,9	100
Sta. Catarina	18,2	16,1	6,7	5,8	7,1	4,5	4,9	1,8	2,3	0,4	100
Sergipe	25,6	10,9	23,2	10,3	6,1	3,9	1,7	2,2	0,8	0,7	100
São Paulo	17,1	14,9	12	6,5	5,3	5,5	2,9	1,8	1,3	1,1	100
Tocantins	21	11,2	21,5	9,1	8,2	6,1	2,1	3	0,6	1,1	100

% dos temas transversais por Estado

	Valores	Corrupção	Desigualdade	Juventude	Total
Acre	6,2	5,3	7,1	1,1	100
Alagoas	5,3	4,7	2,8	1	100
Amazonas	7	12,1	2,2	0	100
Amapá	5,9	4,2	2,8	1	100
Bahia	11,3	6,2	4,1	0,6	100
Ceará	11,3	5,6	5,2	1,9	100
Dist. Federal	12,1	8,1	4,9	0,5	100
Espírito Santo	13,1	5,5	3,4	1,3	100
Goiás	10,1	8,3	3,4	0,4	100
Maranhão	9,4	4,9	2,5	0,8	100
Minas Gerais	10,3	5,3	4,6	0,7	100
Mato G. do Sul	6,2	5,5	3,6	1,1	100
Mato Grosso	10	6,9	5,5	0,6	100
Pará	10,3	7,5	2,9	0,9	100
Paraíba	5	9,9	2,3	0,4	100
Pernambuco	8,2	3,9	3,2	1,2	100
Piauí	5,8	4,8	4,5	1,7	100
Paraná	10,4	7,5	3,4	0,3	100
Rio de Janeiro	12,2	6,2	3,7	0,4	100
R. G. do Norte	9,4	7,5	2,8	0,4	100
R. G. do Sul	9,3	6,2	5,2	0,9	100
Rondônia	7,5	5,9	2,4	0,8	100
Roraima	7,7	7,1	2,4	0,6	100
Sta. Catarina	15,1	7,8	3,9	0,5	100
Sergipe	4,8	3,2	3,2	0,8	100
São Paulo	17,4	6,4	2,6	1,1	100
Tocantins	5,2	3,7	3,7	1,1	100



ISBN 978-85-88201-06-4



9788588201064

parceiros



A gente se vê por aqui.



Portal do Voluntário



Ministério do Planejamento

